

# O COSMOPOLÍTICO

ISSN: 23 18-9711

V. 5 N. 2 DEZ. 2018



**Dossiê: 100 anos do Movimento Sufragista**



## **UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

Reitor da UFF: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Vice Reitor da UFF: Fabio Barboza Passos



## **INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS**

Diretor do INEST: Prof. Titular e Emérito Eurico de Lima Figueiredo



## **COORDENAÇÃO D'O COSMOPOLÍTICO: CENTRO ACADÊMICO SERGIO VIEIRA DE MELLO**

**ISSN 2318-9711**

---

Universidade Federal Fluminense - UFF | Instituto de Estudos Estratégicos (INEST)  
Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais (DEI)  
Graduação de Relações Internacionais | Centro Acadêmico Sergio Vieira de Mello  
Endereço: Campus do Valonguinho - Alameda Prof Barros Terra, s/n - 2º andar, Centro -  
24020-150 - Niterói - RJ

Email: [ocosmopolitico@gmail.com](mailto:ocosmopolitico@gmail.com) | site: <https://www.ocosmopolitico.com/>

# STAFF

O Cosmopolítico | Ano 7  
Niteroi, RJ - Dezembro 2018

JÚLIA FURTADO  
EDITORA-CHEFE

BRENDA HARRIS  
VICE EDITORA-CHEFE

BRUNO DIAS  
EDITOR CIENTÍFICO

MARIANA DA HORA  
EDITORA CONSULTIVA

ALCENOR REIS  
EDITOR EXECUTIVO

O Cosmopolítico é um periódico do curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense. Criado em 2011, teve como objetivo divulgar textos acadêmicos, literários, charges, entrevistas, sobre Relações Internacionais. Em 2014, o Cosmo passou por uma expansão em seu quadro de membros, passando a contar com uma equipe maior, capaz de lidar com os desafios de sua nova fase e comprometida em transformar o periódico em uma referência na área.

A partir de 2016 a revista passou por uma nova fase de transição com objetivo de consolidação em termos institucionais, contando agora com editais para renovação de membros do corpo editorial e para chamada de artigos externos, apresentando maior transparência no processo de avaliação, e expandindo o conselho editorial para professores de outras instituições nacionais e internacionais.

---

*Capa por:*

Marllon Alves  
Amanda da Silva Rockert

*Diagramação por:*

Alcenor Reis  
Fabio Saldanha  
Francyne Motta  
Ketlyn Alfradique  
Pamela Aguiete

*Revisão final por:*

Júlia Furtado

**APOIO:**



# EQUIPE EDITORIAL

## **Conselho Editorial**

Dr. Alessandro Batistella (UPF)  
Dr. Alex Jobim Farias (INEST-UFF)  
Me. Augusto César Dall'Agnol (UFRGS)  
M<sup>a</sup>. Bruna Coelho Jaeger (UNILASALLE-RJ)  
Dra. Cristina Soreanu Pecequilo (UNIFESP)  
Dr. Dijaci David de Oliveira (UFG)  
Dr.a Eliene Dias de Oliveira (UEMS)  
Dr. Érico Esteves Duarte (UFRGS)  
Dr. Fernando Roberto de Freitas Almeida  
(INEST-UFF)  
Dr. Fábio Borges (UNILA)  
Dr. Gabriel Passetti (INEST-UFF)  
Dr. Gerson Wasen Fraga (UFFS)  
Dr.a Graciela de Conti Pagliari (UFSC)  
Dr. Jayme Benvenuto Lima Junior (UNILA)  
Dr. João Carlos Amoroso Botelho (UFG)  
Dr.a Juliana Bigatão Puig (UNIFESP)  
Dr. Juliano da Silva Cortinhas (UNB)  
Dr. Luiz Pedone (INEST-UFF)  
Dr. Marcelo Mello Valença (UERJ)  
M.<sup>a</sup> Marianna Albuquerque (IESP-UERJ)  
Dr. Matheus Hoffmann Pfrimer (UFG)  
Dr. Roberto Goulart Menezes (UNB)  
Dr. Samir Perrone de Miranda (UFPB)  
Dr. Tadeu Morato Maciel (INEST-UFF)  
Dr.a Tânia Maria Pechir Gomes Manzur  
(UNB)  
Dr.a Tatiana Vargas Maia (UNILASALLE)  
Dr.a Tereza Maria Spyer Dulci (UNILA)  
Dr. Túlio Sérgio Henrique Ferreira (UFPB)  
Dr. Vagner Camilo Alves (INEST-UFF)  
Dr. Victor Leandro Gomes (INEST-UFF)

## **Editoria de Administração**

Bárbara Peixoto Cabral  
Clara Luisa Giugovaz Baleeiro  
Flávia Maria Ferreira Costa  
Joana Tatiana Gaio Seixas Moraes  
Juliana Zaniboni de Assunção

Ketlyn Rogéria da Silva Alfradique  
Letícia Neves Lopes da Silva  
Marcia Beatriz Santiago Pereira de Carvalho  
Milena Barbalho Santos  
Raissa do Vale Vieira  
Thiago Barroso

## **Editoria de Comunicação**

Alexandra Cristina Coutinho Coelho  
Amanda da Silva Rockert  
Anouk Considera El Kareh  
Beatriz Tenório de Oliveira  
Júlia Elizabeth Siqueira da Silva  
Luana Cristina Teixeira da Silva  
Maria Clara Bastos Campello  
Marllon Alves de Oliveira Souza Silva  
Rafael de Mattos Teixeira  
Thaianne Rodrigues de Carvalho  
Victória Conceição Correa Tavares da Silva

## **Editoria de Redação**

Ana Claudia Vieira Vidal  
Analice Quintanilha Porto Gomes  
Arthur Martins Teles Bufon  
Bruna de Almeida Cabral Correa  
Cecília Souza Grecchi  
Daniele Thomaselli Vasques de Oliveira  
Daniel Porcel Bastos  
Gustavo de Souza Moraes  
Isabela Gonçalves Araujo  
Katherine Nunes de Azevedo  
Letícia Cruxen Godinho  
Malu de Aguiar Gouvêa Aragão  
Meyre Vallé Teixeira  
Nycole Fonseca Nobrega  
Rafaela Machado Cândido  
Samara Oliveira Santana da Cunha  
Thayane Pacheco Massopust  
Victória Batistela Silva Rodrigues  
Virginia Belinot  
Yasmin Rodrigues Dias da Motta

## 100 anos do movimento sufragista britânico

*Júlia Furtado Reis*

No início do século XX, as mulheres iniciaram o movimento sufragista no Reino Unido. A busca por direitos políticos para as mulheres britânicas causou grandes mudanças na sociedade ocidental. Como resultado, em 1918, foi permitido, com ressalvas, que mulheres votassem no Reino Unido. O movimento das sufragistas britânicas inspirou diversas ações em busca por direitos políticos em outros países, que culminaram em avanços nesse âmbito.

O centenário dessa conquista coloca em pauta o movimento sufragista britânico, seu significado e seu legado. Além disso, nos permite fazer reflexões sobre os direitos políticos das mulheres no mundo desde então. Por isso, nesta edição, foi decidido trabalhar o movimento sufragista diante de diferentes perspectivas.

Além de analisar o movimento sufragista no Reino Unido junto ao seu contexto e singularidades, também buscamos evidenciar as mudanças causadas nos Estados Unidos como consequência do movimento sufragista local. Entretanto, entendemos que também é extremamente relevante apontar o caráter racista do movimento estadunidense. O silenciamento das mulheres negras no movimento é notável e reforça que ele deve ser entendido a partir de uma estrutura racista que permite e acentua a marginalização de mulheres negras.

Também abordamos as mudanças ocorridas na participação política das mulheres russas desde a União Soviética até a redemocratização. Além disso, a ascensão do conservadorismo no Brasil é analisada lado a lado com a participação das mulheres na política brasileira. Mostramos como algumas pautas e a atuação política do grupo tem o avanço impedido pela ascensão do conservadorismo no país.

Enfim, temos como ponto de partida que os contextos de participação das mulheres na política não são homogêneos, assim como os movimentos sufragistas que surgiram no mundo. Durante os cem anos desde o voto feminino britânico, diversas ações foram realizadas em busca do direito político para mulheres tendo como consequência conquistas importantes, mas ainda é evidente que muito tem que ser feito para que exista uma ampla e inclusiva participação das mulheres na política.

Desejamos uma boa leitura e convidamos os leitores a refletir conosco sobre os diversos aspectos desse movimento no mundo contemporâneo.

# SUMÁRIO

## Dossiê

**‘Votes for women’? O racismo como política de exclusão das mulheres negras na luta sufragista nos Estados Unidos**

por Meyre Teixeira, p. 8-17

**O impacto dos movimento sufragistas no Reino Unido e nos Estados Unidos da América**

por Juliana Zaniboni, p. 18-31

**Antifeminismo instrumentalizado para ganho de voto: Contrastes do sufrágio feminino atual com suas origens no Feminismo de primeira onda.**

por Mariana Crossetti da Hora, p. 32-39

**As mulheres britânicas, a grande guerra e a conquista do sufrágio: uma luta entre os anos de 1867 e 1928**

por Analice Porto, p. 40-49

**A política não tem rosto de mulher: da vitória do movimento sufragista ao esvaziamento do Duma**

por Letícia Cruxen, p. 50-59

## Artigo

**A contribuição das políticas sociais dos BRICS para o desenvolvimento dos países**

por Letícia Albertina Loureiro dos Reis Teodoro, p. 61-70

**A cooperação brasileira sul-sul em segurança alimentar e nutricional: o caso do CONSAN/CPLP**

por Kaio Tavares Rodrigues e Vanessa Schottz Rodrigues, p. 71-85

**La lógica de los conflictos ecológicos amazónicos en el siglo XXI: un análisis del caso yaigojé, apaporis**

por Eduardo Lima, Bernardo Lucas de Oliveira e Maryi Monroy Pinilla, p. 86-97

**A universalização da temática ambiental e a sua inclusão nas Relações Internacionais**

por Rosa Marcia Cristina Brito de Andrade, p. 98-110

## Colunas

**Defesa Nacional**

**Insegurança Alimentar: seu lugar na Síria**

por Rafaela Machado Cândido, p. 112-114

**Segurança Internacional**

**Diante das incertezas uma breve reflexão: um panorama das declarações sobre segurança internacional do BRICS**

por Katherine Nunes de Azevedo, p. 115-117

**Direito Internacional Público**

**A questão dos refugiados afeganes na fronteira com o Paquistão: a exclusão por iniciativa de Islamabad**

por Malu Gouvêa, p. 118-125

## **Economia Política**

**Alternativa ao desenvolvimento ou alternativa de Desenvolvimento? O bem viver em contraste ao conceito de desenvolvimento sustentável**

por Daniel Porcel, p. 126-134

# **Cultura**

## **Resenha**

**Voto para as mulheres**

por Clara Luisa Baleeiro, p. 136-138

**Os Panteras Negras: Vanguarda da Revolução**

por Bruna Cabral, p. 139-141

## “VOTES FOR WOMEN”?: O RACISMO COMO POLÍTICA DE EXCLUSÃO DAS MULHERES NEGRAS NA LUTA SUFRAGISTA NOS ESTADOS UNIDOS

*Por Meyre Teixeira*

**Resumo:** Durante a segunda metade do século XIX, o movimento abolicionista conquistou inúmeros adeptos, em especial, mulheres que perceberam na luta pela emancipação negra, a necessidade de lutar por si próprias. Deste modo, surgiu o movimento feminista no país. Ao longo do tempo, o movimento das mulheres estadunidenses entendeu que o sufrágio era fundamental para a conquista de suas demandas. E foi na luta sufragista que revelou o seu racismo como estratégia política para manutenção da supremacia branca e da segregação racial vigente como política social no Estado. Este presente artigo tem por propósito de compreender o direito ao voto como instrumento político e tensão entre mulheres e negros pela aquisição de maior liberdade, privilégios e prestígio social nos Estados Unidos da América. Para isso, será retomado o conceito de cidadania de Thomas Marshall para apreender a disputa entre tais grupos. No primeiro momento, o trabalho elucidará o movimento feminista e depois abordará o racismo instituído no movimento. A hipótese defendida aqui é que o sufrágio feminino reafirmou a supremacia branca dominante, marginalizando as mulheres negras. Ao final do artigo, identifica as causas que levaram as mulheres negras articularem entre si um movimento que considerasse a sua dupla opressão mulher e negra com o advento do feminismo negro.

**Palavras-chave:** Negras; Mulheres; Direitos; Racismo; Segregação; Voto.

**Abstract:** During the second half of the nineteenth century, the abolitionist movement conquered countless adherents, especially women who realized in the struggle for black emancipation, the need to fight for themselves. In this way, emerged the feminist movement in the country. Over time, the american women's movement understood that suffrage was essential to the achievement of their demands. And it was in the suffragist struggle that he revealed his racism as a political strategy for maintaining white supremacy and racial segregation in force as social policy in the State. This article aims to reflect the right to vote as a political instrument and tension between women and blacks for the acquisition of greater freedom and social prestige in the United States of America. To this end, Thomas Marshall's concept of citizenship will be taken up to seize the dispute between such groups. In the first



moment, the work will elucidate the feminist movement and then it will approach the racism instituted in the movement. The hypothesis advocated here is that female suffrage reaffirmed the dominant white supremacy, marginalizing black women. At the end of the article, it identifies the causes that led black women to articulate among themselves a movement that considered their double oppression female and black with the advent of black feminism.

**Keywords:** Black women; Women; Rights; Racism; Segregation; Vote.

## Introdução

Em tempos de resiliência, de refletir e ressignificar o lugar da mulher e de outras minorias na sociedade, este artigo propõe-se a apreender o voto como expressão de direito político e *status* de cidadania de um grupo social. O nosso objeto de estudo será o direito ao voto das mulheres e da comunidade negra nos Estados Unidos.

Inicialmente, a luta por liberdade das mulheres e negras(os) colocaram esses grupos juntos no movimento antiescravista, porém, ao longo do tempo, passaram a afastar-se quando um deles conseguiu mais direitos que o outro.

A 14ª e a 15ª Emenda da Constituição dos Estados Unidos assinalou a ampliação - na lei - da igualdade a população (masculina) negra antes de assegurar algum benefício para as mulheres. Isso gerou insatisfação das mulheres (brancas) que se sentiram preteridas e passaram a empenhar-se somente em sua causa por meio do movimento sufragista. Entretanto, a história dos Estados Unidos nos revela que, a segregação racial impediu durante muito tempo a execução na prática das emendas constitucionais. A conquista do voto feminino, ratificado em 1920 no Congresso, tornou-se em privilégio para as mulheres brancas, pois as mulheres negras devido a sua cor continuaram excluídas do processo decisório.

Desta forma, este trabalho tem por finalidade entender as disputas políticas e sociais entre mulheres e negros(as) norte-americanos a partir da luta pelo acesso ao voto, tendo como pano de fundo o período entre 1868 e 1965 que marcam o início de uma mudança no movimento das mulheres e o auge do movimento dos Direitos Civis, com a aprovação no Congresso da Lei do Direito do Voto (*Voting Rights Act*). A ideia central deste texto é que o movimento do sufrágio feminino nos Estados Unidos era um espaço de reafirmação da superioridade branca, ao dedicar-se de modo especial pela cidadania das mulheres de classe média, em sua maioria, brancas, marginalizando as demandas das mulheres de cor (“*colored women’s*”).

Este tema torna-se muito atual no presente para entendermos e valorizarmos o processo de luta das mulheres, especialmente, dá a importância do poder que o voto traz como instrumento político e exercício da cidadania.

Para isso, retomaremos o conceito de cidadania de Thomas Marshall para entender melhor a importância desta categoria para a sociedade. Por conseguinte, apontaremos a luta de emancipação das mulheres estadunidenses através do movimento sufragista, depois identificaremos o racismo no movimento das mulheres e, ao final, analisaremos como isto reper-

cutiu na diferença de *status* e direitos entre as mulheres (white x colored) que traduziu-se em lutas cujas vitórias aconteceram em anos diferentes - 1920 e 1965. A perspectiva histórica em diálogo com outras ciências sociais, como a sociologia, através da bibliografia lida nos ajudará a percorrer este caminho traçado nas próximas linhas.

## **“Inside/outside of citizenship”: a segregação racial no processo da luta pelos direitos e liberdade das mulheres nos Estados Unidos da América**

O sociólogo britânico Thomas H. Marshall elaborou a definição do conceito cidadania como o exercício articulado entre direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. Seu objeto de estudo foi o caso inglês cujo processo de construção de cidadania desenvolveu-se gradativamente a partir desta lógica entre os séculos XVIII ao XX. Ou seja, primeiro conquistou-se os direitos civis, depois os direitos políticos e, ao final, os direitos sociais<sup>1</sup>.

Os direitos civis são constituídos pelo conjunto de “direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei”, inspirado no princípio de liberdade individual (CARVALHO, 2002, p. 9). Desta forma, são direitos fundamentados “na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos” (Idem, *Ibidem*). Enquanto, os direitos políticos representam aqueles ligados à vida política da(o) cidadã(o) (dentro da sociedade). O direito do voto é o direito político mais destacado, pois simboliza status e poder na sociedade. Já os direitos sociais estão alicerçados no conceito de justiça social, isto é, diminuir as discrepâncias sociais através da promoção (mínima) de bem-estar social.

Em relação aos Estados Unidos da América (EUA), após a independência o recente país tinha a sua frente o desafio de formar uma Nação democrática, unida, integrada, desenvolvida<sup>2</sup> e livre. Para isso, resolveu-se instituir os grupos que estariam dentro e fora da cidadania estadunidense. A “democracia branca<sup>3</sup>” fruto da manutenção do sistema escravista africano, a remoção e a assassinato da população indígena excluía esta parte da população dos direitos civis, políticos e sociais e do projeto político da Nação. A cidadania branca e masculina descartava as mulheres norte-americanas que perceberam que deveriam se organizar para pleitear direitos.

Assim, foi dentro do movimento abolicionista nos Estados Unidos que surgiu o movimento feminista (ABREU, 2002; DAVIS, 2013). Assim, no interior da luta pela abolição da escravidão negra que as mulheres estadunidenses começaram a reivindicar pela sua liberdade política, civil e social. Este despertar aconteceu conforme as abolicionistas passaram a comparar a sua condição com a população escrava negra. Como atesta Zina Abreu, “as mulheres americanas identificaram a subordinação social dos escravos e a sua destituição de direitos políticos e civis com o seu próprio estatuto social, político e civil” (ABREU, 2002,

1 Todavia, esta ordem não se aplica a realidade de vários países, como no Brasil, no qual, segundo José Murilo de Carvalho inverteu esta sequência, iniciando pelos direitos sociais, direitos políticos e, por fim, os direitos civis. Cf. CARVALHO, José M. de. *A cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 2002.

2 O desenvolvimento aqui refere-se o avanço ao progresso. Ver KARNAL, Leandro. In: KARNAL, L. et. al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. SP: Contexto, 2007.

3 Cf. KARNAL, op. cit. Neste caso, o autor utiliza para retratar sobre a desigualdade de tratamento dada aos nativos (indígenas) no período da Marcha para Oeste. No nosso caso, abrange toda comunidade não-branca (indígena e negra).

p. 453-4). Deste modo, por alguns anos, como salienta Abreu o movimento das mulheres unificou-se ao movimento abolicionista. Inclusive, em 1866, foi criada a Associação pela Igualdade de Direitos que unificava tais campanhas.

Entretanto, Abreu aponta que a aliança rompeu-se ao incluir a palavra masculino (“male”) na categoria de cidadão na 14ª Emenda da Constituição<sup>4</sup>. Assim, as mulheres (brancas) questionaram sua posição e fundaram associações sufragistas (ABREU, 2002, p. 454). Desde então, o movimento sufragista nos Estados Unidos ganhou mais força, especialmente, no início do século XX com as conferências internacionais.

A 15ª Emenda da Constituição<sup>5</sup>, em 1870, afastou ainda mais o movimento feminista do movimento negro ao ampliar (teoricamente) os direitos políticos aos negros e pessoas de cor **antes** das mulheres (grifo meu), embora a lei assegurava a autonomia do Congresso para executar esta determinação e o modelo federalista permitia a liberdade aos estados de cumprir esta decisão. Todavia, na prática, foi somente um século depois do fim da escravidão que o Congresso aprovou o *Voting Rights Act* que permitiu a comunidade negra obter o privilégio de eleger seus representantes.

A luta das mulheres pelo voto nos Estados Unidos é marcada, segundo Abreu, por duas fases - a constitucionalista e a militante. Com campanhas moderadas, respeitando a lei e a ordem, as constitucionalistas, acreditavam “conseguirem sensibilizar a opinião pública e os governantes para a justiça das suas reivindicações” (ABREU, 2002, p. 455). No entanto, faltou mais eficiência nesta estratégia. Ao regressar aos Estados Unidos, Alice Paul e Lucy Burns trouxeram consigo suas experiências no movimento sufragista britânico agregando a militância a pauta feminina estadunidense, inicialmente na *National Woman Suffrage Association* (NWSA) - Associação Nacional do Sufrágio da Mulher e, depois, na *The Congressional Union for Woman Suffrage* (União do Congresso para o Sufrágio da Mulher). O crescimento do grupo ao passo desta estratégia mais radical gerou um certo temor interno para algumas e uma ligeira mudança da postura do Congresso dos Estados Unidos, encarando esta luta com um pouco mais de seriedade (Idem, Ibidem).

Vale ressaltar que, a ascensão da classe média enquanto classe (dirigente) política refletiu-se na sua forte participação no movimento das mulheres<sup>6</sup>. Neste sentido, ao reconhecer como prioridade o voto feminino do que o voto da comunidade negra, Henry W. Beecher exaltava “[...] as mulheres brancas [...] são descritas na linguagem dos estereótipos sexistas dominantes” (DAVIS, 2018, p. 81).

De acordo com Bell Hooks, o movimento das mulheres brancas do Estados Unidos buscavam, de um lado, introduzir a equidade de gênero na sociedade, ao mesmo tempo que, permaneceram com o pensamento “sexista e racista que lhes ensinou a olhar as mulheres diferentes de si mesmas como Outras” (HOOKS, 2014, p. 88). Ultrapassar esta barreira da Outra significaria reconhecer o ódio racial que estava impregnado em suas mentes, consequência direta da base imperialista racial que colonizou o país e supera o imperialismo sexual.

4 Cf. CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Disponível em: <http://www.uel.br/pessoal/jneto/gradua/historia/recdida/ConstituicaoEUARecDidaPESSOALJNETO.pdf>. Acesso em: 05 de janeiro de 2019.

5 Cf. CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Disponível em: <http://www.uel.br/pessoal/jneto/gradua/historia/recdida/ConstituicaoEUARecDidaPESSOALJNETO.pdf>. Acesso em: 05 de janeiro de 2019.

6 Cf. ABREU, op. cit.

Neste sentido, Hooks assinala que, estes movimentos “foram construídos em fundações racistas” (HOOKS, 2014, p. 90). Isto pois, foi no movimento de direito das mulheres que espelhou-se a estrutura do *apartheid* racial social entre o século XIX e início do século seguinte (Idem, Ibidem). A defesa da igualdade social não destinava-se para todas as mulheres, mas para as mulheres brancas. Embora, segundo Hooks muitas mulheres eram abolicionistas isso não as isentava do racismo, porque a sua luta anti-escravista era pautada por motivos morais e religiosos e não a liberdade e igualdade da população negra.

Por conseguinte, na luta pelo direito ao voto evidenciou o racismo no movimento feminista. A possibilidade dos homens negros adquirir o poder do voto antes das mulheres gerou raiva e ofensa para as sufragistas em razão da estratégia dos homens brancos reafirmar a supremacia sexual na política. Elizabeth Stanton afirmou,

Se os homens saxões legislaram deste modo contra as suas próprias mães, esposas e filhas, o que podemos esperar das mãos dos chineses, indianos e africanos? Eu protesto contra os direitos a outro homem de qualquer raça ou clima até que as filhas de Jefferson, Hancock, e Adams sejam coroadas com os seus direitos (STANTON [1869?] *apud* HOOKS, 2014, p. 92).

Esse discurso demonstra a facilidade das sufragistas (brancas) colocar-se acima na hierarquia social e racial angariando seus privilégios frente a manutenção da opressão racial. Primeiramente, deveria conceder direitos às mulheres e, depois, as pessoas de cor (*colored people*). Em outra declaração que reforça esta lógica de pensamento, na Associação pela Igualdade de Direitos, em 1867, Stanton assinalou que,

Com o homem negro, não teremos nenhum elemento novo no governo, mas com a educação e a distinção das mulheres, teremos um poder que consiste em conduzir a raça anglo-saxã rumo a uma vida superior e mais nobre e, assim, pela lei da atração, elevar todas as raças a um patamar mais justo do que aquele que seria alcançado na situação de isolamento político dos sexos (1887 *apud* DAVIS, 2018, p. 81).

A assertiva de Stanton representava um eco de milhares de mulheres (brancas) que entenderam na na liberdade negra uma igualdade com o seu *status*, sentindo-se profundamente ameaçadas do voto elevar a condição dos homens negros, tornando-os superiores a elas. Além disso, elas estavam frustradas mediante a aliança na campanha abolicionista durante a Guerra Civil não tê-las recompensado com o sufrágio feminino que esperavam pelos republicanos, após a vitória da União sob os estados Confederados. Tal conjuntura, levou-as contrapor-se ao sufrágio negro (DAVIS, 2018).

No entanto, o objetivo do Partido Republicano com a aprovação das décimas quarta e quinta emendas constitucionais era político e econômico, isto é, visavam conseguir o voto dos *colored man* (homens de cor) para o partido estabelecendo a hegemonia do Norte sob o Sul.

Em 1903, conforme Hooks, o quadro oficial da *National American Woman Suffrage Association* (Associação Nacional Americana de Sufrágio da Mulher, NAWSA) aprovou a

supremacia branca, sobretudo na região Sul, com base no princípio do direito dos Estados. (HOOKS, op. cit., p. 93). Ademais, a ameaça de saída de clubes sulistas perante a discussão da questão racial na *General Federation of Women's Clubs* (Federação Geral de Clubes de Mulheres) ao final do século XIX e início do século XX revela a tensão interna no movimento feminista minimizando o debate e a desigualdade racial.

Deste modo, como salienta Gabriele Lima, “a dificuldade de reconhecer privilégio acarreta no silenciamento de mulheres negras”<sup>7</sup>. Assim, foi estruturando o racismo no movimento de direito das mulheres nos Estados Unidos atuando como uma força dominante presente na conduta, no apoio, no discurso nos clubes de mulheres brancas tanto do Sul quanto do Norte. Miss Corinne Stocker, editora do *Atlanta Journal* e membra do Clube de Imprensa Feminino da Geórgia, assinalou que,

Nesta questão as mulheres sulistas não são estreitas de pensamento ou preconceituosas, mas apenas não podem reconhecer socialmente as mulheres negras... simultaneamente sentimos que o Sul é o melhor amigo das mulheres negras (STANTON [1869?] apud HOOKS, 2014, p. 94)

Nesta interlocução, identificamos a discriminação racial disfarçada de uma fala de certa solidariedade, no qual as mulheres afro-americanas são consideradas “amigas”, porém não na mesma posição social (igual) das mulheres brancas. E na perspectiva da Stocker sua percepção não é racista.

As leis Jim Crow (ou Era Jim Crow) foi um sistema de segregação racial que oprimia a comunidade *colored people* estadunidense entre o final do século XIX e mais da metade do século XX, principalmente na região Sul do país. Através de um conjunto de regras que distinguia os espaços, os tratamentos, o acesso ao conhecimento e, sobretudo, (a ausência) de direitos entre brancos x “*colored*” (coloridos) - especialmente, entre a comunidade afro-americana - institucionalizou-se as assimetrias de poder, de riqueza e de cidadania que refletem-se até nos dias de hoje na Nação entre estes grupos.

Conforme o historiador Leandro Karnal, na década de 1890 emergiu um novo sistema de marginalização racial nos Estados Unidos a partir do Sul ex-escravista (KARNAL, op. cit., p. 181). A lenta cidadania que a comunidade preta - neste caso, os homens negros - estavam adquirindo por meio dos seus direitos políticos e civis declarados na Constituição foi-lhes retirada de forma brusca e violenta, principalmente nos estados sulistas. Karnal salienta que, “a terrível situação dos negros no Sul, com o aval das autoridades locais e leis específicas, foi reforçada pela violência dos linchamentos” (Idem, Ibidem). Em média, semanalmente dois negros eram linchados entre 1899 e 1903 naquela região. A ideologia da “supremacia branca” conquistou inúmeros adeptos, sobretudo pelos brancos pobres que viam a superioridade da sua cor compensar o seu baixo nível econômico (Idem, Ibidem).

Por conseguinte, a forte onda de violência, péssimas condições de vida e de trabalho ocasionou em um êxodo de parte da população negra sulista em direção aos estados do Norte no início do século XX. Contudo, “a vida no Norte também não era fácil para os negros”

7 LIMA, Gabriele. In: *A mulher branca e o feminismo negro*, 2016. Acesso em: 16 de janeiro de 2019.

(KARNAL, 2007, p. 183). A segregação racial impregnada na cultura dominante operava-se sob diversas formas e práticas (in)diretas.

Como resistência, os negros articulavam-se a partir de expressões artísticas, culturais e intelectuais a sua situação e postulavam por seus direitos. Assim, W. Dubois, importante intelectual negro, um dos fundadores da Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor (NAACP, em inglês) manifestava em seus textos a luta pelos direitos civis, políticos e sociais da comunidade afro-americana.

Em parte, dentro do movimento de direitos da mulher expressavam as leis Jim Crow no sufocamento da luta da mulher negra norte-americana, na posição de inferioridade que infligiram à elas e o estigma produzido sobre o estereótipo sexual do corpo feminino preto. Ademais, tinha uma questão moral que afastava mais estes corpos marcadas pela impureza e promiscuidade.

Entre o final do século XIX e a Primeira Guerra Mundial muitas mulheres procuravam no trabalho fora do âmbito doméstico uma alternativa ao casamento, a conquista da independência financeira e tentativa de estabelecer novas relações no casamento. E nestes espaços também refletiam práticas racistas. O trabalho duro, pesado e desagradável característico do sistema escravista continuou sendo realizada pelas mãos negras. Ademais, a instalação de banheiros, salas e salários diferentes e até doenças inventadas serviram para justificar a necessidade de separação entre as as mulheres brancas e mulheres pretas, por pedido das primeiras. Como salienta Hooks,

As mulheres brancas empregadas pelo governo federal insistiam que eram segregadas pelas mulheres negras. Em muitas situações laborais foram instalados salas de trabalho separadas e balneários para que as mulheres brancas não tivessem de trabalhar, ou lavarem-se lado a lado com as mulheres negras. O mesmo argumento foi usado pelas mulheres brancas membros de clubes para explicar a exclusão das mulheres negras que afirmaram que elas eram imorais, livres e insolentes. Elas afirmaram ainda que precisavam da proteção da segregação para que não apanhassem as doenças do “negro”. Algumas mulheres brancas afirmaram ter visto as mulheres negras com doenças vaginais (HOOKS, op. cit., p. 96-7).

Desta forma, a hierarquia racial que perpetuava no movimento sufragista materializou-se no ambiente de trabalho ampliando as desigualdades entre estas mulheres.

Por conseguinte, em 1919, trinta e nove estados aprovaram o sufrágio feminino nos Estados Unidos. No ano seguinte, uma emenda constitucional consagrou a vitória tão pleiteada desde a segunda metade do século XIX que mobilizou campanhas, lutas, associações, clubes e disputas em prol de conquistar um passo importante para o exercício pleno da cidadania das mulheres: o direito ao voto. Entretanto, se por um lado, como atesta Karnal, “a ênfase no voto limitou a luta feminista à busca desse direito político formal, colocando em segundo plano o problema das desigualdades de classe” (2007, p. 189); por outro lado, ele não representou o ponto final da escravidão para as mulheres negras, uma vez que sua condição impelia do acesso às urnas.

Em relação a este último ponto, Angela Davis assinala que, as mulheres negras no Sul

foram violentamente impedidas de praticar o sufrágio. Um exemplo disso foi “a erupção do *Klu Klux Klan* e a violência em locais como *Orange Country*, Flórida, trouxe injúria e morte às mulheres negras e às suas crianças” (DAVIS, 2013, p. 108). Em outras regiões, a autora destacou que, o direito ao voto continuou sendo “pacificamente” restrito para a comunidade afro-americana.

Vale ressaltar que, o voto tinha um importante símbolo de poder para a comunidade negra. Como aponta Davis (2018, op. cit.), a liberdade negra com abolição da escravidão continuou precária devido a extrema violência e dificuldade econômica que estavam submetidos. O preço da derrota dos Estados Confederados na Guerra Civil recaiu sobretudo a população negra através das políticas segregacionistas e organizações defensoras da supremacia branca, como o *Klu Klux Klan*. Um dos grandes partidários da relevância do voto para os negros foi o Frederick Douglas. Para Douglas, o voto era uma emergência para os negros, pois necessitavam melhorar o seu *status* e liberdade. A luta pelo voto era fundamental para suplantando o resquício da escravidão.

Por fim, na década de 1960, em meio ao crescimento do movimento negro pleiteando por direitos, o movimento feminista também reivindica por suas pautas rejeitando de forma sutil a questão racial. Hooks afirma que, “tomou a forma de simplesmente ignorar a existência das mulheres negras ou escrever sobre elas usando estereótipos comumente sexistas e racistas” (Idem, op. cit., p. 99). Assim, “a maior parte das mulheres brancas escritoras que se consideravam feministas revelaram nos seus livros que tinham sido socializadas para aceitar e perpetuar a ideologia racista” (Idem, Ibidem). Disto o feminismo negro apareceu e fortaleceu-se enquanto movimento e, posteriormente, teoria política para refletir e lutar contra os mecanismos que conjugam a dupla opressão das mulheres negras e a falta de direitos.

## Conclusão

Conforme Djamila Ribeiro, “[...], as feministas brancas tratam a questão racial como birra e disputa, impossibilitando o avanço e reproduzindo as velhas e conhecidas lógicas de opressão. A realidade é que as pessoas brancas se sentem violentadas quando é evidenciando o sistema opressor que as beneficia. Afinal, ninguém quer ser taxado de opressor”<sup>8</sup>.

Desta forma, podemos sintetizar a postura por parte de inúmeras feministas estadunidenses que participaram do movimento das mulheres entre 1866 e 1965 ao lidar com as pautas da comunidade negra. A evidente e crescente discriminação racial presente nas associações, campanhas, discursos, clubes de mulheres inviabilizou a singularidade de raça e de classe.

A ampliação da plataforma dos direitos civis, políticos e sociais que em conjunto formam a cidadania foi conduzida de forma vertical de acordo com a cor, gênero e classe no Estado americano. Como consequência do sistema escravista e da Guerra Civil, implantou-se um sistema de segregação racial que dificultou de maneira agressiva e violenta a liberdade e igualdade da comunidade negra. Ao mesmo passo que, foi neste momento que emergiu o movimento feminista cuja postura inicial foi mobilizada em torno da alforria agrupando a

8 *apud* LIMA, Gabriele. op.cit.

agenda feminista (branca) e negra. Entretanto, a possibilidade da população preta alcançar direitos primeiro mudou radicalmente o comportamento das mulheres, evidenciando o seu racismo e o compromisso delas com a sua raça e, depois, com a sua classe. A luta sufragista estadunidense foi um movimento que no seu interior de forma discreta reafirmou os privilégios brancos por meio da manutenção da desigualdade racial. O sentimento anti-negro que partilhavam muitas ativistas silenciava a atuação feminina preta. A aprovação do voto feminino no âmbito federal, em 1920, reforçou a “supremacia branca” e não modificou a situação das mulheres negras norte-americanas.

Em contrapartida, a população negra não acomodou-se e procurou seus próprios métodos e instrumentos para requerer sua cidadania. Através das músicas, literatura e outras expressões artísticas, culturais e letradas; assim como, de ações, passeatas, campanhas e organizações políticas impulsionou-os na luta cujo fim sucedeu no movimento dos direitos civis (que iniciou durante a década de 1950).

Karnal sublinha que, “a palavra liberdade era definida, nesse movimento, de forma ampla, significando igualdade, poder, reconhecimento, direitos e oportunidades” (2007, p. 243). Por meio de várias plataformas de ação, entre elas, a desobediência civil por meio da resistência pacifista liderada pelo pastor Martin Luther King Jr. a comunidade preta logrou, enfim, além do voto derrubar as leis Jim Crow, ou seja, o regime legal institucional de segregação racial. As décadas de 1960 e 1970 são marcadas, em parte, pelo crescimento gradual da obtenção de cidadania para as “pessoas de cor” (*colored people*), especialmente os negros.

Enfim, enquanto o ano de 1920 representou o triunfo do movimento das mulheres (brancas) estadunidenses após muita luta e empenho a fim de assegurar seu direito político, democrático e posição social. Já, em 1965, configurou a vitória para a população negra uma vez que alterou singularmente sua posição na hierarquia social. A disputa pelo poder promoveu adoção de estratégias diferentes entre as mulheres (brancas) e negras(os) distanciando-os, em parte, no movimento e no campo teórico e político com o feminismo branco e o feminismo negro.

## Referências Bibliográficas

ABREU, Zina. **Luta das mulheres pelo direito do voto: movimento sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos**. In: Revista Arquipélago, História, 2ª série, vol. VI, 2002, p. 443-469.

CARVALHO, José M. de. **A cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 2002.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. [Constituição (1787)]. **A Constituição dos Estados Unidos da América**. Filadélfia, PA: Disponível em: <<http://www.uel.br/pessoal/jneto/gradua/historia/recdida/ConstituicaoEUAREcDidaPESSOALJNETO.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2019.



DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. 1ª edição, 1982. Tradução livre para a Plataforma Gueto, 2013.

DAVIS, Angela. **Racismo no movimento sufragista feminino (recurso eletrônico)**. Tradução de Heci R. Candiani, 1ª ed, SP: Boitempo, 2018.

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher: Mulheres negras e feminismo**. 1ª edição, 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto, 2014.

KARNAL, Leandro. In: KARNAL, L. et. al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. SP: Contexto, 2007.

LIMA, Gabriele. In: **A mulher branca e o feminismo negro**, 2016. Acesso em: 16 de janeiro de 2019.

## O IMPACTO DOS MOVIMENTOS SUFRAGISTAS NO REINO UNIDO E NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Por Juliana Zaniboni

**Resumo:** Os movimentos sufragistas que ocorreram no Reino Unido e nos Estados Unidos se mostram diferentes em suas atuações. Pois, enquanto que no Reino Unido houve uma divisão do movimento sufragista entre *suffragists* e *suffragettes*, onde um utilizava métodos mais pacífico, enquanto o outro utilizava da violência para atingir seus objetivos, nos EUA, as táticas utilizadas eram mais de resistência e não de violência propriamente dita. Independente das estratégias, o objetivo era o mesmo, conseguir o voto. Apesar disso, os métodos utilizados pelas sufragistas tiveram impacto direto em cada sociedade, pois até antes do sufrágio, a mulher era vista como um ser delicado, passando a ser taxada de criminosa por lutarem pelos seus direitos.

**Palavras-chave:** Sufragista; Movimento; Mulheres.

**Abstract:** The women's suffragist movement that happened in United Kingdom and in the United States of America have showed differences in its performances. Because, while in UK there was a break in the movement between *suffragists* e *suffragettes*, which one used more peaceful methods, the other used violence to reach the goals, in the US, it was used resistance methods. Even with the differences in the strategies, the goal itself was the same, to grant the vote. Besides that, the different methods had a strict impact in each society, because before the women's suffrage movement, women were seen as fragile beings, and after that, they were called criminals for fighting for their rights.

**Keywords:** Suffragist; Movement; Women.

### Introdução

A luta pelo voto feminino começa no final do século XIX e vai até o século XX, quando coincidentemente mulheres da América do Norte e da Europa começaram a questionar

o sistema político vigente. Esse período em que as mulheres se unem para conseguir o voto é denominado a Primeira Onda do Feminismo, marcada pela reivindicação do sufrágio feminino. Para que essa Primeira Onda ocorresse, vários fatores contribuíram para isso, como por exemplo as Guerras, pois as mulheres tiveram que assumir os trabalhos antes realizados por homens. A luta pela participação feminina no sistema político se torna de verdadeira importância ao notar que estão complementarmente excluídas, sendo permitidas apenas a realização de tarefas domésticas.

Este artigo tem como objetivo principal evidenciar as mudanças nas sociedades britânicas e norte americanas com o surgimento dos movimentos sufragistas. Cada movimento feminista repercutiu e teve consequências respectivas, no entanto, a proporção e as medidas tomadas impactaram além dos indivíduos daquela sociedade, algumas estrangeiras como a brasileira Bertha Lutz.

Basicamente, o artigo será dividido nos seguintes tópicos: Introdução, A luta pelo sufrágio no Reino Unido, Impacto do sufrágio no Reino Unido, Movimento sufragista nos Estados Unidos da América, Impacto do sufrágio nos Estados Unidos da América e Conclusão. Quanto a metodologia, foi utilizado fotos de documentos da década de 1920 e 1930, que comprovassem essa mudança de visão.

## A luta pelo sufrágio no Reino Unido

O direito de voto igualitário garantido pelas mulheres no Reino Unido ocorreu em 1928, no entanto, esse feito foi logrado após muitos anos de muita luta por parte das *suffragists* e *suffragettes*. No Reino Unido, até 1832, as mulheres, cujas as quais pertenciam à classe média, não eram explicitamente excluídas do voto e em agosto do mesmo ano, Mary Smith apresentou a primeira petição do sufrágio feminino ao Parlamento. No entanto, ainda em 1832, o Grande Ato de Reforma confirma a exclusão feminina do direito ao voto. E a partir desse momento, as mulheres começaram a se organizar em prol da garantia de seus direitos, mas, em 1866, mesmo com o apoio do membro do Parlamento John Stuart Mill, não foi possível garantir esse direito às mulheres e então comunidades *suffragists* são criadas em Edinburgh, Londres e Manchester.

No dia 31 de janeiro de 1881, a Ilha do Homem<sup>1</sup>, garante o voto às mulheres que possuíssem propriedades. Em 1884, foi feito a Representação do Ato do Povo de 1884 ou mais comumente conhecido como o Terceiro Ato de Reforma, que tinha como objetivo expandir o direito ao voto aos homens das áreas rurais, igualando-os aos votos dos homens de elite. Nesse mesmo período, uma emenda foi feita para incluir as mulheres, no entanto, esta foi negada.

Em 1897, é formado a *The National Union of Women's Suffrage Societies* (NUWSS)<sup>2</sup>

1 The official Isle of Man government website. Votes for Women! Disponível em: <<https://www.gov.im/news/2017/dec/05/votes-for-women/>> Acesso em: 10 de jan. 2019.

2 Parliament.uk. 1897 Foundation of the National Union of Women's Suffrage Society. Disponível em: <<https://www.parliament.uk/about/living-heritage/evolutionofparliament/2015-parliament-in-the-making/get-involved1/2015-banners-exhibition/alinah-azadeh/1897-founding-of-the-nuwss-gallery/>> Acesso em: 10 de jan. 2019.

com o suporte de mais de 20 comunidades nacionais, tendo como líder Millicent Garret Fawcett<sup>3</sup>. Essa organização era composta por *suffragists*, ou seja, era composta por mulheres de classe média que utilizavam métodos pacíficos de mobilização para atingir seus objetivos, como por exemplos, utilizando formulações de petições. Logo, as *suffragists* não tinham a intenção de derrubar o governo ou nada muito revolucionário, apenas garantir direitos mínimos como o voto, mantendo os padrões de classe média.

Justamente por possuírem métodos pacíficos e não incomodarem de fato o governo, a organização não conseguia nenhum avanço, porém em 1903, Emmeline Pankhurst<sup>4</sup> resolveu mudar a tática do grupo e fundou com suas filhas Christabel e Sylvia *The Women's Social and Political Union* (WSPU)<sup>5</sup>, cujos os lemas principais eram “Atos, não palavras”<sup>6</sup> e “Votos para as mulheres”<sup>7</sup>. Essa organização começava se diferenciar, evidenciando sua ruptura com a NUWSS, pois enquanto esta continua realizando suas petições, a WSPU realizava protestos, fazendo com que suas integrantes acabassem presas, a mídia então as classificou como “*suffragettes*”. Essa organização era formada por mulheres de classes trabalhadoras que utilizavam táticas violentas e incisivas para alcançar o direito ao voto.

As chamadas *suffragettes* lideradas por Pankhurst faziam manifestações cada vez com um maior número de pessoas e além disso, iam atrás de ministros para perguntarem sobre o sufrágio feminino. Em 1908, quando o Primeiro Ministro Liberal Herbet Asquith não respondeu às suas questões, elas começaram a estraçalhar os vidros na rua Downing, utilizando pedras. Outras até se amarram às grades e conforme o governo ia exibindo os projetos de lei de conciliação, não sendo aprovado o voto feminino, novas táticas eram usadas como a greve de fome e novas respostas eram dadas à altura como a alimentação forçada. Além disso, cada vez que um projeto de lei tentava ser aprovado com o voto feminino e alguém do governo barrava, os protestos das *suffragettes* começavam e a polícia agia de forma brutal, prendendo algumas e ferindo fatalmente outras.

As *suffragettes* estavam tomando medidas cada vez mais intensas, através de bombardeios, prisões e protestos. O ano de 1913 deve ser destacado, pois ocorre o acidente com a *suffragette* Emily Wilding Davison<sup>8</sup>, pois para chamar a atenção para a causa sufragista, ela se coloca à frente do cavalo de corrida do Rei em movimento e acaba fatalmente ferida, morrendo quatro dias após o acontecimento. Não se sabe se ela possuía realmente a intenção de

3 Encyclopedia Britannica. Dame Millicent Garrett Fawcett. Disponível em: < <https://www.britannica.com/biography/Millicent-Fawcett> > Acesso em: 10 de jan. 2019.

4 BBC. Emmeline Pankhurst (1858-1928). Disponível em: < [http://www.bbc.co.uk/history/historic\\_figures/pankhurst\\_emmeline.shtml](http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/pankhurst_emmeline.shtml) > Acesso em: 10 de jan. 2019.

5 Encyclopedia Britannica. Women's Social and Political Union. Disponível em < <https://www.britannica.com/topic/Womens-Social-and-Political-Union> > Acesso em: 10 de jan. 2019.

6 The Telegraph. Suffragette timeline: the long march to votes for women. Disponível em < [https://www.telegraph.co.uk/film/suffragette/suffragette\\_timeline/](https://www.telegraph.co.uk/film/suffragette/suffragette_timeline/) > Acesso em: 10 de jan. 2019.

7 The Telegraph. Suffragette timeline: the long march to votes for women. Disponível em < [https://www.telegraph.co.uk/film/suffragette/suffragette\\_timeline/](https://www.telegraph.co.uk/film/suffragette/suffragette_timeline/) > Acesso em: 10 de jan. 2019.

8 Encyclopedia Britannica. Emily Davison. Disponível em: < <https://www.britannica.com/biography/Emily-Davison> > Acesso em: 11 de jan. 2019.

se matar ou apenas enviar uma mensagem ao Rei sobre a causa, mas se torna evidente que esse foi um marco na luta pelo sufrágio, pois o funeral de Emily Davison<sup>9</sup> reuniu milhares de mulheres, *suffragists*, *suffragettes* e pessoas que começaram a enxergar essa questão de outra maneira. Muitos historiadores e especialistas sobre o assunto dizem que esse tenha sido o estopim para que as mulheres se juntassem em uma só causa, apesar dos métodos distintos adotados.

Em 1914, mais protestos e petições são realizadas, mas no dia quatro de agosto do mesmo ano, a Primeira Guerra Mundial começa e as líderes *suffragettes* fazem com que as mulheres participem dos esforços de guerra, sem deixar de fazer campanha para a conquista de direitos. E em 1917, o projeto de lei da Reforma Eleitoral<sup>10</sup> é aprovado garantindo o direito ao voto às mulheres, permitindo o voto apenas as que fossem maiores de 30 anos, maiores de 21, desde que tivessem suas próprias casas ou fossem casadas com chefes de família.

No dia 28 de novembro de 1919, Nancy Witcher Astor<sup>11</sup> é eleita e se torna a primeira mulher como membro do Parlamento. E finalmente, no dia 2 de julho de 1928, foi aprovada uma emenda no Ato da Representação do Povo<sup>12</sup>, garantindo o voto a todas as pessoas que fossem maior de 21 anos.

## Impacto do sufrágio no Reino Unido

No livro *A Sujeição das Mulheres*, o autor John Stuart Mill evidencia como as mulheres eram vistas pela sociedade no contexto do século XIX, antes dos movimentos sufragistas. As mulheres nessa época eram comparadas às crianças, pois tinha-se a ideia de que eram inocentes, frágeis, ingênuas, indefesas e incapazes de cuidarem de si mesmas. Devido a essa ideia, as mulheres foram privadas de direitos, concedidos aos homens, como o direito ao voto e a liberdade de expressão, pois uma opinião expressada por uma mulher era sempre duvidosa ou ridicularizada. Ainda citando o livro de John Stuart Mill, é importante destacar que nesse período, a ciência era utilizada como justificativa para todos os atos, como a ideia de que os homens iriam levar a civilização para os povos “bárbaros” de outras regiões. No caso feminino, a ciência foi usada para mostrar que como a mulher possuía um corpo menor, seu cérebro era menor e portanto, a mulher não podia ser considerada racional<sup>13</sup>. Vale lembrar, no entanto, que esse pensamento era direcionado às mulheres de classe média e

9 Century Ireland. Emily Davison laid to rest. Disponível em: < <https://www.rte.ie/centuryireland/index.php/articles/emily-davison-laid-to-rest> > Acesso em: 11 de jan. 2019.

10 The History of Parliament. Votes for Women and the Speaker's Conference on Electoral Reform 1916-1917. Disponível em: < <https://thehistoryofparliament.wordpress.com/2017/01/18/votes-for-women-and-the-speakers-conference-on-electoral-reform-1916-17/> > Acesso em: 11 de jan. 2019.

11 Encyclopedia Britannica. Nancy Witcher Astor, Viscountess Astor. Disponível em: < <https://www.britannica.com/biography/Nancy-Witcher-Astor-Viscountess-Astor> > Acesso em: 11 de jan. 2019.

12 Parliament.uk. 1928 Equal franchise act. Disponível em: < <https://www.parliament.uk/about/living-heritage/transformingsociety/electionsvoting/womenvote/case-study-the-right-to-vote/the-right-to-vote/birmingham-and-the-equal-franchise/1928-equal-franchise-act/> > Acesso em: 11 de jan. 2019.

13 British Library. Gender roles in the 19th century. Disponível em: < <https://www.bl.uk/romantics-and-victorians/articles/gender-roles-in-the-19th-century> > Acesso em: 11 de jan. 2019.

também brancas, pois as mulheres negras eram vistas de outra forma.

Com o advento do movimento *suffragist* NUWSS já ocorreu uma quebra de paradigma, pois as mulheres finalmente estavam se posicionando contra a ausência de direitos como o voto. Mesmo essa organização sendo de verdadeira importância em prol dos direitos das mulheres, ainda não era algo verdadeiramente revolucionário, pois as integrantes utilizavam de métodos pacíficos e assim, perpetuava-se a ideia da época associada à mulher, um indivíduo, calmo, delicado e frágil. As mulheres que faziam parte dessa organização eram pertencentes à classe média e apesar de quererem direitos, utilizavam petições e iam para jantares e cafés para conseguir tal feito.

O movimento das *suffragettes* já foi mais significativo a ponto de mudar essa visão de inocência das mulheres, pois as integrantes se comportavam de maneira até então não esperadas por mulheres, como já citados os protestos, o vandalismo em lojas e as atitudes incisivas, questionando os membros do governo, até quando as mulheres ficariam sem o direito ao voto.

Durante séculos, houve a construção da ideia de que mulheres eram seres fracos e indefesos e que precisavam serem cuidadas por outrem, no entanto, quando tanto a Primeira, quanto a Segunda Guerra eclodiram e as mulheres tiveram que ir para as fábricas realizarem os serviços antes feitos por homens, ficou claro que a situação das mulheres não podia continuar da maneira que estava. Pode-se observar, então, que os esforços antes feitos pelos grupos sufragistas mais o acontecimento da guerra, onde houve a troca de papéis, acabou evidenciando que as mulheres podiam realizar mais do que realmente estava sendo oferecido a elas.

Devido a visão da sociedade sobre as mulheres, os jornais que eram consumidos ou feitos, raramente, por mulheres se resumiam praticamente a assuntos domésticos, comportamento feminino, moda, receitas culinárias, segundo o site Cardiff.ac.uk, como evidenciado na figura 1 a revista *Lady's Pictorial* (1860-1878). Apenas com a introdução, em 1870, do *Women's Suffrage Journal* e mais adiante com a criação do *Suffrage Journal*, como mostra a figura 2, que as mulheres começam a consumir outro tipo de material, além de assuntos voltados para o âmbito domésticos. Desde já, pode-se notar uma diferença, pois enquanto a primeira foto retrata a mulher como ícone de moda, a segunda a retrata como guerreira. Apesar de já ser evidente a diferença nessa comparação, na figura 3, a transformação fica muito mais evidente, pois neste documento as *suffragettes* são taxadas como verdadeiras criminosas, algo impensável na concepção ideal da mulher nessa sociedade.

Fotografia 1 - Lady's Pictorial

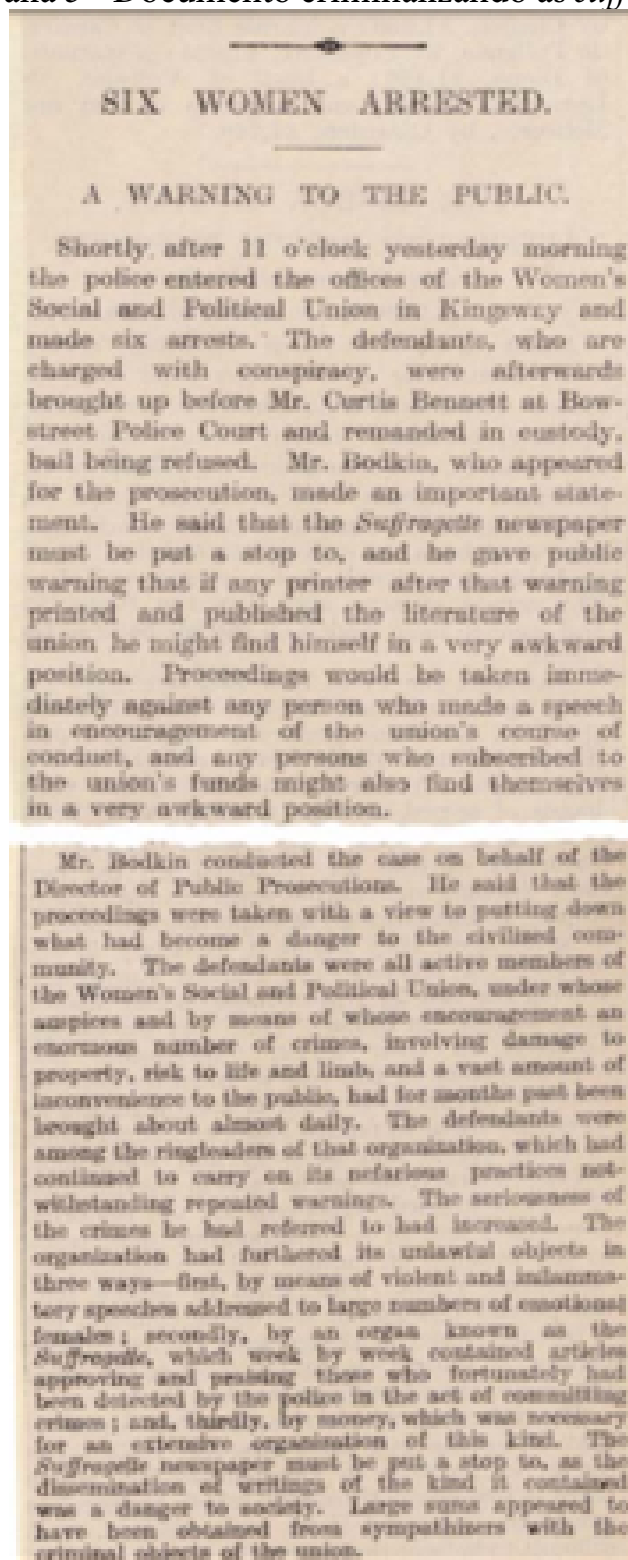


Fonte: Cardiff University (1860-1878).

Fotografia 2 - The Suffragette Journal



Fonte: Spartacus Educational ( 17/10/1913).

Fotografia 3 - Documento criminalizando as *suffragettes*.

Fonte: Naltionalarchives.gov.uk. Artigo retirado do jornal , 'The Times', 1/05/1913.

É correto afirmar que a luta pelo voto feminino teve impacto principalmente nas mu-



lheres, pois foi através dessa conquista que elas puderam perceber que quando elas agem juntas, conseguem o objetivo desejado. A luta pelo sufrágio é importante porque este foi apenas o passo inicial, pois após essa vitória, muitas outras lutas foram travadas, como por exemplo a luta por salário mais justos, repúdio contra a violência doméstica, discriminação sexual e poder de escolha sobre a reprodução. Então, se torna claro que as lutas da mulher dessa sociedade são possíveis, pois elas tiveram exemplos práticos que as ensinaram a lutar pelos seus direitos.

## Movimento sufragista nos Estados Unidos da América

A ideia de não participação das mulheres nas decisões políticas também as mostrava que essa situação não poderia permanecer da maneira que estava. Um evento relevante que culminou na luta pelos direitos femininos ocorreu quando duas líderes feministas, chamadas Elizabeth Cady Stanton<sup>14</sup> e Lucretia Mott<sup>15</sup>, foram excluídas de participar da Convenção Mundial Antiescravagista em 1840. E no ano de 1848, elas decidiram organizar uma convenção dos direitos das mulheres na cidade de Seneca Falls. Nessa convenção, apareceram cerca de 300 pessoas e foi nela onde foi redigido a Declaração dos Sentimentos, cuja a qual era direcionada às questões femininas como por exemplo: falta de acesso à educação, oportunidades de emprego, e uma voz política independente para as mulheres.

A Convenção de Seneca Falls em 1848 levou a mais convenções sobre os direitos das mulheres. A partir de 1850, as convenções se tornaram mais frequentes agora com novas integrantes como Amelia Bloomer<sup>16</sup> e Paulina Whright Davis<sup>17</sup>, fundamentais para manter as ativistas em contato, discutir ideias, ganhar publicidade e atrair novas recrutas. Inicialmente os esforços foram concentrados em convencer os legisladores a retificar as desvantagens legais da mulher casada em respeito aos direitos de propriedade, tutela da criança e divórcio.

A Guerra Civil Americana (1861-1865) fez com que o movimento sufragista interrompesse suas atividades para se concentrar no conflito. Quando a guerra terminou, as sufragistas debateram sobre a Reconstrução das Emendas, com a finalidade de obter os direitos das mulheres, no entanto em 1868, foi aprovado a 14ª Emenda, que definia que todos os homens nascidos ou naturalizados na América eram considerados agora cidadãos pela Constituição. Em 1869, Stanton e Susan B. Anthony<sup>18</sup> fundam *National Woman Suffrage Association* (NWSA) e algum tempo depois foi forma da *American Woman Suffrage Association* (AWSA)

14 Encyclopedia Britannica. Elizabeth Cady Stanton. Disponível em: < <https://www.britannica.com/biography/Elizabeth-Cady-Stanton> > Acesso em: 11 de jan. 2019.

15 Encyclopedia Britannica. Lucretia Mott. Disponível em: < <https://www.britannica.com/biography/Lucretia-Mott> > Acesso em: 11 de jan. 2019.

16 NORWOOD, Arlisha. National Women's History Museum. Amelia Bloomer. Disponível em: < <https://www.womenshistory.org/education-resources/biographies/amelia-bloomer> > Acesso em: 11 de jan. 2019.

17 Encyclopedia Britannica. Paulina Kellogg Wright Davis. Disponível em: < <https://www.britannica.com/biography/Paulina-Kellogg-Wright-Davis> > Acesso em: 11 de jan. 2019.

18 National Women's History Museum. Susan B. Anthony. Disponível em: < <https://www.womenshistory.org/education-resources/biographies/susan-b-anthony> > Acesso em: 11 de jan. 2019.

por Stone<sup>19</sup>, Blackwell<sup>20</sup>, Julia Ward Howe<sup>21</sup> e outras.

Em 1870, a 15ª Emenda foi aprovada estendendo o direito ao voto aos homens negros, pela primeira vez na história. O movimento sufragista desde o começo estava ligado às causas abolicionistas também e quando a 15ª Emenda foi aprovada, o movimento sufragista se rompeu em duas correntes: a primeira, onde algumas sufragistas apoiaram essa Emenda alegando que os homens negros precisavam mais do voto do que as mulheres e a segunda, formada por Stanton e Anthony discordando da 15ª Emenda e continuando a luta pelo voto feminino.

Nos anos seguintes, as sufragistas continuaram se mobilizando para conseguir o voto, circulando seus jornais, realizando debates e convenções sobre os direitos das mulheres. Em 1890, ocorre a fusão das NWSA e AWSA e já em 1900, as mulheres conseguem o sufrágio feminino em Utah, Colorado e Idaho.

Após as mortes das idealizadoras do movimento sufragista na América, Lucy Stone em 18 de outubro de 1893, Elizabeth Cady Stanton em 26 de outubro de 1902 e Susan B. Anthony em 13 de março de 1906, o movimento ficou dividido, novas organizações foram surgindo e com elas, novas contradições também, como por exemplo em 1911, quando foi fundado *National Association Opposed to Woman Suffrage*, organização criada por mulheres lutando contra o sufrágio feminino. Apesar desses contratemplos, em 1912, referendums sufragistas são aprovados no Arizona, Kansas e Oregon.

Nesse período da primeira década dos anos 1900, deve ser destacado a presença de Alice Paul, pois ela trará novo rumo ao movimento na América, isso porque em 1907, ela estava estudando na Inglaterra, onde conheceu Emmeline Pankhurst e suas filhas. Ainda na Inglaterra, Alice Paul participava de reuniões das *suffragettes* e se envolvia cada vez mais com a temática sufragista e em 1910, quando ela volta para os Estados Unidos, ela se associa ao NAWSA e assume a liderança. Paul, então, começa a organizar o desfile mais famoso sobre a causa sufragista no dia 3 de março de 1913, na véspera da inauguração do Presidente Woodrow Wilson.

Em 1916, Alice Paul e Lucy Burns<sup>22</sup> fundam *National Woman's Party* (NWP) com a intenção de fazer as mulheres, que morassem em estados que possuíssem o sufrágio, votassem em legisladores que apoiassem uma emenda constitucional para a garantia do voto, pois esse era o objetivo de Alice Paul, uma emenda federal do sufrágio na Constituição americana. No ano seguinte, NWP desenvolveu uma nova tática: *picketing*, ou seja, mulheres de todas as partes do país ficavam em frente à Casa Branca segurando cartazes, questionando o Presidente, até quando elas continuariam sem o voto.

19 National Women's History Museum. Lucy Stone. Disponível em: < <https://www.womenshistory.org/education-resources/biographies/lucy-stone> > Acesso em: 11 de jan. 2019.

20 National Women's History Museum. Elizabeth Blackwell. Disponível em: < <https://www.womenshistory.org/education-resources/biographies/elizabeth-blackwell> > Acesso em: 11 de jan. 2019.

21 Encyclopedia Britannica. Julia Ward Howe. Disponível em: < <https://www.britannica.com/biography/Julia-Ward-Howe> > Acesso em: 11 de jan. 2019.

22 Encyclopedia Britannica. Lucy Burns. Disponível em: < <https://www.britannica.com/biography/Lucy-Burns> > Acesso em: 11 de jan. 2019.

Fotografia 4 - Protestos sobre o sufrágio.



Fonte: History.net. Demonstração sufragista em Chicago, em 1916.

Com a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial, as críticas feitas ao Presidente foram vistas como antipatrióticas, causando várias prisões de mulheres. As sufragistas, apesar das demandas, não eram tratadas como presas políticas e devido a isso, Alice Paul decide levar as mulheres a não se alimentar para protestar, no entanto, como o governo não poderia permitir nenhuma mulher a se tornar mártir, os oficiais faziam alimentação forçada. O tratamento forçado recebido pelas sufragistas logo foi reportado, chamando a atenção da população para a causa sufragista.

De 1918-1919, os *pickets* continuaram, pois enquanto o Presidente pedia democracia na Europa, as mulheres não a possuíam em seu próprio território. Após a continuação das manifestações diversas, finalmente no dia 18 de agosto de 1920, foi aprovada a 19ª Emenda, chamada Emenda Susan B. Anthony, assegurando o voto às mulheres.

## Impacto do sufrágio nos Estados Unidos da América

Após a conquista do voto, Alice Paul não encerrou suas atividades, pois ela acreditava que o voto era apenas o primeiro passo para atingir a completa igualdade entre os gêneros. Em 1923, ela escreveu *Equal Rights Amendment* (ERA), que visava a equidade nos direitos sobre a lei, não podendo ser negado ou abreviado pelos Estados Unidos, levando em consideração o sexo. Nos Estados Unidos, a conquista dos direitos das mulheres ocorreu de maneira mais lenta, como por exemplo a ERA que só foi aprovada em 1972, quase 50 anos após sua criação.

Apesar de lentos, os avanços foram gradativos, pois no final da década de 1920, as mulheres de classe média conseguem entrar na universidade e na década de 1960, organizações voltadas para as mulheres se posicionam sobre questões como o pagamento igualitário,

direito de escolha sobre reprodução.

É necessário evidenciar que a cronologia da trajetória sufragista está ligada, primeiro, às mulheres de elite e depois, quando o movimento se populariza, às mulheres de classe média branca. Por ser tratar de um movimento em prol das mulheres, pode-se, por um instante, acreditar que todas elas estejam vivendo em situação parecida, mas o processo de formação dos Estados Unidos mostra que nem todas as mulheres eram tratadas de forma igual. A nível de comparação, enquanto as mulheres brancas do Reino Unido, antes dos levantes dos movimentos sufragistas, eram vistas como seres calmos, delicados e indefesos, as mulheres negras que foram escravizadas e trazidas à força para a América eram vistas como fortes, brutas, ou seja, a versão completamente inversa. Logo, falar sobre como as mulheres eram vistas na sociedade norte-americana se torna algo mais complexo, pois as mulheres brancas eram vistas de uma maneira, enquanto as negras de outra totalmente oposta.

Além dessa diferenciação entre as mulheres baseadas na cor da pele, a sociedade norte-americana se torna um objeto de difícil análise, pois pela primeira vez é fundado por mulheres, uma organização anti sufrágio feminino, chamado *National Association Opposed to Woman Suffrage*. É evidente que quando os movimentos sufragistas emergiram tanto na Europa, quanto nos Estados Unidos, as mulheres que antes deveriam apenas cumprir seus papéis devem não ter entendido o acontecimento ou até ter sido contra, por não saber os benefícios que isso as traria, no entanto, é inédito a fundação de uma organização feminina contra as próprias mulheres. No jornal editado por essa organização, chamado *Household Hints* (Dicas da dona de casa, em livre tradução) elas alegam ser contra o voto por motivos diversos, como por exemplo, que a maioria das mulheres não quer ou não liga para o voto; que o voto significaria competição e não cooperação entre homens e mulheres; que não teria razões para arriscar o momento bom em que vivem, podendo acontecer algo de ruim, caso as mulheres comesçassem a participar do meio político.

Como já mencionado, a mulher branca, tanto na Europa, quanto nos Estados Unidos, era vista como algo deliciado e apreciável, no entanto, suas convicções e opiniões valiam menos do que a de um homem escravizado, pois com a aprovação da 15ª Emenda, um ex-escravo era considerado um cidadão e a mulher não.

O movimento sufragista nos Estados Unidos, apesar das violências e prisões, não tinha um caráter revolucionário e nem tão violento quanto no Reino Unido, por isso, *the Suffragist Journal* dos EUA ainda mostravam as mulheres com as características da época, como evidenciado na figura 5. É possível creditar também a Segunda Guerra Mundial pela mudança da visão da sociedade quanto as mulheres, pois no caso dos Estados Unidos, algumas delas também tiveram que atuar no campo de batalhas, figura 6, assim como nas indústrias e nas áreas rurais, figura 7. É evidente que a luta pelo voto não conseguiu garantir, por si só, que a visão da sociedade mudasse e, portanto, atingisse a igualdade de gênero, no entanto, se torna uma conquista importante para atingir tal objetivo. Enfim, o maior impacto do movimento sufragista sempre é no lado atingido, no caso da mulher, pois mesmo que este tivesse sua oposição, o movimento foi importante para mostrar que quando as mulheres se unem em prol de um benefício comum, este é atingido.

Figura 5 - The Suffragist Journal em 1913



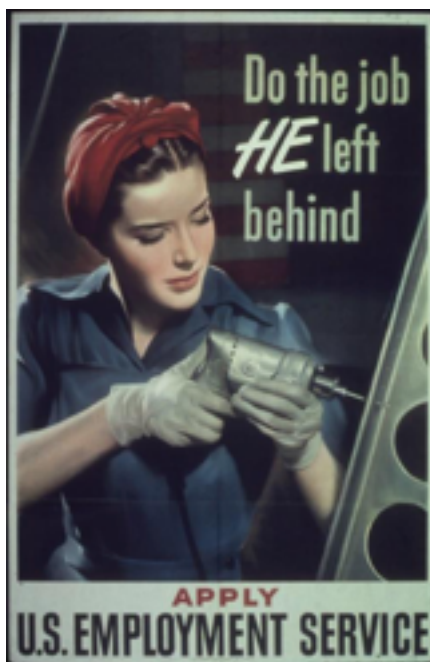
Fonte: Nationalwomansparty.org (1913)

Fotografia 6 - WAAC- the Women Veterans Historical Collection



Fonte: Women's History Sources - (1942)

Fotografia 7 - Anúncio para as mulheres substituírem os homens nas fábricas



Fonte: allaboutlearn.com

## Conclusão

Os movimentos sufragistas tanto no Reino Unido, quanto nos Estados Unidos foram primordiais para que houvesse uma mudança nas respectivas sociedades sobre a visão da mulher e mesmo com todas as diferenças em cada país, é evidente que o sufrágio se tornou, além de um exemplo para as mulheres, uma lição para buscar sempre os seus direitos. É sabido que mesmo com todo o progresso, muitas mulheres ainda estejam presas às ideias do passado, pois obviamente, por mais importante que seja, os movimentos não foram capazes de mudar todo o pensamento da sociedade, no entanto, estes devem ser vistos como exemplo para a tal esperada igualdade dos gêneros.

## Referências Bibliográficas

TRUEMAN, C. N. The 1884 Reform Act. **The History Learning Site**, 27 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.historylearningsite.co.uk/british-electoral-history-since-1832/the-1884-reform-act/>>. Acesso em: 10 de jan. 2019

Suffragette timeline: the long march to votes for women. **Telegraph**, 2 nov. 2015. Disponível em: <[https://www.telegraph.co.uk/film/suffragette/suffragette\\_timeline/](https://www.telegraph.co.uk/film/suffragette/suffragette_timeline/)>. Acesso em: 10 de jan. 2019

BBC News. 100 Women: suffragists or suffragettes: who won Women the vote? **BBC News**, 6 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-42879161>>. Acesso em: 10 de jan. 2019

Suffrage History. **Suffragist Memorial**. Disponível em: <<https://suffragistmemorial.org/suffrage-history/>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

MILLIGAN, Susan. Stepping Through History: A Timeline of Women's rights from 1769 to the 2017's Women's March on Washington. **USNews**, 20 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.usnews.com/news/the-report/articles/2017-01-20/timeline-the-womens-rights-movement-in-the-us>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Constituição (1787)**. Emenda constitucional nº 14, de 9 de julho de 1868. Disponível em: <<https://www.law.cornell.edu/constitution/amendmentxiv>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

MEAD, Rebecca J. The Woman Suffrage Movement in the United States. **Oxford Research Encyclopedia**, mar. 2018. Disponível em: <<http://oxfordre.com/americanhistory/view/10.1093/acrefore/9780199329175.001.0001/acrefore-9780199329175-e-17?print=pdf>> Acesso em: 13 jan. 2019.

Bertha Lutz. **Senado**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>>. Acesso em: 14 de jan. 2019.

## Fotografias

Fotografia 1: Disponível em: <<https://www.cardiff.ac.uk/special-collections/subject-guides/gender-history/fashion>>. Acesso em: 14 de jan. 2019.

Fotografia 2: Disponível em: <<https://spartacus-educational.com/WsuffragetteJ.htm>>. Acesso em: 14 de jan. 2019.

Fotografia 3: Disponível em: <<http://www.nationalarchives.gov.uk/documents/education/suffragettes.pdf>>. Acesso em: 14 de jan. 2019.

Fotografia 4: Disponível em: <<https://www.historynet.com/eleanor-clift-rise-of-womens-suffrage.htm>>. Acesso em: 14 de jan. 2019.

Fotografia 5: Disponível em: <<https://www.nationalwomansparty.org/>>. Acesso em: 14 de jan. 2019.

Fotografia 6: Disponível em: <<http://womenshistorysources.blogspot.com/2010/05/on-this-day-womens-auxiliary-army-corps.html>>. Acesso em: 14 de jan. 2019.

## ANTIFEMINISMO INSTRUMENTALIZADO PARA GANHO DE VOTO: CONTRASTES DO SUFRÁGIO FEMININO ATUAL COM SUAS ORIGENS NO FEMINISMO DE PRIMEIRA ONDA

Por Mariana Crossetti da Hora<sup>1</sup>

**Resumo:** O Movimento Sufragista fez parte da Primeira Onda Feminista e buscou a participação da mulher na política, principalmente em relação ao direito de votar, iniciando mudanças estruturais na sociedade ocidental, inclusive no Brasil. Em 2018, tal movimento comemorou 100 anos, trazendo a oportunidade para um momento de reflexão sobre as alterações causadas e sobre a situação atual do feminismo. Ao fazermos um recorte para o Brasil, em 2018, observamos também eleições federais e estaduais, que nos permitiram ver a mulher brasileira na política hoje. Nesse contexto, encontramos a forte presença de um antifeminismo, que contrasta com as bases do movimento sufragista. Assim, o presente artigo objetiva analisar os motivos do crescimento desse “antimovimento” por meio de pesquisa exploratória bem como seu uso atual como instrumento para ganho de votos por parte de candidatos e candidatas.

**Palavras-chave:** Movimento sufragista; Mulher na Política; Antifeminismo.

**Abstract:** The Woman Suffrage Movement was part of the First-Wave Feminism and pursued the participation of woman in politics, especially regarding the right to vote, initiating structural changes in the occidental society, including in Brazil. In 2018, this movement celebrated 100 years, bringing the opportunity to a moment of reflection about the changes it caused and about the current situation of feminism. Looking into Brazil's situation, in 2018, we also observe the federal and state elections, which allow us to see the Brazilian woman in politics nowadays. In this context, we find a huge presence of antifeminism, which contrasts with the bases of the suffragist movement. Therefore, this article aims to analyze the reason for the growth of this “anti-movement” by exploratory research, as well as its present use as a tool for gaining votes by candidates.

**Keywords:** The Woman Suffrage Movement; Woman in politics; Antifeminism.

1 Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense; marianahora@gmail.com



## Introdução

O movimento sufragista brasileiro conferiu oficialmente às mulheres do país o direito de participação nos processos eleitorais, tendo como pauta principal o direito ao voto. Esse cenário foi fruto tanto das alterações no contexto externo, com movimentos da mesma natureza na Europa e Estados Unidos, bem como das mudanças internas da nova República instaurada que rompia com o modelo oligárquico anterior.

A luta em questão fazia parte de algo maior cujo objetivo era a maior emancipação da mulher, principalmente no campo político e jurídico, sendo, portanto, parte da primeira onda feminista. Desse modo, o movimento sufragista é por definição feminista. No entanto, ao analisarmos o desenvolvimento histórico dessa luta no Brasil, é possível observar ainda grande disparidade entre os gêneros na política nacional. Apesar da concretização do direito ao voto e de se candidatar, vemos que na maioria dos partidos ainda encontramos homens, mesmo que sejam partidos que alegam representar a “voz das mulheres”.

Desde 1995, foram aplicadas leis de cotas que buscavam modificar o quadro presente da ainda condição submissa da mulher na política. Essa lei passou por pequenas reformas ao longo dos anos e proporcionou um aumento de candidatas, porém não tanto de eleitas. O país está estagnado no patriarcado e isso dificulta a ascensão da mulher a espaços tradicionalmente ocupados por homens. Em 2010, porém, um grande feito foi conquistado: Dilma Rousseff é eleita e se torna primeira mulher presidente no país. Esse acontecimento se tornou importante símbolo da participação da mulher na política nacional, ocupando o mais alto cargo do poder executivo.

Os anos posteriores, porém, romperam com a simbologia de sua eleição. A grande crise econômica levou o país a desacreditar no governo de Dilma e principalmente em seu partido, que governava o país há 16 anos. Vítima de articulações políticas e da desaprovação social de seu segundo mandato, em 2016, a presidente sofreu impeachment dando lugar a Michel Temer, seu vice. Desde então, o país caminhou para um crescimento significativo do conservadorismo, ou simplesmente à aparição mais clara dos preconceitos intrínsecos e velados na sociedade brasileira. Um movimento que sofre com tal mudança estrutural é o movimento feminista, que é, inclusive, repulsivo para grande parte das mulheres.

O presente artigo se propõe a analisar como o antifeminismo é tão influente para diversas mulheres e como candidatos e candidatas se utilizam dele como instrumento para conseguir votos perante o novo cenário da política no país. Para isso, será necessário definir antifeminismo como ideologia para que posteriormente seja possível observar como se instaurou como pauta nos processos eleitorais recentes. Desse modo, eventos como o 1º Congresso Antifeminista do Brasil serão utilizados como ilustração. O objetivo é compreender como a mulher política hoje rompe com as próprias bases feministas do movimento sufragista que a proporcionaram participar do processo eleitoral e porque o fazem.

## Antifeminismo

A própria análise da etimologia do termo “antifeminismo” nos demonstra que é uma rejeição aos feminismos. No entanto, se há tantas vertentes de movimentos feministas, qual princípio estaria de fato o antifeminismo buscando negar? Os movimentos antifeministas procuram a valorização da mulher definida pelo patriarcado, a mulher que tradicionalmente cuida do lar e se encaixa em determinados padrões, inclusive estéticos. Cabe ressaltar que o antifeminismo é também diverso, e que é compreendido em suas distintas dimensões, como retrocesso na modernização social, expressão de preconceito ou tradição, ou ligado a problemática do lugar da mulher como parte de grupos socialmente discriminados (SANTANA CRUZ, 2015).

Algumas autoras buscam definir e analisar esse movimento, a exemplo de Andrea Dworkin, que o considera a defesa política do ódio às mulheres e expressão direta da misoginia. (DWORKIN, 1983). Em sua obra *Right-Wing Woman*, Dworkin explicita que o antifeminismo tem sido utilizado como um veículo eficaz para a intolerância absoluta pois ele não se encaixa em pautas de Direita ou Esquerda. Para ela:

Antifeminismo se manifesta onde quer que a subordinação da mulher for ativamente perpetuada ou ressaltada ou defendida ou passivamente aceita, porque a desvalorização da mulher está implícita em todas essas posturas. (DWORKIN, 1983, p.198, tradução minha).

A grande questão é que o antifeminismo está cada vez mais popular entre as mulheres, e dessa forma consegue uma maior valorização visto que esse grupo é o protagonista das pautas defendidas pelo feminismo. Portanto, é de suma importância analisar como essas mulheres enxergam o feminismo e buscar entender os motivos de serem contra ele. Segundo a definição de autoras de um blog chamado “Mulheres contra o feminismo”<sup>1</sup>, elas são mulheres a favor da feminilidade e acreditam que as feministas tentam impor uma igualdade “a todo custo”. Além disso, em sua visão as feministas defendem absurdos como incesto, relativismo moral e cultural que levam a liberdade a se tornar uma muleta. Para elas, a teoria feminista se faz mentirosa e não condiz com a realidade prática.

### Por que o antifeminismo é aceito pelas mulheres?

Na obra de Dworkin (1983) a autora busca entender como o antifeminismo chega até as mulheres. Ela apresenta então três modelos que legitimam o status quo do patriarcado e influenciariam o público feminino a se identificar com ele. São eles o “*male-dominant model*” (modelo do macho superior), “*separate-but-equal model*” (modelo separado, porém igualitário) e o “*woman-superior model*” (modelo da mulher superior). Juntos, esses modelos compõem os argumentos antifeministas para a permanência dos padrões.

Assim, no argumento antifeminista, a mulher seria diferente do homem, pois cada um

1 Disponível em: <<https://mulherescontraofeminismo.wordpress.com/>>

teria sua função, e essas funções seriam de igual importância. Além disso, ela seria supostamente superior a ele em alguns quesitos, por exemplo no moral. O único momento em que a mulher teria efetivo poder sobre o homem seria ao provocar desejo sexual. Dessa forma, a dominância biológica masculina teria algumas possibilidades: (a) ser contrabalanceada pelo real poder sexual feminino (poderes separados porém iguais), (b) ser comprovada visto que as mulheres são “muito boas para serem tão agressivas quanto homens”, (c) ser considerada natural pois o complemento natural do domínio é submissão. (DWORKIN, 1983, p. 215-216).

Cabe ainda ressaltar em um recorte contemporâneo o importante papel do advento da internet para a maior propagação de movimentos antifeministas e outros movimentos de intolerância à diversidade. A velocidade com a qual opiniões agressivas contra a mulher são disseminadas em sites e blogs acarreta em um crescimento da ideologia instrumentalizada pela cultura de massa. O blog “Mulheres contra o feminismo” por exemplo, pela própria denominação deixa claros seus objetivos.

As pautas trazidas por páginas como essa são, inclusive, de questionamento quanto aos prejuízos que a mulher feminista traz a outras mulheres. Portanto, torna-se claro que buscam a preservação da mulher tradicional, peça constituinte da sociedade patriarcal. É comum também uma tentativa de construir uma imagem equivocada sobre o feminismo, desmerecendo sua luta por direitos e destacando-o como um movimento violento que busca banalizar a moral e apoiar questões absurdas tais quais pedofilia. Isso gera um sentimento de incerteza em muitas mulheres sobre o que o feminismo irá fazer com suas estruturas já estabelecidas (SANTANA CRUZ, 2015).

## O Brasil caminhando para o conservadorismo

No Brasil, o antifeminismo, assim como outros movimentos com pautas conservadoras, ascenderam desde o segundo mandato de Dilma Rousseff, efeito ainda mais intensificado após seu *impeachment*. Em 2014, o país elegeu seu Congresso mais conservador em cinco décadas<sup>2</sup>, ilustrando as mudanças que seriam potencializadas futuramente. Segundo Marcelo Braz (2017, p. 95), no processo pós deposição, havia uma unidade objetivando contrarreformas profundas que atendam a quatro objetivos centrais, dentre eles, “implementar uma cruzada conservadora e reacionária contra os avanços sociais no campo das “minorias” como forma de promover um retrocesso cultural e ideológico no país”.

Já em 2016, segundo pesquisa do IBOPE, o conservadorismo no Brasil atingiu seu ápice. O estudo baseou-se em 5 perguntas sobre temas polêmicos: 1) legalização do aborto, 2) casamento entre pessoas do mesmo sexo, 3) pena de morte, 4) prisão perpétua, 5) redução da maioria penal. Esses questionamentos foram feitos em 2010 e 2016, possibilitando assim fazer uma comparação e observar aumento na porcentagem de respostas conservadoras. Desse modo, conclui-se que 54% dos brasileiros atingiram alto grau de conservadorismo<sup>3</sup>.

2 Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/535965-congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap>>

3 Disponível em: <<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/aumenta-o-grau-de-conservadorismo-no-brasil/>>

Essa guinada conservadora pode ser explicada ainda pelo sentimento de ameaça provocado pelas alterações do mundo globalizado. Maria Helena Santana Cruz nos traz a visão do cientista político Anthony Giddens, o qual afirma que os principais conflitos hoje estão entre o Cosmopolitismo e o Fundamentalismo. (2015, p.35) O fundamentalismo se refere à estrita aderência a um conjunto específico de doutrinas, normalmente ligadas a religião. Para ele, os fundamentalistas veem apenas uma forma correta para se viver e esta deve ser imposta sobre as demais. (GIDDENS, 2004).

Segundo o autor, com a perda das garantias trazidas pela tradição, a incerteza estrutural é instaurada na vida das pessoas. Assim, questionam-se sobre o que se deveria crer e ao modo que se deveria viver. Nesse sentido, retoma-se à compreensão de que para adeptos ao antifeminismo, o movimento oposto é ameaça a princípios fundamentais estabelecidos sobre o suposto devido lugar da mulher. A clássica dicotomia entre ser feminista e ser feminina é paradigmática da inscrição da naturalização das relações de poder. A mulher feminista deixaria, portanto, de se feminina, a qual é sua condição teoricamente natural (JARDIM PINTO, 1994).

## Eleições Federais de 2018

As eleições presidenciais ocorridas no país em 2018 foram importante momento de consolidação do poder do antifeminismo. Candidatos e candidatas que apresentavam posicionamentos e pautas contrários a temas defendidos pelas feministas conseguiam, assim, maior apoio, principalmente de mulheres. Dessa forma, vemos que o antimovimento torna-se também, instrumento de ascensão aos cargos políticos.

O candidato eleito Jair Bolsonaro faz comentários machistas e denigre mulheres publicamente, como em um confronto verbal com uma colega deputada em que ele abertamente disse que ela não “merecia ser estuprada”. Esse tipo de comportamento levou ao crescimento de movimentos nas redes sociais e protestos nas ruas com o lema “#EleNão”, frase que simbolizava que ele não era um candidato aceitável, sem estar conectada a partidos políticos de sua oposição.

No entanto, o movimento gerou uma reação muito grande por parte de mulheres que o apoiavam, se apropriando do lema utilizado anteriormente e o modificando para “#EleSim”. Os argumentos das mulheres adeptas desse movimento se baseiam principalmente em uma visão criada do feminismo muito conectada à apresentada em redes sociais e outros canais, como o blog “Mulheres contra o feminismo”. O resultado da disseminação dessas ideias é uma concepção equivocada sobre as lutas dos movimentos feministas, que culminam em frases como a de Linda Fontes, agente imobiliária e moradora do Rio de Janeiro em uma entrevista ao The Guardian:

Uma feminista de verdade é uma mulher que levanta cedo, trabalha duro e luta pela sua independência, não essas mulheres que reclamam e quase não trabalharam um dia em suas vidas (2018, tradução minha)<sup>4</sup>.

4 Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/oct/14/bolsonaro-brazil-presidential-candidate-women-voters-anti-feminism>>

Comentários como o da carioca que se identificou como eleitora de Jair Bolsonaro explicitam uma imagem frequentemente divulgada sobre as feministas. Assim, a crença é de que as feministas reclamam sem motivos de assuntos banais e não trabalham ou lidam com assuntos sérios da vida. É uma imagem completamente sensacionalista e intensificada pelo fenômeno atual das *Fake News*, que corrobora para compartilhamento de notícias falsas e que muitas vezes influenciam a mente dos leitores.

No mesmo ano das eleições, outros eventos políticos chamam a atenção, como o 1º Congresso Antifeminista do Brasil. O evento e seu contexto são perfeita ilustração do momento histórico que o país está vivendo. A própria anfitriã e organizadora do congresso era antes militante feminista e hoje diz ter se livrado desse movimento e apoia ideias muito distintas. No referido período eleitoral, foi candidata pelo partido DEM, no entanto não saiu vitoriosa.

Além disso, outras candidatas estavam participando do evento, como uma catarinense que concorria ao cargo de deputada estadual e foi eleita. A antifeminista faz parte do partido do presidente eleito, o Partido Social Liberal, e durante o congresso citava seu nome ou frases conhecidas pelo público que faziam alusão à sua campanha. A propaganda política clara é exemplo da forma como o antifeminismo e o conservadorismo em geral adentram a política nacional. Durante o evento, princípios religiosos foram levados em conta, principalmente no tópico de destaque do evento: o aborto. A data do evento, inclusive, foi no dia seguinte a uma audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF) sessão que continuaria na segunda-feira seguinte.

## Conclusão

A trajetória do voto feminino no Brasil se inicia como parte de um movimento feminista por definição. No entanto, na sociedade brasileira contemporânea, retrocesso e conservadorismo retomam um espaço significativo no país, o que altera a visão relativa aos movimentos feministas e impede o avanço de suas pautas, principalmente ligadas ao aborto.

Nesse sentido, a reação antifeminista ganha destaque, em especial durante as eleições de 2018. Nesse período, candidatos e candidatas se utilizavam de pautas contrárias às feministas e enalteciam um padrão feminino típico da sociedade patriarcal em vista de agradar um público, principalmente feminino. A eleição de Jair Bolsonaro que é conservador em diferentes tópicos e conhecidamente misógino, se torna simbólica. Além disso, comentários feitos durante o 1º Congresso Antifeminista do Brasil promovendo sua candidatura são um exemplo de como os dois elementos caminharam juntos no período eleitoral.

É de extrema importância nos atentarmos para como a mídia e os meios de comunicação em massa corroboram para a divulgação acelerada de ideias. O avanço das tecnologias ironicamente contribuiu para a disseminação de ideologias que flertam ao retrocesso. Além disso, é importante compreender o sentimento de medo criado na sociedade que leva milhares de mulheres a se sentirem ameaçadas pela maior emancipação buscada pelo feminismo. O presente trabalho não se propõe a abordar o assunto em sua totalidade, mas sim iniciar

uma reflexão acerca dos contrastes do sufrágio feminino nacional hoje em relação às suas origens.

## Referências Bibliográficas

BLOG MULHERES CONTRA O FEMINISMO. Disponível em: <<https://mulherescontraofeminismo.wordpress.com/>>

BRAZ, Marcelo; **O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário**. Serv. Soc. Soc.nº.128. São Paulo Jan/ Abr.2017- . Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0085.pdf>>

CALCAGNO, Victor. **“Feche as pernas”**: o que pregam os participantes do 1º congresso antifeminista do Brasil. 2018. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/feche-as-pernas-que-pregam-os-participantes-do-1-congresso-antifeminista-do-brasil-22964525>>

**Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap. 2014**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/535965-congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap>>

CRUZ, Maria Helena Santana; DIAS, Alfrancio Ferreira. **Antifeminismo**. Revista de Estudos de Cultura, nº 01. Jan/Abr. 2015. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/revec/article/view/3651/3116>>

DWORKIN, Andrea. **Right-wing women**. New York. G. P. Putnam's Sons, 1978.

GIDDENS, Anthony. Caderno“Mais!”. **O cisma do Ocidente**. In: Folha de São Paulo, Domingo 7/3, 2004.

IBOPE. **Aumenta o grau de conservadorismo no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/aumenta-o-grau-de-conservadorismo-no-brasil/>> Acesso em: 04 de fevereiro de 2019.

JARDIM PINTO, Céli Regina. **Mulher e política no Brasil os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa**. Estudos Feministas. Ano 2; 2º Semestre/ 94. 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16109/14652>>

KAISER, Anna Jean. **I don't see any reason for feminism': the women backing Brazil's Bolsonaro**. 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/oct/14/bolsonaro-brazil-presidential-candidate-women-voters-anti-feminism>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

MARQUES, Danusa. **O que são as cotas para mulheres na política e qual é sua importância?** 2018. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/o-que-sao-as-cotas-para-mulheres-na-politica-e-qual-e-sua-importancia/>>

**O movimento sufragista no brasil [Parte I].** TUDOR BRASIL, 8 mar. 2016. Disponível em: <<https://tudorbrasil.com/2016/03/08/o-movimento-sufragista-no-brasil/>>. Acesso em: 20 dez 2018.

## AS MULHERES BRITÂNICAS, A GRANDE GUERRA E A CONQUISTA DO SUFRÁGIO: UMA LUTA ENTRE OS ANOS DE 1867 E 1928

*Por Analice Quitanilha Porto Gomes*

**Resumo:** O presente artigo possui como objetivo compreender a luta pelo sufrágio no Reino Unido durante os séculos XIX e século XX. O ano de 1867 marca o início de um movimento que se prolongou até 1928, quando o voto para todas as mulheres britânicas foi alcançado. A trajetória e alguns acontecimentos marcantes serão mencionados, assim como personalidades marcantes, como as Pankhursts serão destacadas. Ademais, o contexto da Primeira Guerra Mundial será considerado, assim como suas possíveis influências para a conquista do voto feminino em 1918, ainda que para um grupo seletivo de mulheres.

**Palavras-chave:** Sufrágio; Pankhursts; Primeira Guerra Mundial; Sufragistas; Reino Unido.

**Abstract:** The present article aims to understand the woman suffrage movement in the United Kingdom during the 19th and 20th centuries. The year of 1867 highlights the beginning of a movement that lasted until the year of 1928, when the right to vote was given to every British woman. The pathway and some relevant events will be mentioned, such as important people as the Pankhursts will be underlined. Furthermore, the context of the First World War will also be considered, as well as its possible influences to women's enfranchisement in 1918, even though it was to a restricted group.

**Keywords:** Suffrage; Pankhursts; First World War; Suffragettes; United Kingdom.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar a influência que a Primeira Guerra Mundial exerceu na conquista do voto feminino para algumas mulheres britânicas acima de 30 anos no contexto de fim de conflito, em 1918. A Grande Guerra provocou profundas mudanças estruturais e uma delas foi a questão da conquista do sufrágio feminino, ainda que para uma parcela restrita de mulheres. Precedentes e lutas anteriores à eclosão do conflito ainda serão considerados, uma vez que a luta pelo sufrágio já acontecia, mesmo que por décadas a campanha



tenha ocorrido mais pacificamente e em outros moldes.

A família Pankhurst foi de grande importância para o movimento pela conquista do voto durante a guerra, uma vez que conseguiu mobilizar e engajar muitas mulheres. Esta família, no entanto, por mais que já lutasse pelos ideais sufragistas há algum tempo, encontrava-se fragmentada, ainda que com o mesmo objetivo principal. Emmeline e Christabel Pankhurst acreditavam que o meio para alcançar o voto era pela ativa participação e apoio à guerra: o nacionalismo e patriotismo eram muito presentes no discurso das duas. Sylvia Pankhurst, no entanto, conduzia sua luta pelo sufrágio com um viés mais socialista, divergindo de sua mãe e irmã.

É por meio do estudo e análise, portanto, do contexto pré-guerra e de seu desenvolvimento, da luta pela conquista do voto feminino e, ainda, das personalidades que estiveram na frente do movimento, as Pankhursts, que o artigo será desenvolvido. Ademais, revistas, jornais e propaganda como um todo possuíam relevante importância no que diz respeito à difusão de ideais e para a conquista de apoio à causa, sendo as Pankhursts mais uma vez muito envolvidas com essas questões. Nesse sentido, o artigo discorrerá sobre como a luta pelo sufrágio desenvolveu-se, principalmente na segunda metade do século XIX e como desencadeou na conquista do voto em 1918.

## O CONTEXTO PRÉ-GUERRA

Historicamente e em diversos países ao redor do mundo, a conquista do voto feminino foi, e ainda é, uma luta de extrema importância e que demandou a mobilização e organização de milhares de mulheres. O primeiro país que concedeu o direito ao voto feminino foi a Nova Zelândia no ano de 1893. Nos anos seguintes, alguns outros países, principalmente localizados na Europa, também permitiram a participação política feminina por meio do direito ao voto. No entanto, foi só no ano de 1928 que todas as mulheres acima dos 21 anos de idade na Grã-Bretanha conquistaram o sufrágio, ainda que no contexto final da Grande Guerra, em 1918, algumas mulheres acima dos 30 anos tivessem conquistado esse direito.

A luta das mulheres britânicas perdurou por inúmeros anos e começou em um momento muito anterior à guerra. A discussão foi trazida à tona no parlamento inúmeras vezes entre 1867 e 1928, quando o movimento sufragista de fato teve início. Apesar disso, em 1832 houve uma primeira tentativa de levar ao parlamento uma petição de uma mulher que pedia pelo voto daquelas que não eram casadas e possuíam certas propriedades. Mary Smith alegava que pagava impostos e estava sujeita a todas as leis e, portanto, não via motivos para não ter voz no processo político eleitoral<sup>1</sup>. Foi Henry Hunt que apresentou a petição, embora não tenha trazido nenhum resultado, e os parlamentares ainda acharam o pedido absurdo ao reagirem com risadas, uma vez que a prioridade das pessoas que ocupavam esse espaço de poder era a ampliação de seus poderes.

Já o ano de 1866 foi marcado pela petição apresentada John Stuart Mill, filósofo liberal que tinha pensamentos influenciados por sua mulher Harriet Taylor Mill, de maneira

1 Disponível em: <<https://api.parliament.uk/historic-hansard/commons/1832/aug/03/rights-of-women>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

a dar mais atenção à busca pela equidade entre homens e mulheres. Emily Davies era uma das mulheres por trás da *Ladies' Petition*, assinada por cerca de 1500 mulheres e apresentada por Mill na Casa dos Comuns em 7 de junho de 1866. A ideia era garantir o voto a todos aqueles que, sem distinção de sexo, tivessem propriedade ou qualificação de aluguel. No ano seguinte, houve uma nova tentativa de Mill no que diz respeito à tentativa de conceder o voto às mulheres com uma emenda no Projeto de Lei de 1867, ao trocar o termo “homem” por “pessoa”, ainda que sem êxito.

Métodos de pressão extraparlamentar, como petições e reuniões eram amplamente utilizados, principalmente no início da luta. Debates sobre o sufrágio no Parlamento Britânico aconteceram em quase todos os anos entre 1870 e 1884, ainda que frustrados. Ao mesmo passo que essas tentativas possam ser consideradas um avanço na luta, foram criticadas por aqueles que acreditavam que o movimento sacrificou oportunidades de mobilizar apoio popular ao ter como foco o parlamento<sup>2</sup>. Por questões da posição legal que a mulher ocupava na sociedade, todo o movimento possuía ainda mais dificuldades: o acesso à universidade era extremamente limitado, a mulher, ao casar-se, perdia todas as suas propriedades para o marido, que ainda tinha direitos sobre ela, além dos salários desiguais. Fatores como esses dificultavam o acesso à informação, bem como o engajamento com movimentos políticos.

O *Women's Suffrage Journal*, fundado em 1870 por Lydia Becker, era muito importante no sentido de conceder coordenadas para a preparação de petições, além de noticiar outros assuntos que afetavam as mulheres nas mais diversas áreas (WINGERDER, 1999). Ele instruía exatamente como todo o processo de coleta de assinatura e preenchimento de dados deveria ser feito, de modo a obter o maior número possível delas. Especialmente durante esses primeiros anos, as petições eram de extrema importância, pois foi a maneira por meio da qual conseguiram alcançar algum tipo de discussão no parlamento, ainda que ínfima. Nesse sentido, centenas de petições foram assinadas por milhares de mulheres, movimento que, à princípio, não teve grande impacto no sentido legal, mas foi um passo inicial muito importante para os anos seguintes de luta.

O ano de 1869 trouxe uma surpresa positiva para as sufragistas. Um projeto de lei concedeu o voto feminino municipal para algumas mulheres nos mesmos termos que os homens, ainda que em determinadas cidades. A surpresa dá-se pelo fato de que tal voto foi concedido com relativa facilidade, uma vez que passou pelo Parlamento sem muita resistência, além de ter impressionado aqueles que eram contra o sufrágio. No ano seguinte, ainda, conquistaram o direito de votar nos Conselhos Escolares. Ainda que a nível municipal, essas mudanças foram um primeiro passo no sentido de a mulher ser enxergada como alguém que pode e deve ter uma participação na vida política, ir além de suas atuações na esfera privada.

No entanto, o reconhecimento de que a mulher tinha direito à participação política teve enorme resistência, mesmo entre as próprias mulheres. Hoje em dia, argumentos a favor do sufrágio parecem óbvios, mas há cerca de 150 essas ideias precisavam ser amplamente difundidas, além do fato de que eram frequentemente rebatidas com discursos contrários. De acordo com Wingerder (1999),

---

2 Disponível em: <<https://www.parliament.uk/about/living-heritage/transformingsociety/electionsvoting/womenvote/overview/earlysuffragist/>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

Os argumentos para conceder o voto às mulheres foram fundamentados na justiça e na conveniência. Enquanto as mulheres cumprissem os requisitos de votação, o acidente do sexo não deveria impedi-las de votar, as sufragistas argumentavam. Principalmente se as mulheres fossem solteiras, tanto não-casadas como viúvas, pagassem seus impostos assim como os homens e cumprissem as exigências de um eleitor homem, elas deveriam ser permitidas a votar. Ademais, mulheres necessitavam votar para proteger seus interesses (p. 40).

Contudo, a ideia de que a mulher não deveria ter uma participação ativa na política era muito forte. Portanto, argumentos a favor do sufrágio ainda eram muito distante das realidades de boa parte da população, chegando a ser algo utópico para uns. “O voto da mulher beneficiaria a sociedade como um todo, melhorando tanto as esferas pública e privada. Mulheres votantes, mais conscientes de suas responsabilidades como cidadãos, seriam melhores mães” (WINGERDER, 1999, p. 40). No entanto, a mulher não era vista como digna de participação política, muito menos capaz. As ideias de que eram irracionais ou de que seus votos apenas refletiriam os de seus maridos, de que seriam intelectualmente inferiores a seus maridos ou ainda suficientemente representadas por eles, também eram argumentos contra. Apesar de no final dos anos 1880 os argumentos dos dois lados já estarem bem difundidos, o sufrágio ainda parecia tão longe quanto em 1867.

O movimento sufragista começou a se consolidar após o ano de 1867, mas foi especialmente entre os anos de 1900 e 1914 que as mulheres militantes passaram a criar táticas para atrair mais a atenção pública para a questão do voto parlamentar, ainda que não somente (BYLES, 1985). Já entre 1905 e 1914, a tática usada pelas mulheres que foram denominadas “sufragistas” foi a militância para conquistar o voto, em comparação com as sufragistas constitucionalistas, que durante 40 anos de luta nunca as levaram para tribunal criminal ou mesmo contato com a polícia. No entanto, mesmo com essa grande divergência, nos moldes delas e considerando o contexto, as constitucionalistas podiam ser consideradas radicais (WINGERDER, 1999).

Durante todos esses anos, inúmeras mulheres foram presas, assim como alguns homens, pelo envolvimento em atos considerados violentos, mas que eram táticas para chamar atenção para a causa sufragista, como quebrar vitrines. Algumas dessas pessoas foram presas várias vezes, de modo que chegavam a cometer infrações com o objetivo final de ir para a prisão e se recusavam a pagar fiança. A questão principal é que na hora de serem julgadas por seus crimes, certa confusão era gerada, pois queriam ser consideradas prisioneiras políticas, uma vez que seus atos eram políticos. No entanto, se as considerassem prisioneiras políticas, haveria uma contradição, de modo que seria um modo de afirmar que as mulheres estão envolvidas com a política, uma esfera que era delimitada, até então, majoritariamente para os homens. Nesse sentido, ao serem julgadas como prisioneiras políticas, mais um argumento para a conquista do voto seria gerado.

O ano de 1909, portanto, foi crucial no que diz respeito às táticas de aprisionamento utilizadas pelas sufragistas. Ele ficou muito marcado pelo uso da estratégia da greve de fome, realizada pelas mulheres que tinham sido presas e queriam receber o status de presas

políticas, juntamente com a reação do governo de forçar a alimentação por meio de tubos, mas também por um relativo aumento da militância (WINGERDER, 1999). Nesse sentido, o aumento de vidraças quebradas por pedras que levavam algum tipo de mensagem sobre o sufrágio foi grande, de modo que “A justificativa, as mulheres argumentavam, era que o momento de argumentos falados tinha passado. As ações delas eram politicamente motivadas, puramente políticas, tomadas porque o momento para atitudes combativas havia chegado” (WINGERDER, 1999, p. 87).

Os anos anteriores à Primeira Guerra Mundial foram, ao mesmo tempo, de muita luta e muita esperança, uma vez que cada vez mais usavam a criatividade para executar novas táticas para o movimento, mas também alcançaram o Parlamento com menos votos contra o sufrágio. No ano de 1913, as greves de fome resultaram no que ficou conhecido como *Cat and Mouse Act*, no lugar da alimentação forçada que estava ocorrendo. Uma vez que as sufragistas faziam greve de fome e ficavam doentes, elas eram liberadas, por lei, da prisão por um determinado período de tempo. No entanto, não simplesmente voluntariavam-se para retornar e terminar de cumprir a pena, de modo que ficaram conhecidas como o “rato”, enquanto a polícia era o “gato” tentando caçá-las.

Era evidente que as mulheres não conquistariam o sufrágio sem que houvesse muita luta envolvida, ambos parlamento e tribunais deixaram isso claro. Mesmo sem o sucesso no campo da conquista do voto feminino, as mulheres tiveram inúmeras conquistas durante o século XIX, que foram também importantes para que se fortalecessem, assim como fortalecessem a luta conjunta em busca de uma emancipação total.

A faculdade de mulheres em Oxford e Cambridge foram fundadas, mulheres foram permitidas a fazer cursos de medicina, instituições de ensino para meninas foram criadas, mulheres casadas adquiriram direitos de ter propriedade em seus próprios nomes e mães ganharam direitos de acesso e controle sobre seus filhos. As mulheres até obtiveram alguns direitos políticos limitados, como o direito de votar em eleições municipais e votar e sentar-se em Conselhos Escolares. O direito ao voto parlamentar às mulheres era um dos poucos objetivos que permaneceu persistentemente difícil e, na virada do século, o voto tornou-se o foco do movimento de mulheres (WINGERDER, 1999, p. 23).

Pautas como mais oportunidades na escola e trabalho, mais liberdade individual e também sobre controle de natalidade passaram a ser mais discutidas no início do século XX. Todas essas discussões, assim como o movimento como um todo iniciado no século XIX, foram essenciais para que o debate e a tentativa de alcançar o voto feminino pleno em 1928 fosse atingido. De todas as mulheres que deram início à luta em 1866, Emily Davies foi a única que teve a oportunidade de votar, ainda em 1918, aos seus 88 anos. Até que esse momento pudesse ser alcançado, houve muita luta, persistência e organização, além de um contexto histórico específico, como a Grande Guerra, que pode ter impulsionado essa conquista, como será analisado mais à frente.

## A FAMÍLIA PANKHURST

O movimento sufragista na Grã-Bretanha teve participação crucial das Pankhursts, família que em diversas situações esteve na liderança. Emmeline, Christabel e Sylvia Pankhurst foram personalidades importantes e referências durante os anos de luta. A família começou a jornada unida e em busca do mesmo objetivo: o sufrágio feminino. No entanto, por mais que tal objetivo tenha permanecido inalterado, em certo ponto do caminho houve um brusco rompimento entre elas, uma vez que Sylvia acreditava em meios diferentes para alcançá-lo.

Emmeline e Christabel, mãe e filha, respectivamente, acreditavam que era apoiando a guerra que as mulheres iam conseguir a participação política por meio do voto. No entanto, nem sempre foi desse jeito. Segundo Smith (2006), uma vez que identificaram e entenderam que a guerra seria um problema a longo prazo, acabaram adotando uma postura fervorosamente patriótica, apoiando seus antigos inimigos políticos liberais, além de fazer campanha pelo esforço de guerra. Ademais, campanhas da *Women's Social and Political Union* (WSPU) pelo voto durante a guerra foram suspensas, organização que lutava pelo sufrágio feminino no Reino Unido e tinha sido criada por Emmeline em 1903.

Já Sylvia Pankhurst, irmã de Christabel, havia rompido com sua família, uma vez que seus ideais políticos divergiam a ponto de serem irreconciliáveis, inviabilizando uma luta conjunta. Sua luta possuía um foco muito mais social e evidenciava injustiças sociais, e, ao contrário de sua mãe e irmã, quando a guerra teve início, ela se opôs ao conflito. Como era socialista, acreditava que a guerra era uma criação capitalista com o fim de explorar a classe trabalhadora, de forma a ser fervorosamente contra. Ao contrário de Sylvia, sua mãe e irmã acreditavam mais na linha de pensamento de salvar o país para posteriormente alcançar o sufrágio, uma vez que seria impossível atingir esse objetivo se o país se encontrasse em ruínas, tendo como o objetivo estabelecer a paz em primeiro lugar.

Foi por meio das mídias da época e de publicações periódicas que os dois lados da família divulgavam seus ideias. Não só como ideias, ambos também divergiam quanto à personalidade e imagem que passavam. Enquanto Emmeline e Christabel apresentavam-se como figuras muito mais femininas, Sylvia aparentava ser uma pessoa muito mais equilibrada, pensativa e realista (SMITH, 2006). Christabel era responsável pelo jornal *Britannia*, enquanto Sylvia pelo *The Woman's Dreadnought*. Anteriormente, *Britannia*, era nomeado como *The Suffragette*, mas houve uma mudança para simbolizar o seu conteúdo e intenções patrióticos e imperialistas e recomeçaram as publicações em abril do ano de 1915<sup>3</sup>.

A luta pelo sufrágio ficou muito dividida entre patriotas e pacifistas. Nas publicações dos periódicos acima, era possível identificar ataques indiretos ao exemplar de ideologia oposta, além de ambos usarem muitas imagens que reforçavam os ideais políticos. Pacifista, "Sylvia Pankhurst ataca questões como militarismo, conscrição e a indústria de munições, usando a poderosa arma da injustiça social" (SMITH, 2006, p. 110). Ainda, de acordo com Smith (2006), os artigos de Sylvia tendiam a ser mais complexos e melhor argumentados do que aqueles de Christabel.

3 De acordo com Wingerder (1999), *The Suffragette* cessou suas publicações no começo de agosto de 1914 e só reapareceu em abril de 1915 renomeado como *The Britannia*.

## O MOVIMENTO SUFRAGISTA DURANTE A GUERRA

Desde que a Primeira Guerra Mundial estourou, as mulheres que lutavam pela conquista do voto trilharam caminhos muito opostos. A militância de Emmeline e Christabel Pankhurst virou militarismo, pois acreditavam que o patriotismo militante juntamente com a política iriam resultar no sufrágio. Paralelamente, Sylvia Pankhurst era totalmente contra a guerra e acreditava que as mulheres precisavam conquistar o voto para impedir que continuassem acontecendo. No entanto, por mais que as sufragistas estivessem severamente divididas por conta da visão moral que cada uma possuía da guerra, todas encontravam-se unidas na causa da emancipação feminina (BYLES, 1985).

Algumas mulheres já ocupavam cargos fora de casa, mas, com o advento da guerra, esse número, assim como o incentivo, aumentaram consideravelmente. Segundo Byles (1985),

A guerra permitiu que todas as classes de mulheres tivessem oportunidade de trabalhar fora de suas casas exercendo funções como trabalhadoras de munição, trabalhadoras do exército terrestre, policiais, médicas e enfermeiras. [...] As conquistas maciças de mulheres médicas e enfermeiras, de mulheres policiais e outras auxiliares de serviço, de antigas empregadas domésticas nas fábricas, tiveram uma enorme influência na opinião pública em favor do sufrágio das mulheres (p. 475).

O cenário da luta pelo voto foi muito alterado durante o período de guerra. Com a luta fragmentada, muitas mulheres se voltaram para apoiar a guerra da maneira que podiam, enquanto outras continuaram se opondo a ela, pois eram contrárias ao conflito, além de não acreditarem que era o meio para chegar ao objetivo final. Apesar disso, pode-se dizer que por mais que a militância sufragista tenha diminuído drasticamente, o maior envolvimento das mulheres com questões diretamente ligadas ao conflito trouxe uma certa visibilidade para a causa. Nesse sentido, os dois jornais, *The Woman's Dreadnought* e, depois de certo tempo, o *Britannia*, noticiavam no período da guerra informações que eram de interesse das mulheres no geral, assim como acontecimentos conectados ao conflito, sempre considerando a linha política de cada um deles. Ou seja, as Pankhursts tinham novamente um papel crucial de difundir informação e não deixar com que o movimento morresse durante a guerra.

Segundo Pugh (1977), a conquista do sufrágio feminino surpreendeu a todos, e até mesmo às sufragistas. Depois de décadas de luta, prisões, vidraças quebradas, petições, entre outros, mulheres acima dos 30 anos que possuíam propriedades ou aquelas casadas com homens que possuíam, conquistaram o direito de votar para as eleições no nível nacional, no ano de 1918. De fato, essa conquista representa muito e foi de extrema importância para que 10 anos depois todas acima dos 21 anos tivessem o mesmo direito, além de ter servido como um pontapé inicial para o sufrágio em outros países. No entanto, cabe analisar que as mulheres que conquistaram o voto, diante de um universo de homens que também tinham o direito ao voto, eram poucas. Assim, as eleições parlamentares ainda possuíam uma grande

influência masculina.

Apesar de Wingerder expor que as atividades sufragistas praticamente cessaram durante a guerra, Pugh (1977) discorre sobre alguns acontecimentos em prol do sufrágio que ocorreram durante o conflito. Emmeline Pankhurst, que era inimiga pública, tornou-se patriota durante a guerra, de modo que suas atitudes mudaram drasticamente, além de ter ajudado o governo a recrutar mulheres para que trabalhassem na guerra. Apesar de muitas atividades sufragistas terem sido suspensas durante a guerra e por causa dela, o primeiro passo para a conquista do voto em 1918 foi dado em 1916, quando o governo viu-se diante de um problema que dizia respeito ao número de homens aptos a votar, uma vez que possuíam certas restrições e, por conta da guerra, esse número tendia a abaixar.

A questão levantada acabou por abrir portas para uma discussão que trouxe, mais uma vez, a pauta da questão do voto feminino. A ideia era que o voto fosse estendido para os soldados que estavam em atividade de guerra. Assim, quando houve uma demanda para que fosse concedido o voto a esse grupo, as sufragistas patriotas entraram em cena com seus argumentos, uma vez que iriam se envolver com qualquer possível projeto de lei que englobasse conceder o voto a algum grupo. Com o advento da guerra, já estava mais do que claro que as mulheres eram capazes, sim, de defender o próprio país. Deste modo, este argumento usado como um dos motivos para justificar a impossibilidade do voto feminino tornou-se falho e inválido.

Nesse contexto, quando o debate surgiu no meio, as patriotas estavam dispostas a negociar com o Parlamento sobre em quais termos as mulheres alcançariam o sufrágio, pois, para elas, era melhor algo incompleto do que nada. Uma vez considerando que, se as mulheres conquistassem o voto nos mesmos termos que os homens, ao ponderar o número de votantes de cada lado, era inviável que o parlamento britânico concedesse tal poder a elas, pois teriam grande influência nas eleições. Nesse sentido, Sylvia Pankhurst e suas aliadas foram excluídas de tais debates, uma vez que o objetivo inegociável delas era a conquista do voto de todas as mulheres adultas (PUGH, 1977).

Foi, finalmente, em 6 de abril de 1918, que certas mulheres tiveram o direito de votar. No entanto, para que fosse assegurado que os homens ainda seriam maioria no processo eleitoral, cerca de apenas 8 milhões delas – algo em torno de 1/3 da população feminina da época –, as que possuíam mais de 30 anos, mas com restrições como ou pagar aluguel ou possuir uma casa – ou ser casada com um homem que se encaixasse nesses requisitos – foram reconhecidas com o direito de votar. Apesar de ainda haver barreiras, algumas mulheres ficaram muito felizes e satisfeitas com a conquista, mesmo que ainda limitada, uma vez que houve uma grande resistência parlamentar nas 5 décadas anteriores para que o sufrágio acontecesse.

O mesmo projeto de lei que concedeu o voto parcial a um certo grupo de mulheres em 1918 foi aquele que aboliu outras restrições que homens tinham para votar, além de que aqueles que tivessem nas forças armadas tinham esse direito a partir dos 19 anos, em contraposição com os outros, que era na idade de 21 anos. Nesse sentido, o eleitorado total passou a ser de 21 milhões de pessoas, mas ainda com uma drástica diferença entre votantes de cada sexo. Foi, portanto, apenas no ano de 1928 que as mulheres conquistaram o direito de votar

nos mesmos termos que os homens votavam, de modo que o eleitorado feminino pulou para 15 milhões<sup>4</sup>.

## CONCLUSÃO

Como foi apresentado, a luta para que todas as mulheres adultas tivessem o direito ao voto, assim como os homens, durou longos e incansáveis anos. A luta de cada pessoa envolvida no movimento foi de grande importância para que no ano de 1928 todas alcançassem o direito que tanto almejavam. Nesse sentido, nada da trajetória das inúmeras mulheres que doaram tempo e esforços à causa deve ser desconsiderado, assim como é sempre importante lembrar que foi uma luta que teve início marcado na segunda metade do século XIX, de modo que se desenrolou por cerca de seis décadas.

Ao considerar, portanto, o ano de 1918, ele ficou marcado pela grandiosa conquista que apenas algumas mulheres tiveram acesso: ao direito de votar em eleições nacionais. Apesar do acontecimento ter se desenvolvido durante o momento crítico da Grande Guerra, é válido ressaltar que nada teria acontecido caso não tivesse ocorrido uma longa e exaustiva luta das mulheres britânicas anterior ao conflito. De fato, a guerra proporcionou uma importante brecha para a conquista do voto feminino, mas sem toda a movimentação anterior de milhares de mulheres, assim como a das Pankhursts, é improvável que os acontecimentos tivessem tomado tal rumo. Ainda, “Cinquenta anos de campanha pelo sufrágio provavelmente tiveram mais efeito na eventual conquista do que dois anos de trabalho feminino na guerra” (WINGERDER, 1999, 168).

Por fim, é importante ressaltar que, por conta do envolvimento das mulheres com a guerra, alguns argumentos contrários ao sufrágio puderam ser quebrados, de modo que o caminho se tornou um pouco mais livre do que nos anos anteriores. Além disso, quando o voto foi conquistado em 1918, foi uma grande surpresa para muitos, uma vez que ocorreu justamente em um período de baixa militância sufragista. Nesse sentido, toda a luta que antecedeu a eclosão do conflito foi indispensável para que as portas para a conquista do sufrágio feminino fossem abertas no contexto da Primeira Guerra Mundial.

## Referências bibliográficas

BYLES, Joan Montgomery. Women's Experience of World War One: Suffragists, Pacifists, and Poets. **Women's Studies International Forum**, v. 8, n. 5, p. 473-487, 1985. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/0277-5395\(85\)90078-0](https://doi.org/10.1016/0277-5395(85)90078-0)>. Acesso em: 17 jan. 2019.

PUGH, Martin D. Politicians and the Woman's Vote 1914-1918. **History**, v. 59, p. 358- 374, 1977. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1468-229X.1974.tb02222.x>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

---

4 Dados retirados de: <<https://www.parliament.uk/about/living-heritage/transformingsociety/electionsvoting/women-vote/overview/thevote/>>. Acesso em 21 fev. 2019.



REINO UNIDO. Parliament UK. Women and the vote. Disponível em: <<https://www.parliament.uk/about/living-heritage/transformingsociety/electionsvoting/womenvote/>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

SMITH, Angela K.. The pankhursts and the war: suffrage magazines and first world war propaganda. **Women's History Review**, v. 12, n. 1, p. 103-118, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09612020300200349>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

WINGERDER, Sophia A. van. **The Women's Suffrage Movement in Britain, 1866-1928**. 1999.

## A POLÍTICA NÃO TEM ROSTO DE MULHER<sup>1</sup>: DA VITÓRIA DO MOVIMENTO SUFRAGISTA AO ESVAZIAMENTO DO DUMA

THE UNWOMANLY FACE OF POLITICS: FROM THE VICTORY OF THE SUFFRAGIST MOVEMENT TO THE EMPTYING OF DUMA

Por *Letícia Cruxen Godinho*<sup>2</sup>

**Resumo:** O movimento pelo sufrágio feminino conquistou mais do que necessariamente o direito de exercer o voto. No espectro da essência humana, consolidou a ideia de que mulheres são cidadãs. O presente artigo trabalha, principalmente, com conceitos teóricos oriundos dos pensamentos marxistas e do feminista das primeira e segunda ondas, de forma a compreender o que de fato foi a experiência feminina sob o Comunismo e como a participação política das mulheres russas modificou-se desde a redemocratização.

**Palavras-chave:** Sufrágio Feminino; Comunismo; Participação Política.

**Abstract:** The women's suffrage movement accomplished more than the right to exercise the vote. In the spectrum of the human essence, it consolidated the idea that women are citizens. This article deals mainly with theoretical concepts of the Marxist and Feminist thoughts of the first and second waves, in order to understand what in fact was a woman's experience under Communism and how the political participation of Russian women has changed since a redemocratization.

**Keywords:** Women's Suffrage; Communism; Political Participation.

### INTRODUÇÃO

Quando falamos do movimento pelo sufrágio feminino, o associamos invariavelmente aos contextos das democracias liberais da Europa e dos Estados Unidos. O caso russo, no entanto, posa uma peculiaridade histórica: até 1906, o voto não era um direito para ninguém, homem ou mulher. Vivia-se então 300 anos de monarquia czarista, regime similar ao absolutismo europeu, que ignorava completamente conceitos já incorporados pelos vizinhos

1 *Menção ao título do livro "A guerra não tem rosto de mulher" da autora bielorrussa Svetlana Aleksievitch*

2 *Graduanda de Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (INEST/UFF)*

tividade. As revoluções de 1905 e 1917 reivindicaram condições de vida melhores e um espaço para a população na política do país, e as mulheres foram parte essencial desses levantes. Quando em 1906, o Duma, parlamento russo, foi criado, a luta pela inclusão das mulheres pelo voto continuou.

A peculiaridade do caso russo não limita-se ao czarismo, já que em 1917 a Revolução Comunista cria um novo paradigma de governo, participação política e de abordagem social e econômica no mundo. O voto ganha um novo sentido. De forma a abordar a questão da participação das mulheres na política soviética, portanto, deve-se alinhar o que de diferente trouxe a ideologia comunista, desde sua fundamentação teórica ao que de fato tomou lugar na União Soviética. O estudo presente neste trabalho apoia-se no livro *Modelos de Democracia* (1987), de David Held, para abordar o pensamento marxista e sua relação com o feminismo e na publicação *The Oxford Handbook of the History of Communism* (2013), essencial para adquirir uma visão ampla da história da União Soviética e das mulheres sob o comunismo.

A partir de 1917 as mulheres russas não somente podiam votar como se candidatar para cargos políticos, encorajadas por organizações já existentes como ligas de mulheres dentro do Partido Bolchevique e posteriormente do Partido Comunista. O presente trabalho tem por objetivo, assim, apresentar estatísticas e índices relacionadas à participação política das mulheres nos diferentes parlamentos ao longo da história russa, buscando comparar os períodos históricos e, principalmente, compreender se há relação quantitativa entre participação política e desigualdade de gênero em uma sociedade.

## GÊNERO E O COMUNISMO

### TEORIA MARXISTA

Em 1848, Karl Marx (1818-1883) publica o *Manifesto Comunista*, no qual, juntamente com Friedrich Engels (1820-1895), esboça a análise do Estado como uma “superestrutura” que se desenvolve a partir de uma “infra-estrutura”, esta última composta pelas relações econômicas e sociais (HELD, 1987). Marx trabalha o Estado moderno como à serviço da classe economicamente dominante: “(...) não é nada mais que um comitê para gerenciar os negócios da burguesia” (*Manifesto Comunista*, 1848). O polêmico panfleto coloca-se ao lado de outras obras como *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1843), *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (1852), *Para a Crítica da Economia Política* (1859) e *O Capital* (1867), produzidas no final do século XIX, à luz da expansão da ideologia liberal na Europa e nos Estados Unidos.

O princípio de “igualdade perante à lei” é marcante na formulação da política liberal. Ao tratar todos iguais, de acordo com o princípios de proteção às liberdades individuais e à defesa da propriedade privada, o Estado agirá com “neutralidade”, porém invariavelmente produzirá efeitos “parciais” (HELD, 1987). Isso porque a sociedade capitalista é desigual. A burguesia, segundo Marx, traduz-se nos proprietários dos meios de produção, enquanto o proletariado é dono apenas de sua força de trabalho. Ao passo que o modo capitalista de

produção baseia-se no lucro, a burguesia não repassa ao trabalhador o valor final do produto por ele gerado. A desigualdade entre o salário pago ao trabalhador e o valor final do que foi produzido é o que Marx convencionou de “mais-valia”, base da exploração capitalista.

Ao defender o direito à propriedade privada dos meios de produção, o Estado perpetua o que supostamente deveria impedir: a desigualdade entre os homens. A realidade das classes sociais no Estado liberal são assim determinadas a partir da localização do indivíduo na estrutura de classe, em todos os aspectos de sua vida, seja no trabalho, na saúde, tempo de vida, educação, etc (HELD, 1987). A teoria marxista pauta-se pela análise da história e das relações sociais a partir dos modos de produção, sistematizando estágios de evolução da sociedade desde os modos primitivos, passando pelo feudal e capitalista, até o modo de produção pós-capitalista. A luta de classes é central para essa teoria, uma vez que é através de tal fenômeno que se dará o desmantelamento do capitalismo. O fim desse estágio está atrelado à abolição do instrumento de perpetuação do status quo burguês, o Estado moderno: “The political instrument of their enslavement cannot serve as the political instrument of their emancipation”<sup>1</sup> (The Civil War in France, pp. 162-8).

Portanto, a emancipação, a verdadeira liberdade e igualdade entre os homens encontra-se no final de um processo que envolve a luta de classes, a ditadura do proletariado e a introdução da prática da democracia direta através da instituição das Comunas. Nesse cenário, a sociedade seria ao mesmo tempo trabalhadora e dona do meios de produção. Não haveria escassez material para o indivíduo pois ele, coletivamente, terá se apropriado de todo o capital disponível. O presente trabalho não pretende defender teses sobre a veracidade e legitimidade do projeto socialista/comunista que perdurou de 1922 a 1991. Pontuo, primordialmente, como a administração pública soviética apresentou-se como um modelo de Estado e participação política revolucionário e alternativo para o debate político mundial, tal qual sua primeira constituição demonstra:

10. The Russian Republic is a free socialist society of all the working people of Russia. The entire power, within the boundaries of the Russian Socialist Federated Soviet Republic, belongs to all the working people of Russia, united in urban and rural soviets. (Constituição da República Socialista Federativa Soviética da Rússia 1918, Art. 2)<sup>2</sup>.

Destaco acima o capítulo 10 do Artigo Segundo com o propósito de salientar a excepcionalidade da administração soviética. A partir desse modelo, todo trabalhador detém o poder da República (“The Russian Republic is a free socialist society of all the working people of Russia”). Os *soviets*, como demonstrado pela constituição, vigoram como instâncias regionais autônomas e deliberativas, abertas aos trabalhadores das localidades respectivas. Da escolha dos representantes dos soviets, responsabilidade da população, forma-se o Con-

1 Tradução livre: “O instrumento político de sua escravidão não pode servir como instrumento político de sua emancipação”

2 Tradução livre: “A República Russa é uma sociedade livre socialista de todas as pessoas trabalhadoras da Rússia. Todo o poder, dentro das fronteiras da República Socialista Federativa Soviética da Rússia, pertence a todos os trabalhadores da Rússia, unidos em soviets rurais e urbanos”

gresso dos *Soviets*, instância decisória suprema. O presente trabalho propõe-se a questionar: onde inserem-se as mulheres nesse contexto? A superação da exploração de classe incorpora a opressão de gênero? Entendemos que todos os trabalhadores russos, a partir da Revolução, detêm poder político. Mas dado ao papel predominantemente doméstico e maternal que as mulheres russas assumiam na cultura e sociedade daquele país (e de toda Europa, a princípio, naquela época), como entender que ao falar-se “trabalhadores”, considerava-se também a elas? Na subseção que se segue, buscarei trabalhar a questão do gênero dentro da teoria marxista, a partir do que foi escrito à época de Marx e Engels.

## GÊNERO NA TEORIA MARXISTA

Em 1884, Friedrich Engels publica *Origens da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, um tratado histórico-materialista que busca demonstrar a evolução das sociedades através das diferentes composições familiares. Essa publicação é emblemática quando trata-se de gênero e marxismo, pois conta como a única menção à opressão de gênero a ser tratada pelos seus autores-fundadores. Inclusive, foi publicada um anos após a morte de Marx, utilizando-se de anotações do filósofo, o que não confirma, na realidade, o posicionamento do autor sobre o tema em geral.

Engels apoia-se nos estudos do antropólogo Johann Jakob Bachofen (1881). Segundo Bachofen, a sociedade matriarcal é o modelo mais antigo de organização humana. Como mulheres e homens relacionavam-se livremente, o único vínculo parental comprovado que uma criança possuía era com sua mãe, dessa forma, as mulheres gozavam de um alto status, mantendo uma liderança feminina sustentada pela relação com sua linhagem. Com a introdução da monogamia, a mulher teve de abdicar sua posição de privilégio. A monogamia não encerra apenas a relações sexuais com outros homens, mas também relações comunitárias como, por exemplo, o modelo vigente de divisão do trabalho. Segundo Bachofen, era papel do homem adquirir comida e os instrumentos de trabalho necessários para esse fim, enquanto para a mulher cabia a função doméstica. No entanto, em um âmbito coletivo, a troca era possível entre diversos homens e mulheres, não perpetuando uma dependência. Com o matrimônio, um homem fica encarregado da subsistência de uma mulher.

É a partir desse momento que, segundo os autores, a opressão da mulher pelo homem se estabelece. Isso porque, afinal, o homem deterá a propriedade privada de ferramentas que possibilitam a subsistência de um lar. Tal evolução, enfim, levaria à família individual moderna, considerada por Engels (1884) como a “escravidão doméstica” da mulher. É preciso mencionar, contudo, que as proposições de Engels carregam pouca validade atualmente. Isso se deve à defasagem de suas fontes, descreditadas ao longo do tempo por estudos mais completos, como afirma David Held (1987). Não obstante, Engels reivindicara um espaço para a mulher na sociedade comunista, que seria conquistado através da abolição da propriedade privada dos meios de produção e da inserção da mulher no trabalho assalariado (HELD, 1987), para que assim, ela pudesse prover, independentemente, sua subsistência.

## A EMANCIPAÇÃO DA MULHER ATRAVÉS DO TRABALHO

Em diversos panfletos do Partido, atribuía-se a Lênin o seguinte anúncio: “In order to emancipate women thoroughly and to realize real equality between women and men, it is necessary for women to participate in joint production and labour, and then women will stand in the same position as men” (HARSH, 2014). O entendimento dos líderes soviéticos acerca da opressão de gênero partia, essencialmente, do que foi defendido por Engels e exposto na subseção acima. A inserção da mulher no trabalho faria ela igual ao homem: cidadã soviética. Seria possibilitada do voto e da participação política, compatível com a fundação do conceito de cidadania pelos gregos, herdada pelos republicanos e depois pela democracia liberal: “The Athenian concept of ‘citizenship’ entailed taking a share in these functions [legislative and judicial functions], participating directly in the affairs of the state”<sup>3</sup> (HELD, 1987).

Contudo, como sabemos, “cidadania” na *polis* ateniense, na república e na democracia liberal no século XIX e XX, significava apenas homens. O sufrágio universal, aquele que previa a participação política desvinculada à posse material, foi concedido aos homens na França entre 1792–1795 e depois em 1848; nos Estados Unidos em 1856; na Alemanha em 1871. O sufrágio universal que passou a entender mulheres como indivíduos e cidadãos foi, para os respectivos países em 1944, 1920 e 1919, conquistas da democracia liberal e dos movimentos sufragistas femininos. A Rússia, por sua vez, instaurou o sufrágio universal igualmente para homens e mulheres em 1917, com a Revolução. O que depois foi positivado em sua primeira Constituição:

64. The right to vote and to be elected to the Soviets is enjoyed by the following citizens of both sexes, irrespective of religion, nationality, domicile, etc., of the Russian Socialist Federated Soviet Republic, who shall have completed their eighteenth year by the day of election (...)<sup>4</sup> (Constituição da República Socialista Federativa Soviética da Rússia 1918, Art. 4).

A União Soviética não apenas fomentou a inserção da mulher no trabalho assalariado, como reconheceu o trabalho doméstico (majoritariamente relacionado às mulheres até então) como uma forma de contribuição para o trabalho produtivo de uma sociedade: as duas esferas promovem a inserção política nos assuntos públicos, garantindo seu direito de votar e ser votada. Em 1930, com o processo de profunda industrialização soviético (o primeiro Plano Quinquenal), 4 milhões de mulheres foram empregadas em trabalhos assalariados, 1,7 milhões destas na indústria (MESPOULET, 2010). Abaixo podemos observar a evolução da participação da mulher em atividades laborais em 1959 e 1970.

3 Tradução livre: “O conceito ateniense de cidadania envolve tomar parte dessas funções [legislativas e judiciárias], participando diretamente nos assuntos do Estado”.

4 Tradução livre: “O direito a voto e a ser votado para os Sovietes é gozado pelos seguintes cidadãos de ambos os sexos, independentemente de religião, nacionalidade, domicílio, etc da República Socialista Federativa Soviética da Rússia, que tenham completado seus dezoito anos no dia da eleição (...)”.

Table 5.2 Economic activity rates of the population of working age (per cent)

	1959		1970	
	Men	Women	Men	Women
Taking part in social production	85.1	68.4	87.2	82.1
Studying full time	4.9	4.2	7.8	7.6
Neither taking part in social production nor studying full time	10.0	27.4	5.0	10.3
Total	100.0	100.0	100.0	100.0

Source: N.M. Shishkan, *Sotsial'no-ekonomicheskie problemy zhenskogo truda*, (Moskva: Ekonomika, 1980.) p. 49, Table 3.

Fonte: <<https://nintil.com/2016/07/30/the-soviet-union-achieving-full-employment/>>

Apesar do exposto aqui, diversos autores e fontes da época atestam a incapacidade do regime de garantir a completa igualdade de gênero entre homens e mulheres. Parte dos obstáculos que perpetuaram tal disparidade está, segundo Harsh (2014), na continuidade da centralidade da família nos valores soviéticos. As mulheres, com menos tempo para a atividade política e crescente desinteresse nas jornadas e operações exaustivas da indústria, optaram por voltarem-se à família e aos trabalhos do setor de serviço, encorajadas pelos benefícios de licença maternidade e assistência infantil. Ganhavam menos que os homens e se especializavam menos. Também a partir da política familiar soviética, o aborto que havia sido legalizado no início dos anos 20 foi recriminalizado. É inegável, contudo, que o comunismo provocou mudanças drásticas na que tange a posição social da mulher, fundamentalmente através de sua inserção na industrialização do país. Abaixo, apresentarei alguns aspectos da presença das mulheres na política russa soviética e contemporânea, com intuito de traçar paralelos com o que foi debatido até aqui.

## MULHERES NA POLÍTICA

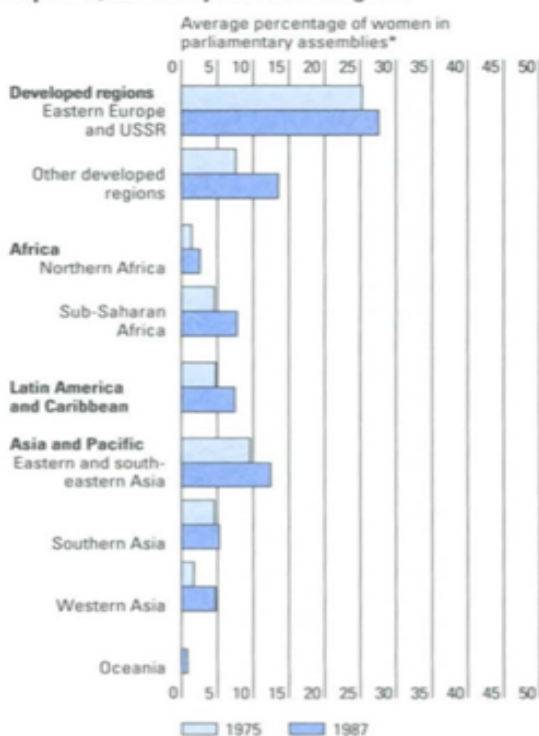
### COMITÊ EXECUTIVO CENTRAL DE TODAS AS RÚSSIAS, SOVIETE SUPREMO E DUMA

O Duma surgiu em 1906 como o primeiro parlamento eleito na Rússia. É, atualmente, a câmara baixa da Assembleia Geral russa. Com a Revolução, foi substituído pelo Comitê Executivo Central de Todas as Rússias, que funcionou entre 1917 a 1937. Entre 1938 e 1990, o Soviete Supremo funcionava como Conselho unicameral do legislativo soviético, o órgão mais importante da política soviética. Como vimos anteriormente, o direito à participação política estava assegurado a todos a partir de 1917 e, conseqüentemente, a presença de mulheres no legislativo tornou-se um fator comum na União Soviética e antecedeu a participação na Rússia contemporânea. Na constituição de 1936, afirma-se: “Women have the right to elect and be elected on equal terms with men” (Constituição da União Soviética, 1936, Art. 137).

As mulheres representavam, dentro do Partido Comunista, 7.4% dos membros em 1920, 14.8% em 1937, 19.7% em 1957 e 20.9% em 1967. O fato dos números do Partido não serem tão expressivos como do Komsomol (34% em 1935) se dá pelo fato que as mulheres

jóvens eram menos restringidas por filhos e tarefas domésticas como as mulheres mais maduras do Partido, como mencionado na subseção anterior (MESPOULET, 2010). No entanto, comparativamente ao resto do mundo, a proporção dos assentos legislativos conquistados por mulheres russas eram expressivos, como confirma o seguinte relatório da ONU de 1990:

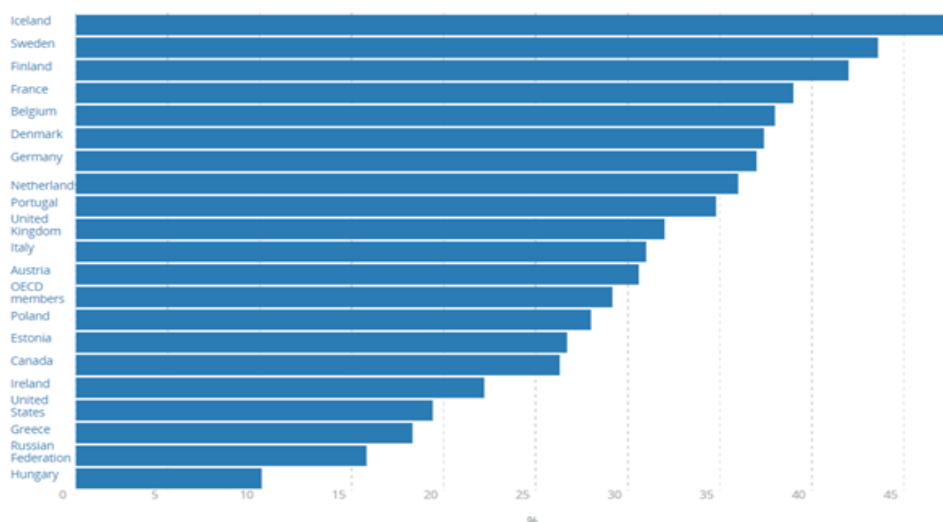
2.2  
Women's parliamentary representation, though improved, is still very low in most regions



Country or area	Parliamentary seats occupied by women (%)		Year of women's right to vote
	1975	1987	
<b>Developed regions</b>			
Albania	33.2	28.8	1945
Australia	0.0	6.1	1901*
Austria	7.7	11.5	1918
Belgium	6.6	7.5	1948 <sup>b</sup>
Bulgaria	18.8	21.0	1944
Canada	3.4	9.6	1918 <sup>c</sup>
Czechoslovakia	26.0	29.5	1920
Denmark	15.6	29.1	1915
Finland	23.0	31.5	1906
France	1.6	6.4	1944
Germany <sup>d</sup>			
Federal Rep. of Germany	5.8	15.4	1919
former German Dem. Rep.	31.8	32.2	1919
Greece	2.0	4.3	1952 <sup>a</sup>
Hungary	28.7	21.0 <sup>f</sup>	1945
Iceland	5.0	20.6	1915
Ireland	2.8	8.4	1918
Italy	3.8	12.9	1945
Japan	1.4	1.4	1945
Luxembourg	5.1	14.1	1919
Malta	3.6	2.9 <sup>g</sup>	1947
Netherlands	9.3	20.0	1919
New Zealand	4.6	14.4	1893
Norway	15.5	34.4	1913
Poland	15.9	20.2	1918
Portugal	8.0	7.6	1931 <sup>h</sup>
Romania	15.2	34.4	1946 <sup>i</sup>
Spain	-	6.4	1931
Sweden	21.4	28.5	1921 <sup>j</sup>
Switzerland	7.5	14.0	1971
USSR	32.1	34.5	1917
United Kingdom	4.3	6.3	1918 <sup>k</sup>
United States	3.7	5.3	1920

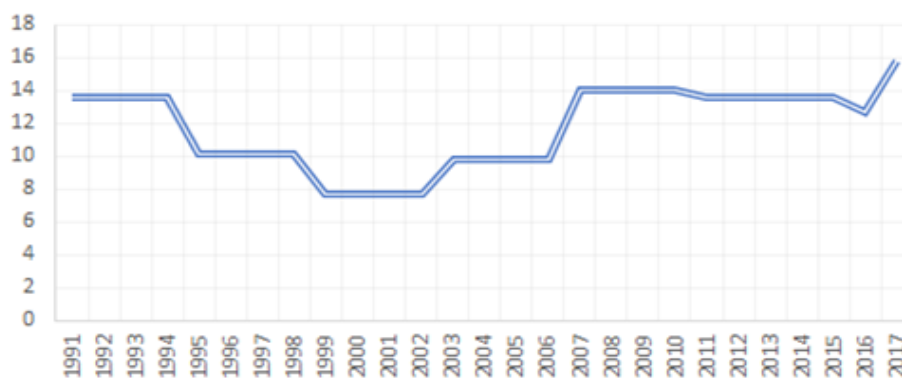
A União Soviética configura nos primeiros lugares do ranking de participação feminina no legislativo no final dos anos 90, inclusive à frente de democracias liberais, como Estados Unidos e França. O cenário atual, contudo, diverge amplamente do que foi apresentado acima. Do final de 1980 para 2017, o percentual de mulheres ocupando posições no Duma caiu exponencialmente, como demonstra o gráfico do Banco Mundial:





Outros países, antes na retaguarda do processo de inserção político das mulheres, passaram a galgar posições de liderança nesse ranking. Como vemos abaixo, durante todo o processo de abertura política e econômica da União Soviética, os percentuais mantiveram-se menores em comparação com o Soviete Supremo:

**PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NO LEGISLATIVO RUSSO AO LONGO DO TEMPO (%)**



Fonte: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.Htm>>

Na última eleição para o parlamento soviético, as mulheres compunham 32.8% do assentos (SAXONBERG, 2000), enquanto na primeira eleição pós redemocratização esse número caiu para 13.4% e manteve-se razoavelmente similar ao longo dos anos que seguiram a abertura, como demonstra o gráfico anterior, ainda não retornando aos níveis do período comunista. Podemos, assim, afirmar que as mulheres conquistaram, na União Soviética, espaço excepcional na esfera pública.

Nos anos 1950 a 1970, a academia e a opinião pública em geral entendia que “questão da mulher” fora abordada de forma bem-sucedida no país, de acordo com as conquistas já mencionadas neste trabalho: fomento da participação das mulheres como cidadãs, trabalha-

dores e estudantes, implementação de políticas sociais que beneficiam mães e direitos garantidos por lei. Contudo, como Harsh (2014) afirma, observa-se uma virada nos anos 80 acerca da opinião acadêmica sobre igualdade de gênero na União Soviética. Existem, segundo a autora, duas razões principais para isso: primeiramente, mulheres em muitos países ocidentais conquistaram direitos iguais ou ainda maiores que os que as mulheres soviéticas já gozavam. Em segundo lugar, a Segunda Onda Feminista (1960-1980) revisou o entendimento do feminismo até então. Uma vez conquistada a inserção na vida pública, como o marco do sufrágio universal, questões da vida interna das mulheres passaram a entrar em pauta, como sexualidade, o trabalho doméstico e a maternidade. A esfera privada, já mencionada neste trabalho, não foi suficientemente abordada na União Soviética, dado, especialmente, pelos valores culturais e econômicos que observavam a família tradicional como unidade central para a organização social.

Convém, portanto, questionar: apesar da queda na participação política na Rússia contemporânea, medida por este trabalho pela porcentagem de mulheres em funções legislativas, as mulheres russas conquistaram direitos inalcançados pelo comunismo? O que observamos nos últimos anos é um indício de que o país não vem acompanhando as conquistas da Segunda e Terceira ondas feministas. A recente lei que descriminaliza a violência doméstica, a criminalização da comunidade LGBT, a legalização do casamento para menores de 16 anos, sem contar com as 456 posições de trabalho que as mulheres são proibidas de exercer (por exemplo, como motoristas de trator)<sup>5</sup>, além de ganharem 26%<sup>6</sup> a menos que seus colegas homens, demonstram um cenário pouco favorável para a igualdade de gênero.

A baixa representação das mulheres russas no legislativo pode então ser considerada como uma causa da atual questão de gênero. Leva-se em conta também que a Rússia contemporânea não pode ser entendida, pelas formulações de David Held (1987), como uma democracia liberal, nem uma das suas variações do século XX, apesar de aproximar-se do Elitismo Competitivo. Com Vladimir Putin na liderança executiva do país desde 2012 e seu partido, Rússia Unida, possuindo maioria absoluta no Duma, observamos algo similar com o que David Held, a partir da obra de Weber, convencionou como “ditadura eleita”: os partidos dominando o parlamento e as lideranças dominando os partidos. Nesse contexto, a participação política resume-se àqueles que concentram-se na profissionalização política e trabalham dentro dos partidos, diferenciando-se daqueles chamados “politicamente passivos”. Esse cenário é profundamente impeditivo à consolidação do que os pluralistas defendem essencial para a dinâmica da sociedade: a barganha entre grupos representando diferentes interesses, desde empresas, sindicatos, partidos políticos, e coletivos de mulheres, negros, estudantes, etc. Dessa forma, explica-se como as mulheres, grupo que pode representar pautas divergentes à elite no poder, seria isolada do processo de barganha por seus interesses,

5 Why Russia needs a feminist revolution. **The Washington Post**, 5 jul. 2017. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/news/democracy-post/wp/2017/07/05/why-russia-needs-a-feminist-revolution/?noredirect=on&utm\\_term=.b6370b2d9a40](https://www.washingtonpost.com/news/democracy-post/wp/2017/07/05/why-russia-needs-a-feminist-revolution/?noredirect=on&utm_term=.b6370b2d9a40)> Acesso em: 17 jan. 2019.

6 WOMEN in Russia Earn Significantly Less Than Their Male Counterparts. **The Moscow Times**, 15 set. 2017. Disponível em: <<https://themoscowtimes.com/news/women-in-russia-earn-much-less-than-men-58950>> Acesso em: 19 jan. 2019.

levando à perpetuação de prática desiguais entre homens e mulheres.

## CONCLUSÃO

Karl Marx, Friedrich Engels e, posteriormente, Vladimir Lenin, fundam uma nova forma de cidadania. Se para os atenienses era cidadão todo aquele homem e nascido em Atenas, para os republicanos todo aquele homem e proprietário, para os comunistas, era todo aquele, homem ou mulher, que contribuísse para o trabalho produtivo. A mulher, durante todo o comunismo soviético, foi inserida no trabalho e, por consequência, na vida pública, antes da maioria dos países Europeus.

A presença feminina, no entanto, foi se tornando cada vez menos frequente ao longo do processo de abertura e redemocratização da Rússia, chegando a patamares inéditos em pleno século XXI. A partir dos dados relativos à presença de mulheres nos parlamentos russos (Comité Executivo Central de Todas as Rússias, Soviete Supremo e Duma), procurei observar que impacto isso causou na sociedade russa e atribuí, à essa falta de representatividade atual no Duma, uma forte justificativa para as políticas cada vez mais desiguais e reacionárias aos direitos das mulheres.

Apesar das críticas e revisionismo ao feminismo do início do século XX, preocupado com a inserção da mulher na vida pública, as mulheres sob o comunismo alcançaram o que propôs-se na época, nos debates acadêmicos e feministas, o que prova-se pelas estatísticas e até mesmo pelas suas Constituições. Enquanto isso, as Segunda e Terceira ondas feministas parecem não ter alcançado a Rússia contemporânea, incapaz de garantir às suas cidadãs conquistas que inclusive foram conquistadas décadas atrás, por mulheres soviéticas e do mundo todo.

## Referências Bibliográficas

HELD, David. **Models of Democracy**. Stanford: Stanford University Press, 1987.

SMITH, Stephen. (ed.) **The Oxford Handbook of the History of Communism**. Oxford: Oxford U.P., 2014.

SAXONBERG, Steven. Women in East European Parliaments. **Journal of Democracy**, Volume 11, Number 2, 2000.

MESPOULET, Martine. Women in Soviet society. **Cahiers du CEFRES**, n. 30, Le communisme à partir des sociétés = Communism from the viewpoint of societies (ed. Muriel Blaive), 2010.

The World's Women 1970-1990 Trends and Statistics, Social Statistics and Indicators, **Series K**, n. 8, United Nations: Nova York, 1991.



# ARTIGOS CIENTÍFICOS



## A CONTRIBUIÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS DOS BRICS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS PAÍSES

THE CONTRIBUTION OF BRICS SOCIAL POLICIES TO THE DEVELOPMENT OF THEIR COUNTRIES

Por *Letícia Albertina Loureiro dos Reis Teodoro\**

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo analisar as contribuições das políticas sociais de três países emergentes do sul global, que compõem os BRICS, para o desenvolvimento econômico e social dos mesmos. Para tanto, a metodologia utilizada consiste em pesquisa documental e bibliográfica, com utilização de sites de internet, livros, artigos e teses. Através de um estudo comparativo dos sistemas de proteção social em ascensão no Brasil, Índia e África do Sul, discutir-se-ão as políticas públicas de cada país, utilizando como estudos de caso o programa Bolsa Família, do Brasil, a Garantia de Emprego Rural Mahatma Ghandi (MGNREGA), da Índia, e o Programa Expandido de Obras Públicas (EPWP), da África do Sul, além de apontar as diferenças e similaridades entre elas, o que permitirá determinar quais são os impactos destes programas para o desenvolvimento de seus países.

**Palavras-chave:** Políticas sociais; BRICS; Bolsa Família; MGNREGA; EPWP.

**Abstract:** This article aims to analyze the contributions of social policies of three emerging countries of the global south, which make up the BRICS group, for their economic and social development. The methodology used consists of documentary and bibliographic research involving primary and secondary sources, using internet sites, books, articles and theses. Through a comparative study of social protection systems in rise in Brazil, India and South Africa, the public policies of each country will be discussed, using as case studies the Bolsa Família program of Brazil, the Mahatma Ghandi National Rural Employment Guarantee Act (MGNREGA) of India and the Expanded Public Works Programme (EPWP) of South Africa, in addition to pointing out the differences and similarities between them, which will make it possible to determine the impacts of these programs for the development of their countries.

\*Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFFRJ)

**Keywords:** Social policies; BRICS; Bolsa Família; MGNREGA; EPWP.

## INTRODUÇÃO

Idealizado pelo economista Jim O’Neil, os países do grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) são economias emergentes que possuem grandes áreas demográficas e geográficas, além de um grande potencial econômico que, supostamente, poderá superar as grandes potências globais em um futuro não muito distante. Mais do que uma orientação para empresas e investidores mundiais, estes países em desenvolvimento são responsáveis pela construção de um ideário que busca a redução da pobreza e da desigualdade social de suas regiões, assim como a construção de um espaço para a emergência de novos atores no cenário internacional.

Desde 2009, os BRICS se encontram anualmente para reuniões de Cúpula, que contam com a presença de Chefes de Estado, ministros, diplomatas e atores da sociedade civil. A VI Cúpula, realizada em Fortaleza em julho de 2014, teve como um dos temas em destaque a inclusão social. Durante o evento, cujo tema central era “Crescimento Inclusivo: Soluções Sustentáveis”, autoridades governamentais afirmaram que os países dos BRICS colaboraram consideravelmente para o crescimento mundial e para a redução da pobreza de suas nações, destacando a importância do crescimento econômico e de políticas de inclusão social para tais conquistas. Nesse contexto, os países ficaram responsáveis por construir uma agenda de desenvolvimento ligada à erradicação da pobreza.

O recorte desta pesquisa tem seu foco em três países do Sul Global, que compõem o grupo dos BRICS. Ao utilizar algumas das principais políticas sociais do Brasil, Índia e África do Sul - Bolsa Família, MGNREGA e EPWP, respectivamente - como estudos de caso, o presente trabalho analisará tais programas para verificar suas semelhanças, diferenças e, principalmente, de que forma tais políticas colaboram para o desenvolvimento de seus países.

Dessa forma, este artigo busca questionar quais são as contribuições das políticas sociais dos países mencionados para o desenvolvimento econômico e social de seus Estados. Procura-se evidenciar, portanto, por meio de uma análise dos estudos de caso das políticas de proteção social de cada país, que tais políticas têm papel central na contribuição do crescimento mundial, na redução da pobreza e da desigualdade social de seus países e, apesar de cada nação adotar diferentes tipos de políticas e programas sociais, seus desafios enfrentados no setor social são consideravelmente comuns.

### 1. BRASIL E O BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família (PBF) foi implementado no Brasil em outubro de 2003, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, como um dos programas de transferência de renda em nível federal e resultou da unificação de quatro benefícios sociais do governo até então vigentes: o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão-Alimentação e Auxílio gás. De

acordo com o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, cujo objetivo é combater a pobreza e a fome, promovendo segurança alimentar, educação, acesso à rede pública de saúde e assistência social, proporcionando, assim, “a emancipação das famílias mais pobres” (WEISSHEIMER, 2006, p. 25).

O programa é direcionado às famílias em situação de pobreza (com renda mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 por pessoa) e extrema pobreza (com renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa) em todo o Brasil, concedendo a estas um benefício em dinheiro que varia entre R\$ 39,00 e R\$ 372,00 (CAIXA, 2017), caso haja o cumprimento de determinadas condicionalidades nas áreas de saúde e educação. Para se candidatar ao programa, é preciso que a família esteja inscrita no Cadastro Único, de gestão municipal, onde serão selecionadas de acordo com os critérios estabelecidos pelo Governo Federal. Os tipos de benefícios são: básico, variável, variável jovem e para superação da extrema pobreza. De acordo com dados disponibilizados pelo Governo Federal, até o final do governo de Dilma, em 2016, o programa atendia mais de 13,9 milhões de famílias. Atualmente, devido à redução de programas sociais do governo de Michel Temer, há 12,7 milhões de famílias beneficiadas pelo BF – o que representa uma queda de 1,2 milhão de famílias.

Líder do ranking de países em desenvolvimento com as políticas mais eficientes no combate à fome, o Brasil tem o BF como maior programa de transferência de renda condicionada do mundo, mantendo milhões de brasileiros fora da extrema pobreza. A queda da mortalidade e do déficit de peso das crianças se deu em virtude de diversos fatores, como o aumento de renda entre os mais pobres, que gerou uma melhor condição de vida com fácil acesso a bens e serviços e a escolaridade, mas, principalmente, foi também devido as próprias condicionalidades do Bolsa Família, como a exigência de manter os jovens na escola, com vacinação em dia e acompanhamento médico regular.

O relatório global “Estado da Insegurança Alimentar 2015”, desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA), destacou o protagonismo do Brasil no combate à fome. De acordo com o documento, nos últimos 12 anos, o país reduziu pela metade o número de pessoas que passavam fome, alcançando, assim, um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que a ONU tinha estabelecido até 2015. Considerado como um feito histórico, a saída do Brasil do mapa da fome da ONU, neste mesmo ano, foi possível devido a um conjunto de políticas públicas, inclusive o Bolsa Família, aliado à geração de 21 milhões de empregos, ao aumento real do salário mínimo e à merenda escolar distribuída diariamente a 43 milhões de crianças e jovens.

Com base nos relatórios de impacto do Bolsa Família, é possível afirmar que o programa alcançou diversas conquistas nos últimos 14 anos. Além do BF ter um custo muito baixo aos cofres públicos, representando apenas 0,4% do PIB brasileiro (IPEA, 2013), o dinheiro pago as famílias beneficiadas pelo programa acaba voltando para estes cofres através dos impostos, visto que o dinheiro é usado principalmente para compras de produtos, desde os mais básicos até os bens duráveis, aquecendo a economia do país. Ademais, de acordo com o Governo Federal, o Bolsa Família tirou 36 milhões de pessoas da pobreza extrema de 2003

a 2013, trouxe melhorias na saúde e educação para as famílias de baixa renda e reduziu o trabalho infantil.

É possível observar o contraste social presente no Brasil uma vez que o país está entre as maiores economias do mundo e, simultaneamente, entre os países da América Latina com maiores índices de pobreza. Nesse contexto, é importante destacar o papel das políticas públicas, como o Bolsa Família, como ferramenta de combate essa triste conjuntura. Ao comparar os dados dos índices referentes às famílias que deixaram de viver em situação de pobreza extrema e àquelas que ingressaram na classe média (classe C), verifica-se uma contribuição direta do BF para este cenário. Dessa forma, fica evidente a importância das políticas públicas e de direitos fundamentais para o desenvolvimento social e diminuição das desigualdades presentes nos países subdesenvolvidos.

Várias são as visões existentes sobre o desenvolvimento dos países, havendo um confronto entre aquelas que veem o crescimento econômico como central para avaliar o desenvolvimento e as que veem o mesmo de um modo mais amplo. Assim, o desenvolvimento não deve ser analisado em apenas uma esfera, mas sim por diferentes faces, como a social, cultural, econômica e ambiental.

Amartya Sen, colaborador no trabalho de Mahbub ul Haq para elaboração do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), introduziu diferentes variáveis em seu conceito de desenvolvimento para definir a superação da pobreza. Para ele, as pessoas podem sofrer privações em diferentes esferas da vida, não sofrendo apenas com a privação material. Desse modo, o IDH - como contraponto do Produto Interno Bruto (PIB), que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento - está relacionado à qualidade de vida das pessoas, ou seja, para haver desenvolvimento é preciso que o acesso a serviços básicos como o de saúde, moradia e educação esteja disponível para todas pessoas.

Em virtude dos fatos mencionados e por outras diferentes razões, o Programa Bolsa Família é considerado como modelo no cenário internacional, tendo recebido um prêmio internacional, pela Associação Internacional de Segurança Social (AISS), devido ao caráter inovador de redução da pobreza trazido pelo programa e sendo retratado como uma espécie de modelo de programa social bem-sucedido no relatório da ONU sobre o IDH (2015). Diante desse cenário, é possível afirmar que as contribuições do Bolsa Família para o desenvolvimento — tanto econômico quanto humano — do Brasil são diversas, passando pela esfera da educação, saúde, alimentação, assistência social, economia, entre outras.

## **2. ÍNDIA E A Lei Nacional Mahatma Gandhi DE GARANTIA DE EMPREGO RURAL (MGNREGA)**

A Lei Nacional Mahatma Gandhi de Garantia de Emprego Rural (Mahatma Gandhi *National Rural Employment Guarantee Act* – MGNREGA), da Índia, visa garantir a segurança dos meios de subsistência das pessoas que vivem em áreas rurais, garantindo 100 dias de trabalho não qualificado para cada família. Na maioria dos casos, trata-se de empregos em obras públicas, nas construções de infraestruturas locais. A lei foi aprovada em 2005,



beneficiando 37 milhões de famílias indianas só naquele ano, e é considerada como o maior programa de *workfare* do mundo.

A NREGA é um programa de rendimento em troca de trabalho, que oferece oportunidades de emprego assalariado para satisfazer as necessidades básicas das pessoas domiciliadas em áreas rurais do país. Com base em resultados da pesquisa domiciliar do *National Sample Survey* (NSS) indiano, Chandrasekhar e Ghosh (2011) demonstraram que a lei teve um impacto grande e positivo sobre os salários de mercado em áreas rurais, aproximando-os do salário mínimo, que é o valor oferecido pelo NREGA, além de ter diminuído significativamente as diferenças de salário rurais por gênero.

Qualquer família rural pode fazer inscrição no programa para solicitar um trabalho, tendo direito ao oferecimento de um emprego para um dos membros da família dentro de um raio de 5 km de seu domicílio, até um máximo de 100 dias de trabalho por ano. Caso um dos familiares não receba um emprego em até 15 dias, a família passará a ter direito de receber parcelas de desemprego, como uma espécie de mesada. Denominado como um “exemplo estelar de desenvolvimento rural” pelo Banco Mundial em seu relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (2014), o programa foi criado com objetivo de criar bens duráveis, como estradas, poços e canais e quando iniciado em 2006, abrangia 200 distritos em sua primeira fase e, atualmente, se encontra operacional em toda a Índia, abrangendo 619 distritos.

Como exemplo de lugar onde a Lei funciona bem, Vijayapura fica no estado de Rajastão e graças ao programa, tornou a região que antes era rochosa e semiárida em uma região com árvores e vegetação. Em 2012, a prefeita Rukmani Devi Salvi afirmou que com a NREGA “os camponeses passaram anos cavando canais e construindo barragens e poços para reservar a água, além de pavimentar estradas da região”. Em virtude disso, a terra da região passou a ser melhor, dando mais oportunidades a seus habitantes, como a possibilidade de criação de gado. Além disso, com a implementação do programa, as mulheres começaram a trabalhar e ter seu próprio capital, passando a dependerem menos de seus maridos e tornando-se mais empoderadas.

Através das estimativas do programa, é possível perceber suas grandes conquistas. Os níveis do salário mínimo aumentaram, a participação das mulheres na força de trabalho aumentou de 33% para 48% (UNICEF, 2011) e o programa foi imensamente efetivo no alcance de grupos vulneráveis, trazendo contribuições para a questão de igualdade, participação e para autoestima dos empregados. Ademais, houve uma diminuição da discriminação por gênero e castas e uma melhoria na produtividade, uma vez que as obras são focadas na infraestrutura local e no reflorestamento.

Em vista disso, é possível afirmar que o programa contribuiu e ainda contribui bastante para o desenvolvimento da Índia, trazendo melhorias não só para as famílias beneficiadas, mas também para as próprias regiões do país, que ganham com os trabalhos de infraestrutura. Por isso, graças ao dinheiro decorrente dos empregos, as famílias passam a conseguir suprir suas necessidades, como alimentação, saúde e educação, ajudando também na economia da região, que resultará em um aumento do desenvolvimento do país.

### 3. África do Sul e o Expanded Public Works Program (EPWP)

De acordo com Ingrid Woolard (2010), pesquisadora da Unidade e Pesquisa em Trabalho e Desenvolvimento da África Austral, a África do Sul é um dos países que mais direcionam recursos para o assistencialismo no mundo, tendo programas governamentais que representam entre 2% e 5% do PIB do país. O Programa Expandido de Obras Públicas (*Expanded Public Works Programme* – EPWP) é um dos programas de “frentes de trabalho”, que fornece dinheiro em troca de serviço e tem como objetivo reduzir a pobreza e o desemprego, através do oferecimento de trabalhos temporários para os desempregados, em projetos de infraestrutura.

O EPWP teve suas origens na Cúpula de Crescimento de Desenvolvimento (GDS) de 2003 e é um programa nacional que abrange todas as esferas do governo e empresas estatais, que cria oportunidades de trabalho em quatro setores: de infraestrutura, não-estatal, ambiental e social, ao a) aumentar a intensidade de trabalho em projetos de infraestrutura financiados pelo governo; b) criar oportunidades de trabalho através de organizações sem fins lucrativos; c) criar oportunidades de trabalho em programas ambientais e culturais e d) criar oportunidades de trabalho em programas sociais. Além disso, o EPWP oferece treinamento e suporte ao desenvolvimento empresarial, num nível de subprograma. Desde 2012/13, o programa criou 4.185.426 oportunidades de trabalho.

Os beneficiários do programa são empregados nas condições de emprego determinadas pela Deliberação Ministerial e pelo Código de Boas Práticas para o EPWP. São assegurados, pelo município, que seus projetos cumpram com as leis trabalhistas, como o seguro-desemprego e a lei de saúde e segurança do trabalho. O Programa oferece um importante meio de absorção de mão de obra e de transferências de renda para famílias mais necessitadas, no curto a médio prazo. Como uma medida do governo para reduzir os efeitos dos altos índices de desemprego, o EPWP é necessário por possibilitar a criação de trabalhos, que é essencial para mulheres, jovens e desempregados em todo o país.

Dessa forma, as contribuições mais significativas do EPWP são as colaborações do programa para o desenvolvimento da África do Sul, especialmente sobre as comunidades e economias das regiões. Ao oferecer emprego para as famílias que precisam, o dinheiro recebido por estas movimentará a economia, resultando em um crescimento econômico e em uma diminuição do índice de desemprego, trazendo melhorias para o desenvolvimento do país - principalmente o humano.

### 4. O FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA, BRASIL E ÁFRICA DO SUL (IBAS)

Em 2013, na capital brasileira, foi estabelecido o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul - designado pelo acrônimo IBAS - com a emissão da Declaração de Brasília, ao término do encontro de chanceleres destes países. Tal Declaração apresenta diferentes fatores para aproximação e aliança entre os três países, no entanto, o Ministro Celso Amorim, em entrevista conjunta à imprensa, em junho de 2003, sintetizou de forma coesa os princi-

país elementos de identificação entre eles:

Por que esses três países, em primeiro lugar? Porque são três países, cada um de cada uma das três regiões do mundo em desenvolvimento: Ásia, África e América Latina. São três democracias; são três países que tem um importante papel a desempenhar em suas respectivas regiões; são três países democráticos, países em que a democracia tem um forte papel na sua vida política; são países que têm também problemas sociais, mas que estão dispostos a enfrentá-los; e são países que têm também visões muito semelhantes em muitos temas multilaterais, e, quando não em absolutamente todos, a perspectiva que nós temos é, sem dúvida alguma, muito semelhante. Então, era preciso transformar essa coincidência virtual numa cooperação real (ALMORIM, 2003).

Assim, um dos pontos principais do IBAS está na negociação de diferentes assuntos de comum interesse, numa agenda contendo diversos temas, abrangendo ações que acarretam no desenvolvimento, principalmente, mas não só, dos países membros.

Um dos primeiros trabalhos dos chanceleres estava relacionado ao incentivo à organização de encontros trilaterais, em um dos três países ou em paralelo a eventos internacionais. Como exemplo, tem-se o encontro de Cúpula dos Países do IBAS em paralelo à 58ª Assembleia Geral das Nações Unidas, ocorrida em 24 de setembro de 2003, na cidade de Nova York. Nesta ocasião, antes do encontro dos Chefes de Estado, os chanceleres de Brasil, Índia e África do Sul se reuniram e emitiram “O Comunicado de Nova York”, um comunicado de imprensa, no qual reiteraram diferentes pontos já abordados na Declaração de Brasília, demonstrando, inclusive, a determinação dos três países de implementar as metas de desenvolvimento tratadas em Conferências das Nações Unidas e, ainda, a intenção de reduzir pela metade o número de pessoas em situação de pobreza e fome, até 2015.

Para que a cooperação entre estes países ocorresse, foi determinado que esta se faria com auxílio de um fundo. O Fundo de Combate à Fome e à Pobreza, constituído no âmbito do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), foi formado como consequência do encontro de 2003 e permitia que outros países auxiliassem com recursos.

Apesar deste ser apenas um exemplo, entre tantos outros, de ação pró-desenvolvimento dos países, fica evidente a determinação do Fórum de cooperar, visando a elaboração de projetos que auxiliem em diversas esferas de seus Estados, como educação e saúde, promovendo bons impactos no crescimento de seus membros.

## Considerações Finais

Pretendeu este trabalho analisar as políticas públicas da África do Sul, Brasil e Índia de forma a verificar através destas as contribuições para o desenvolvimento econômico e humano de seus países. Como visto, os programas possuem grande capacidade de transformação na vida de quem é beneficiado por estes, além de ajudar no crescimento e desenvolvimento dos países.

Analisando os programas sociais de cada país, percebe-se que há notáveis semelhanças

entre eles. Todos são programas de transferência de renda, que funcionam em nível federal e beneficiam os que mais necessitam – desempregados e famílias mais vulneráveis – trazendo melhorias para o bem-estar destes e, conseqüentemente, contribuindo para o avanço do desenvolvimento dos Estados.

Como visto, o EPWP e a NREGA são programas que fornecem dinheiro em troca de serviços, principalmente em construções de infraestruturas locais, com propósito de diminuir o índice de desemprego e pobreza em seus países. Dessa forma, os programas visam ofertar oportunidades de emprego – no caso do NREGA, apenas em áreas rurais – para facilitar o acesso ao atendimento das necessidades básicas das famílias, principalmente nas áreas da saúde, alimentação e educação.

Por outro lado, apesar de o Bolsa Família possuir a mesma finalidade e também ser um programa de transferência de renda, o mesmo se difere dos outros programas mencionados por não oferecer empregos diretamente. Ao contrário, o BF apresenta condicionalidades para que as famílias recebam o benefício monetário, como a exigência de que os jovens permaneçam nas escolas, que tenham a carteira de vacinação em dia e que compareçam ao médico frequentemente. No entanto, apesar de divergir neste quesito, os resultados do programa são similares com os dos demais.

Com o mesmo propósito, os três programas visam reduzir a desigualdade social, combater a fome e a pobreza, impactando em uma melhora no desenvolvimento de seus países. Apesar de possuir diversos métodos para medir o desenvolvimento de um país, os mais comuns são através do PIB e do coeficiente de Gini. Ao fornecer benefícios monetários, os países fazem com que o poder de compra dos beneficiários aumente e este mesmo dinheiro é usado para atender as necessidades de cada família, o que movimentará a economia, podendo gerar mais empregos, oportunidades e melhorias no país, tendo potencial para que o PIB também cresça e, com o fácil acesso ao fornecimento de serviços básicos na saúde e educação, o índice de desigualdade tende a diminuir.

Portanto, é possível perceber que os programas apontados possuem um potencial transformador na vida de cada família dependente destes e no *status* dos países. Números revelam que, com a ajuda destas políticas dentre outros métodos, a pobreza e o índice de desemprego dos Estados mencionados diminuíram, bem como houve um aumento dos impactos positivos no desenvolvimento humano. Assim, constata-se que em virtude destes programas sociais, ocorreu um avanço na área do desenvolvimento social, econômico e humano dos países.

## Referências Bibliográficas

ABREU, Lidiane Rocha. **Bolsa Família**: uma política pública de acesso aos direitos sociais. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=10740](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10740)>. Acesso em: 23 jul. 2017

ALMEIDA FILHO, J. G. **O fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS)**: análise e perspectivas. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BARBOSA, Vanecilda de Sousa; PAULO, Maria de Assunção Lima. **O bolsa família e sua contribuição para o desenvolvimento local.** Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT20-44.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

Bolsa Família: Desenvolvimento Social. **Caixa.** Disponível em: <[www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/desenvolvimento-social/bolsa-familia/Paginas/default.aspx](http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/desenvolvimento-social/bolsa-familia/Paginas/default.aspx)>. Acesso em: 23 jul. 2017.

Bolsa Família: Programas Sociais. **Caixa.** Disponível em: <[www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx](http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx)>. Acesso em: 23 jul. 2017.

Agência Estado. Brasil, Índia e África do Sul defendem programas sociais. **G1**, 12 abr. 2010. Disponível em: <[g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL1566233-9356,-00-BRASIL+INDIA+E+AFRICA+DO+SUL+DEFENDEM+PROGRAMAS+SOCIAIS.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1566233-9356,-00-BRASIL+INDIA+E+AFRICA+DO+SUL+DEFENDEM+PROGRAMAS+SOCIAIS.html)>. Acesso em: 26 jul. 2017.

DROLET, Julie. **Social Development and Social Work Perspectives on Social Protection.** Routledge, 2018. p. 177.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. “Agenda de Cooperação”: entrevista conjunta da I reunião da Comissão Trilateral do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul. 6 jun. 2003. **Site do Itamaraty.** Disponível em: <[www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/7565-entrevista-conjunta-a-imprensa-dos-chanceleres-do-brasil-africa-do-sul-e-india](http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/7565-entrevista-conjunta-a-imprensa-dos-chanceleres-do-brasil-africa-do-sul-e-india)>. Acesso em: 27 jul. 2017.

GOVEIA, Luana. Bolsa Família: 11 anos e 11 conquistas. **Carta Capital**, São Paulo, 24 out. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsa-familia-11-anos-e-11-conquistas-4636.html>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

Inclusão social é tema de reunião do Brics. **Governo do Brasil.** Disponível em: <[www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/07/inclusao-social-e-tema-de-reuniao-do-brics](http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/07/inclusao-social-e-tema-de-reuniao-do-brics)>. Acesso em: 20 jul. 2017.

MOTA, Camilla Veras. **Ipea: cada R\$ 1 gasto com Bolsa Família adiciona R\$ 1,78 ao PIB.** Valor Econômico, São Paulo, 15 out. 2013. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/3305466/ipea-cada-r-1-gasto-com-bolsa-familia-adiciona-r-178-ao-pib>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

Povo indiano de Vijayapura tem o maior plano de emprego rural do mundo. **R7.** Disponível em: <[noticias.r7.com/internacional/noticias/povo-indiano-de-vijayapura-tem-o-maior-plano-de-emprego-rural-do-mundo-20120319.html](http://noticias.r7.com/internacional/noticias/povo-indiano-de-vijayapura-tem-o-maior-plano-de-emprego-rural-do-mundo-20120319.html)>. Acesso em: 30 jul. 2017.

**Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.** Human Development Report 2015. Nova Iorque, 2015. Disponível em: <[hdr.undp.org/sites/default/files/2015\\_human\\_development\\_report.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/2015_human_development_report.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2017.

Protecção social na Índia. **Unicef.** Disponível em: <[www.unicef.org/mz/online-files/Fact\\_Sheet\\_India\\_July\\_2011\\_PT.pdf](http://www.unicef.org/mz/online-files/Fact_Sheet_India_July_2011_PT.pdf)>. Acesso em: 31 jul. 2017.

Sair do mapa de fome da ONU é histórico, diz governo. **Exame**, 16 set. 2014. Disponível em: <[exame.abril.com.br/brasil/sair-do-mapa-de-fome-da-onu-e-historico-diz-governo/](http://exame.abril.com.br/brasil/sair-do-mapa-de-fome-da-onu-e-historico-diz-governo/)>. Acesso em: 25 jul. 2017.

SOARES, Fábio Veras. LAL, Radhika. **Inovações na Protecção Social no Sul Global.** Disponível em: <[repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6227/1/RTM\\_v4\\_n2\\_Inovações.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6227/1/RTM_v4_n2_Inovações.pdf)>. Acesso em: 27 de jul. 2017.

SOUZA, André Portela. **Políticas de Distribuição de Renda no Brasil e o Bolsa Família.** Disponível em: <[www.schwartzman.org.br/simon/agenda5.pdf](http://www.schwartzman.org.br/simon/agenda5.pdf)>. Acesso em: 23 de jul. 2017.

VELOSO, Sérgio. (Coord.) **Os BRICS e seus desafios no combate à desigualdade.** BRICS Policy Center ed. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <<http://www.bricspolicycenter.org/publicacoes/os-brics-e-seus-desafios-no-combate-desigualdade-social/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

## A COOPERAÇÃO BRASILEIRA SUL-SUL EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: O CASO DO CONSAN/CPLP BRAZIL'S SOUTH-SOUTH COOPERATION IN FOOD AND NUTRITION SECURITY: THE CONSAN/CPLP CASE

*Por Kaio Tavares Rodrigues e Vanessa Schottz Rodrigues\**

**Resumo:** As políticas de erradicação da fome e garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada implantadas a partir do governo Lula (2003-2010) contaram com ampla participação da sociedade civil brasileira. Baseadas nos expressivos resultados internos, tais políticas tornaram o modelo brasileiro um exemplo de sucesso, e credenciaram o país a uma posição de destaque nas discussões sobre o tema. Assim, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) se tornou um ativo da política externa (PEB), incorporada como um elemento de “poder brando” nos fóruns multilaterais. A experiência interna passou por um transbordamento para a PEB, que contava com assessoramento de organizações não-governamentais, movimentos sociais e o Conselho Nacional de SAN, com ampla participação da sociedade civil, sendo característica marcante da atuação internacional do Brasil no tema. O presente estudo procura analisar as influências da experiência brasileira em SAN na criação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN) da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 2012, dentro da ótica de Cooperação Sul-Sul, e difusão de uma visão específica de Segurança Alimentar e Nutricional.

**Palavras-chave:** Cooperação Sul-Sul; Política Externa Brasileira; Segurança Alimentar e Nutricional; CPLP; Consan.

**Abstract:** The hunger eradication policies and those regarding the assurance of the Human Right to Adequate Food that were implemented during president Lula da Silva's administration (2003-2010) counted on a wide participation of the Brazilian civil society. Based on significative domestic outcomes, such policies turned the Brazilian model into a case of success and elevated the country to a prominent position within the discussions regarding such theme. Thus, Food and Nutrition Security (FNS) has become an asset within Brazil's Foreign Policy, acting as an element of “soft power” in multilateral forums. The domestic experience

\*Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense, e Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRJ.

has gone through a spill-off effect towards the foreign policy, which counted on the advisory from non-governmental organizations, social movements and the Brazilian National Food and Nutrition Security Council along with a wide civil society participation that has been a striking characteristic of Brazil's international action regarding such matter. The present study aims to analyze the influences of the Brazilian experience in FNS within the establishing of the Community of Portuguese Language Countries' (CPLP) Food and Nutrition Security Council (CONSAN) in 2012 within the scope of South-south Cooperation and the diffusion of a specific view regarding Food and Nutrition Security

**Keywords:** South-south Cooperation; Brazilian foreign policy; Food and Nutritional Security; CPLP; CONSAN.

## Introdução

O período que engloba os dois governos Lula e o primeiro governo Dilma (2003-2014) foi marcado por uma redefinição da política externa brasileira (PEB). A nova PEB implicou maior envolvimento do Brasil em fóruns multilaterais dos mais diversos assuntos, assim como aproximação do país com aliados não-tradicionais. Tais esforços buscaram tornar o Brasil um líder regional, e ampliar sua capacidade de influência numa esfera multilateral.

Um dos pilares da PEB no período, que serviu como instrumento de aproximação do Brasil com determinados países, assim como seu maior destaque em organizações internacionais, foi a chamada Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID). A PEB, todavia, buscou ressignificar a visão tradicional de CID, adicionando o componente de solidariedade, e levando a cooperação a países do chamado Sul Global. Mediante a Cooperação Sul-Sul (CSS), o Brasil foi crescentemente deixando a tradicional posição de receptor de cooperação para assumir a posição de doador.

As lutas históricas dos movimentos sociais brasileiros no campo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) resultaram em políticas públicas de expressivo sucesso sob o governo Lula, que buscou emplacar o Combate à Fome e à Miséria como um de seus principais eixos de governo. Os resultados internos, que chegaram a tirar o Brasil do Mapa da Fome da FAO, credenciaram o país a ser um ator de destaque no tema de SAN em fóruns internacionais. Mais do que isso, a legitimidade das políticas de combate à fome do Brasil, com ampla participação popular, tornou o país um modelo de sucesso.

A política externa brasileira buscou catapultar as pautas de SAN para a atuação internacional do Brasil, como elemento de poder brando. A Cooperação Sul-Sul trabalhou com a transferência de políticas em SAN. Partindo da experiência brasileira, a PEB também levou para o plano internacional integrantes da sociedade civil que atuavam no tema. Um dos muitos resultados e programas específicos da cooperação brasileira em SAN foi a criação do Conselho de Segurança Alimentar da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Consan/CPLP). No presente artigo, buscaremos discutir como a experiência brasileira em SAN passou por um processo de transbordamento para a política de cooperação internacional, e



influenciou decisivamente na criação do Consan, em 2012.

## 1. A Cooperação Sul-Sul e a Cooperação Técnica dentro da Nova Política Externa

O período que consideramos como o de uma “nova” política externa brasileira (PEB), que tem início no primeiro governo Lula da Silva (2003-2006), e vai até finais do primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014), foi marcado por um incremento substancial na cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) por parte do Brasil. O país, tradicionalmente receptor na CID, migrou cada vez mais para a posição de doador. De maneira geral, Milani (2012) define a CID como:

[...] um sistema que articula a política dos Estados e atores não governamentais, um conjunto de normas difundidas (ou, em alguns casos, prescritas) por organizações internacionais e a crença de que a promoção do desenvolvimento em bases solidárias seria uma solução desejável para as contradições e as desigualdades geradas pelo capitalismo no plano internacional.

A cooperação moderna surgiu no período pós-Segunda Guerra Mundial, e ficou conhecida como Cooperação Norte-Sul (CNS). Surgiu, sobretudo, como uma forma de ajuda humanitária que refletia as relações de poder do sistema internacional (SI), sendo os países ricos do Norte os principais doadores, e os países pobres e em desenvolvimento do Sul Global, os principais receptores. Isso esteve involucrado na concepção, e na criação de zonas de influência, relações de dependência e tentativas de implantar modelos entre doadores e receptores, sendo alvo de críticas por parte dos países do Sul. O político e historiador de Burkina Faso, Joseph Ki-Zerbo (1922-2006), por exemplo, critica no caso africano, as tentativas de uniformização de políticas: “[...] foi decidido que há condições únicas para todo mundo: os países africanos devem repetir o itinerário estereotipado dos países ocidentais” (KI-ZERBO, 2009).

A Cooperação Sul-Sul (CSS) possui um componente baseado na solidariedade global (OLIVEIRA, 2017), enquanto que a CNS esteve sempre mais ligada à promoção de modelos capitalistas pelas potências doadoras. A Cooperação Sul-sul funcionaria, assim, proporcionando alternativas à CNS, “menos assimétricas, mais horizontais e fundadas na solidariedade entre os países em desenvolvimento” (MILANI; CARVALHO, 2013). Isso reflete uma nova dinâmica internacional, na qual países tradicionalmente receptores passaram a definir agendas de cooperação e se tornaram doadores (MILANI, 2012). Na nova agenda de CSS, os “doadores emergentes” ganham a especificidade de “ator comprometido com os ideais do desenvolvimento, e ativo participante da terceira onda democrática” (PINHEIRO; LIMA; HIRST, 2010).

No período da nova PEB, o governo brasileiro buscava afirmar um compromisso de mudança estrutural crítica, via uma cooperação horizontal, Sul-Sul (CSS). Para Pecequillo (2008), tratava-se de uma atualização da tradição global-multilateral após o bilateralismo da

década de 1990. A CSS atuaria em conjunto com as relações verticais na construção da PEB, buscando assim uma nova inserção brasileira no SI. A CID passou a ser um componente da PEB com o Brasil se colocando mais como doador do que como receptor. Devido à multiplicidade de atores, públicos e privados, que compunham a CSS brasileira, essa também refletiu contradições da política brasileira (MALUF; PRADO, 2016).

Os tradicionais paradigmas de política externa, estabilidade macroeconômica e credibilidade internacional, foram sendo substituídos por manutenção da estabilidade, retomada do papel do Estado num projeto neodesenvolvimentista e inclusão social, ampliando o número de atores e debate dentro da PEB (PINHEIRO; LIMA; HIRST, 2010). Também se ampliou o número de temas em que o Brasil se posicionava, de sorte a destacar-se como um ator global, e principalmente ser uma voz proeminente das relações Sul-Sul. O ex-chanceler Celso Amorim (2003-2011) definiu a nova PEB como uma política externa “ativa e ativa”, assim explicando o caráter propositivo e transformador da nova política:

Essa política seria ativa porque poderia, sim, tomar posições independentes, mesmo que ferisse o interesse e desejo de outros países. E seria ativa porque não se resumiria a ficar reagindo diante de situações, mas promoveria assuntos, iniciativas e agendas novas. (AMORIM, 2014)

A Nova Política Externa trouxe para a cooperação diversas agências, e ampliou a ação ministerial nas iniciativas de cooperação (PINHEIRO *apud* RIBEIRO, 2014). No âmbito das modalidades de cooperação internacional executadas pelo Brasil, há de se destacar a cooperação técnica. Tal setor é que o que trata da transferência de políticas e compartilhamento de tecnologias. A definição oficial por parte do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre os objetivos da cooperação técnica afirma:

[...] visa à capacitação de indivíduos e ao fortalecimento de organizações e instituições no exterior. A essência de seu processo é a transferência e o compartilhamento de conhecimentos e tecnologias nacionais com potencial de adaptação, absorção e geração de impactos positivos no desenvolvimento autônomo de outros países. (IPEA, 2013)

No centro da CID brasileira, encontra-se a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão ligado ao Ministério das Relações Exteriores (MRE). Tal agência é responsável pela coordenação e elaboração de projetos no âmbito da cooperação. Busca-se construir uma tradição de cooperação horizontal focada no intercâmbio de ideias e tecnologias baseadas na solidariedade internacional, e que envolvem uma multiplicidade de temas e atores. Com isso, o Brasil “pretende ser parte influente no processo de revisão e construção de consensos mínimos da comunidade mundial no que diz respeito à cooperação técnica prestada a países em desenvolvimento (CTPD)” (PINHEIRO; LIMA; HIRST, 2010).

A África é um dos pilares da atuação externa do Brasil como doador. Segundo dados do Ipea (2013), em 2010, 39,5% dos gastos brasileiros em cooperação iam para a região, configurando a segunda maior macrorregião receptora, atrás apenas da América Latina e

Caribe. Mais especificamente parece haver uma seletividade histórica, cultural e geopolítica em termos de cooperação, com enfoque especial nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop), com a afirmada convergência identitária, e ações para fortalecer instâncias coletivas, como a atuação na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) (PINHEIRO; LIMA; HIRST, 2010). Algumas das principais políticas de cooperação refletiam experiências internas do Brasil e seu sucesso, e, dessa maneira, levavam consigo grupos e características específicas, quando postas no debate internacional. Tal é o caso da política externa de cooperação da área de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

## 2. A Experiência Brasileira em SAN e seus reflexos na política externa

O conceito de Segurança Alimentar<sup>1</sup> (SA) remonta a inícios do século XX. A visão hegemônica de SA deriva do pós-Segunda Guerra, tratando a insegurança alimentar como produto de uma indisponibilidade de alimentos, e assim buscando abordar o problema da fome desde a produção, principalmente a partir da doação de excedentes dos países desenvolvidos e de mudanças no sistema produtivo, a partir da chamada “Revolução Verde”<sup>2</sup> (BURITY *et al*, 2010). A experiência brasileira em SAN<sup>3</sup> e sua conceituação remetem ao geógrafo, nutrólogo, cientista social e diplomata brasileiro, Josué de Castro. O diplomata foi o primeiro a denunciar o aspecto estrutural da fome como produto de um modelo econômico que semeava a desigualdade, e limava o acesso das populações pobres aos alimentos, tanto no aspecto físico, como na questão do poder aquisitivo (LEÃO; MALUF, 2012). Isso resultou em políticas públicas incipientes no campo, e que, posteriormente, tiveram grande destaque, como a “Campanha da Merenda Escolar”, que deu origem ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) (Idem).

O período de ditadura militar (1964-1985) representou um congelamento dos avanços em SA no Brasil. Ademais, a luta pela reforma agrária, que havia obtido proeminência durante o governo João Goulart fora arduamente combatida pelo regime ditatorial, e com o êxodo rural e a conseqüente urbanização da sociedade brasileira, perdera parte de seu fator aglutinador. O fim da ditadura e a abertura do processo de redemocratização enriqueceram o debate social e de direitos no Brasil. Segundo Milton Rondó, é nesse momento que há uma reformulação da política de SA no Brasil, tendo como expoente intelectual o sociólogo Beti-

---

1 É importante ressaltar que a Segurança Alimentar (SA) é um conceito em disputa que assume variadas configurações, de acordo com os diferentes contextos históricos, países e sujeitos políticos que fazem uso desse enfoque.

2 Modelo que buscou incrementar a produção de alimentos nos países pobres, a partir da difusão de sementes híbridas, agrotóxicos e mecanização da produção

3 A construção desse conceito no Brasil é fruto de um rico e amplo processo de participação social que envolveu diferentes setores e campos do conhecimento (agricultura e desenvolvimento rural, meio ambiente, saúde, educação, assistência social, nutrição). O enfoque nutricional foi incorporado ao conceito brasileiro de SA a partir de meados da década de 1980, quando a Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição apontou para a importância de se articular ao conceito questões relacionadas às práticas e às culturas alimentares, a utilização biológica do alimento e as condições nutricionais da população.

nho e o Ibase:

Amplia-se, dessa forma, a luta da reforma agrária para a segurança alimentar, campo epistemológico mais amplo e inclusivo dos interesses Brasileiros. Demais, Betinho percebe que, para ser ainda mais ampla, a base social deve estar alicerçada no campo humanitário – menos politizado –, de sorte a buscar a participação suprapartidária. (RONDÓ; LOPES, 2016)

Assim, a defesa da SAN passa a se confundir com a busca por direitos no processo de redemocratização. Os primeiros anos do governo do presidente Fernando Collor (1990-1992) foram marcados pelo agravamento do quadro de extrema pobreza e miséria, chegando a acometer cerca de 32 milhões de brasileiros, e por diversos escândalos de corrupção. Nesse contexto, a luta contra a fome e a miséria esteve diretamente articulada ao intenso processo de mobilização social em defesa da ética na política<sup>4</sup>, e que culminaram no *impeachment* do Collor em 1992 (SILVA, 1995; MALUF, 2007).

Ao assumir a presidência da República, Itamar Franco (1992-1994) foi pressionado pelos movimentos populares, em especial a Ação da Cidadania, a adotar medidas imediatas de combate à fome e à miséria. Nessas circunstâncias, o chamado “Governo Paralelo”<sup>5</sup> apresentou ao presidente uma proposta de política nacional de SAN que, dentre outras iniciativas, pautava a criação de um conselho supra setorial formado por governo e sociedade. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) foi, então, instituído logo nos primeiros momentos do governo Itamar. Formado em 2/3 por membros da sociedade civil e vinculado diretamente à presidência da República, o Consea<sup>6</sup> foi responsável pela elaboração do Plano de Combate à Fome e à Miséria pela Vida (PCFM)<sup>7</sup> e pela realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar em 1993 (CONSEA, 1994; LEÃO; MALUF, 2012).

Durante os mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, a SAN perde destaque como política pública, sendo o Consea desativado. Todavia, é importante ressaltar que a sociedade civil continuou mobilizada em torno da SAN, tendo se constituído, em 1998, o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN). Por um lado, o Fórum buscou incidir sobre a agenda dos governos estaduais, visando, assim, à criação de conselhos de SAN. Por outro, houve um grande investimento na qualificação do debate sobre a concepção e os princípios e diretrizes de SAN (SCHOTTZ, 2017).

Diversos autores (MALUF, 2007, BURLANDY 2011, SCHOTTZ 2017) destacam que a eleição de Lula em 2002 pode ser considerada um dos principais marcos na trajetória histórica da SAN no Brasil. Logo em seu primeiro dia de governo (2003), foi lançado o Programa

4 Do Movimento pela Ética na Política nasceu a Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida (1993), coordenado por Betinho.

5 Iniciativa coordenada pelo candidato derrotado nas eleições, Luís Inácio Lula da Silva, para monitorar as ações do governo e propor iniciativas de cunho popular.

6 O Consea era composto por dez Ministros de Estado e 21 membros da sociedade civil. A presidência foi exercida por uma representante da sociedade civil, o bispo católico Dom Mauro Morelli.

7 Segundo Menezes (2001), a política de austeridade econômica impôs sérias restrições orçamentárias ao PCFM.

Fome Zero - que tinha como propósito garantir a SAN por meio da articulação de políticas compensatórias e estruturais - e o Consea foi reativado.

Em 2006, a SAN foi institucionalizada na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan - Lei 11.346/2006) que instituiu o Sistema (Sisan) e a Política Nacional de SAN (PNSan). Cabe ressaltar que a Losan é fruto de um intenso processo de mobilização social e sua construção, coordenada pelo Consea, envolveu a participação ativa e articulada de diversos setores de governo e da sociedade e de alguns parlamentares que compunham a Frente Parlamentar de SAN. Nesse contexto, a SAN passa a se constituir como objetivo de política pública orientado pelos princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Soberania Alimentar (Sobal) (MALUF, 2007). Em seu artigo 3º, a Losan adotou o seguinte conceito de SAN:

É a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (LOSAN- Art 3º).

A Losan, tendo como diretrizes a promoção da intersetorialidade, a articulação entre orçamento e gestão, a descentralização e a conjugação de ações emergenciais e estruturais, instituiu como componentes do Sisan<sup>8</sup>: i) Conferência Nacional de SAN; ii) Consea; iii) Câmara Interministerial de SAN (Caisan); iv) Órgãos e entidades públicas de SAN; v) instituições privadas, com ou sem fins lucrativos.

A experiência brasileira, pautada no esforço de coordenação de diferentes esferas de governo, na articulação intersetorial e na participação ativa da sociedade nos processos que envolvem a elaboração, execução e monitoramento de políticas públicas por meio do Consea veio a mostrar-se bastante eficaz, e serviu como impulsor da política externa brasileira no tema. Para Rondó e Lopes (2016), o Consea “*passou a ser o grande motor legitimador da política externa brasileira em SAN entre 2003-2016*”. Cabe destacar que dentre as nove diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 7272/2010 para a Política Nacional de SAN, a quinta diretriz contempla o “*apoio a iniciativas de promoção da SSAN e DHAA em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da LOSAN*”

A política externa em SAN foi reflexo do sucesso e da legitimidade de políticas domésticas e seus arranjos. A experiência brasileira tornou-se modelo e alvo de interesse de países em desenvolvimento e organizações internacionais (Idem). Nesse sentido, SAN tornou-se um ativo de poder brando brasileiro. A própria PEB em SAN passou a incorporar a estrutura organizacional da área, com participação da sociedade civil. Tal arranjo resultou na criação da Coordenação-geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFome), em 2004, que reunia no seio do Itamaraty representantes de ministérios ligados à SAN e o Consea. O ex-chanceler, Celso Amorim, admitiu a importância do tema da alimentação na PEB:

O Combate à Fome e à Pobreza, inspirado no nosso programa “Fome Zero”, passou

8 Para aderir ao Sisan, os estados e municípios também devem instituir esses componentes.

a ser um objetivo global, abraçado pelo Presidente da França, Jacques Chirac e o Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, entre outros. Não por acaso, um diplomata francês, ao entrar na sala do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc), repleta de Chefes de Estado, em que se realizou a conferência sobre o tema, exclamou para um colega seu: “O Brasil abraça o mundo” (AMORIM, 2016).

A aproximação e coordenação entre a PEB e a política doméstica possibilitaram também uma definição de pautas que enriqueceram e deram frutos também domesticamente. Um exemplo foi a atuação de destaque do Brasil na FAO durante a negociação das Diretrizes Voluntárias para o Direito Humano à Alimentação, que abriu espaço para a inserção do DHAA na Constituição Brasileira, e para formulação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) (RONDÓ; LOPES, 2016).

A cooperação internacional brasileira na área de Segurança Alimentar e Nutricional, com base no CGFome, esteve vinculada aos princípios norteadores da Estratégia Fome Zero: DHAA, resposta emergencial e desenvolvimento estrutural. Assim, baseando-se também em programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>9</sup> e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>10</sup>, a cooperação em SAN denota compras locais de alimentos, ações emergenciais para recuperação socioeconômica, participação popular e amplo processo de debate e ações de caráter estruturante (RONDÓ; LOPES, 2016), abordando de maneira multidimensional e estrutural o assunto, o que representa uma diferença substancial em relação às modalidades tradicionais de cooperação, sobretudo a CNS. Tais iniciativas coincidem com a estratégia da nova PEB que buscou “vincular um novo acervo de políticas sociais que atacam a pobreza e a desigualdade no plano doméstico com uma ativa diplomacia presidencial” (PINHEIRO; LIMA; HIRST, 2010).

A CSS em SAN conforma um importante ativo do Brasil em suas relações com países em desenvolvimento (VIANNA, 2017.) O Brasil também é visto como um player de destaque no campo, e capaz de incidir sobre as diretrizes internacionais sobre o tema, sobretudo pela legitimidade nacional. Um exemplo claro foi a reforma do Comitê de Segurança Alimentar das Nações Unidas (CSA), em 2009, que foi influenciado pelo Consea no sentido da representação da sociedade civil (VIANNA, 2017) (RONDÓ; LOPES, 2016).

### 3. A Cooperação em SAN na África: O caso do Consan/CPLP

No âmbito da CSS brasileira, a África aparece como um destino central, mais espe-

<sup>9</sup> Proposto pelo Consea, o PAA foi instituído em 2003, com um arranjo considerado inovador, que alia política agrícola e de SAN. Alimentos produzidos pela agricultura familiar brasileira são adquiridos com recursos federais e destinados a instituições e equipamentos públicos (escolas, asilos, banco de alimentos) ou para a formação de estoques públicos e garantia de preço mínimo.

<sup>10</sup> O PNAE é considerado um dos maiores programas públicos e gratuitos de acesso aos alimentos no mundo. Em 2009, foi aprovada a Lei 11.947/2009 que tornou obrigatória a destinação de, no mínimo, 30% dos recursos do programa para a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação e prioridade para a produção local.

cificamente os países de língua portuguesa (Palop). A nova política externa “resgatou” a política africanista brasileira, e a reformulou, no sentido de eliminar uma dívida histórica brasileira com o continente e adensar os vínculos com os países da região (MILHORANCE *apud* OLIVEIRA, 2017). Em termos concretos, essa aproximação resultou na abertura de dezenove embaixadas na África, chegando o Brasil a ter a quinta maior presença diplomática do mundo na região<sup>11</sup>. Houve também um incremento significativo no comércio entre o país e a região. Ademais, realizaram-se diálogos políticos em fóruns regionais, como a União Africana e a CPLP, dentro de uma cooperação intersetorial que incorporava diversas áreas (MELLO, 2016). Nas palavras do ex-presidente Lula, eis a visão do papel da África na PEB: “Com a África tínhamos um compromisso moral e ético. Sei que não podemos mensurar o que o povo africano significa para o Brasil, mas podemos pagar com solidariedade e educação. O povo africano tem muitas expectativas em relação ao Brasil” (SILVA, 2014).

Conforme abordado anteriormente, a área de SAN foi uma das mais proeminentes da CSS brasileira, e buscava seguir diretrizes da experiência doméstica e da construção histórica de SAN no Brasil. Houve um esforço no sentido de difundir políticas públicas da Estratégia Fome Zero, e, posteriormente da Política Nacional de SAN. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) atuaram como certificadores e porta-vozes dos programas brasileiros (MALUF; SANTARELLI; PAULINO, 2016). Nessa modalidade, o Brasil buscava fazer uma cooperação por demanda, como foi o caso da África, com PAA África. Segundo a pesquisadora Fátima Mello, o Brasil “exercendo a liderança na FAO e em diálogos multilaterais acerca do combate à fome e SAN, passou a ter um papel crucial na articulação de programas multilaterais, regionais e bilaterais na África” (MELLO, 2016).

A excepcionalidade e sucesso da experiência brasileira em SAN, com ampla participação da sociedade civil, foram elementos que trouxeram visibilidade a esse tipo de cooperação (MALUF; SANTARELLI; PRADO, 2015). Nesse sentido, essa condição também possibilitou diálogos e cooperação para além das vias institucionais-estatais, e que acabaram, posteriormente, por incidir na cooperação estatal. Antes de falar na criação do Conselho de Segurança Alimentar da CPLP (Consan) ou ainda de uma Estratégia de Segurança Alimentar no foro (Esan), é imperativo abordar a formação da Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Redsan-Palop). Tal rede foi lançada em 2007, reunindo exclusivamente representações da sociedade civil de países africanos. Posteriormente, representantes da sociedade civil de Brasil, Portugal e Timor Leste foram incluídos na rede, que passou a denominar-se Redsan-CPLP.

O Brasil se fez representado nessa rede pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN). A experiência brasileira teve forte influência sobre a construção da agenda da Redsan, principalmente a partir da denotação de propostas como a criação de estratégias nacionais no âmbito dos Estados representados (SARMENTO *et al*, 2015), e nos seus objetivos de “realização efetiva do direito humano à alimentação em cada contexto nacional e de forma articulada na CPLP” (PACHECO, 2012). A Redsan teve um

11 BRASIL tem 5ª maior presença diplomática na África. **BBC**. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/10/111017\\_diplomacia\\_africa\\_br\\_jf](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/10/111017_diplomacia_africa_br_jf)>

papel central ao incentivar um aumento da interação governo-sociedade civil, construir um trabalho em rede, estabelecer parcerias e conformar uma estratégia coletiva de SAN para a CPLP (SARMENTO *et al*, 2015). Dentro de seu plano de atividades do período 2012-2014, também previa a institucionalização de espaços nacionais de diálogo visando à conformação de Conselhos Nacionais de SAN (PACHECO, 2012).

A chamada Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN) foi aprovada em 2011 durante a XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em Luanda. A Esan tem em seu centro a afirmação do DHAA, e, portanto, a recomendação de que os Estados membros da CPLP produzam políticas de garantia desse direito humano, por exemplo aderindo às Diretrizes Voluntárias da FAO. Segundo Sarmento *et al*: “dá prioridade à construção e reforço da institucionalidade e da governança da SAN como forma de melhorar a coordenação, coerência e alinhamentos das políticas de combate à fome nos seus diferentes níveis (local, nacional, regional, global)” (SARMENTO *et al*, 2015). É interessante notar o papel de protagonismo atribuído ao Brasil na formulação de políticas de SAN. A Esan faz recomendações no âmbito doméstico de cada Estado com base em seus contextos, ao se referir ao Brasil, porém, afirma:

O Brasil constitui actualmente uma das referências em termos de políticas de combate à fome, detendo uma profícua experiência do ponto de vista legal, institucional e de políticas públicas nessa matéria. A experiência do país influenciou o desenvolvimento das Estratégias Nacionais nos demais Estados membros e até das Organizações Internacionais provedoras de apoio técnico para esse fim. (CPLP, 2011)

No âmbito da Esan, recomendava-se a criação de um Conselho de Segurança Alimentar da CPLP (Consan-CPLP), que viria a ser instituído em julho de 2012, durante a XVII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Maputo. O objetivo do Consan, conforme seu estatuto, é promover a inter-setorialidade e a participação social na coordenação de políticas, legislação e programas de ações para a segurança alimentar e nutricional e, por esta via, contribuir para materializar a prioridade, estabelecida na Esan-CPLP, de combate à fome, má nutrição e à pobreza na Comunidade através da concretização progressiva do Direito Humano à Alimentação nos Estados membros (CPLP, 2012).

O Conselho conta com representação da sociedade civil que, a partir de demanda da Redsan, garantiu seu direito ao voto e o direito de apresentar propostas nas plenárias (PACHECO, 2012). De acordo com seu estatuto, o Consan é composto por Reunião Plenária; Presidência; Secretariado Técnico Permanente; Grupos de Trabalho; Painel de Especialistas Técnicos. A Plenária é composta por membros, representantes governamentais e ministeriais (um terço), e participantes, oito representantes da sociedade civil e ONGs, dois representantes de universidades, dois representantes do poder local, dois parlamentares, dois do setor privado (dois terços). A sociedade civil se organiza no Conselho por meio do Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil (MSC), o qual possibilita estratégias e definições conjuntas, troca de informações e análises e seleção de representantes para o acompanhamento das atividades do Conselho ou monitoramento de políticas. A presidência do



Consan é exercida por um ministro de Estado.

A promulgação da Esan e a posterior criação do Consan representam um importante avanço numa concepção regional de SAN, bem como para expansão da abordagem intersectorial e multidimensional da fome, tão caras à experiência brasileira e partes fundamentais da PEB em SAN. Apesar da busca pela ampliação, em nível regional, dos diálogos com a sociedade civil em torno do tema, conforme a experiência brasileira, parece haver um longo caminho pela frente. É interessante, nesse sentido, retratar as impressões da ex-presidenta do Consea, durante a criação do Consan, sobre como o conselho brasileiro era visto:

Cabe registrar que o arranjo institucional do Consea Brasileiro, com a representação de dois terços e presidência da sociedade civil, como espaço de posicionamento crítico, de monitoramento de propostas de políticas públicas, chama atenção de organizações da sociedade e de governos de outros países. A participação também da sociedade civil integrando a delegação brasileira, com independência, são componentes que conferem legitimidade ao Consea e nos credenciam para uma atuação significativa nos debates e embates em fóruns dessa natureza. (PACHECO, 2012, grifos nossos)

Nossa proposta neste artigo foi abordar as bases de participação social da SAN brasileira, e de seu sucesso com a abordagem multidimensional e estrutural da fome, dentro da Cooperação Sul-Sul e sua influência no Consan. No entanto, é fundamental ressaltar as contradições internas que são também exportadas por meio da CSS. Verifica-se uma dispersão institucional, com espaços decisórios fragmentados na CSS brasileira (MALUF; SANTA-RELLI; PAULINO, 2016), o que prejudica a consolidação de uma visão comum pautada em valores de solidariedade. O Brasil como país também agroexportador tem também exportado o modelo do agronegócio, baseado em monocultivos. Um dos exemplos mais emblemáticos da influência do agronegócio na formulação da PEB é o Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento das Savanas Tropicais de Moçambique (ProSavana), que reproduz um modelo adotado no Cerrado brasileiro pelo Programa de Desenvolvimento do Cerrado, Prodecer (MELLO, 2016). Algumas das justificativas para tais projetos afirmam a necessidade da expansão da produção de alimentos em países africanos para o combate à fome (MALUF; PRADO, 2016).

As contradições levadas para a CSS são alvos de críticas da sociedade civil. Em exposição de motivos à ex-presidenta Dilma Rousseff, o Consea procurou destacar o que chama de “gargalos” da CSS brasileira em SAN. Dentre tais questões, é importante destacar “tensões entre a política brasileira de promoção comercial e os objetivos da diplomacia solidária”, que trata da subversão da cooperação internacional solidária por interesses comerciais e econômicos, e “promoção de distintos e antagônicos modelos de desenvolvimento existentes no Brasil e suas consequências”, abordando as iniciativas de cooperação baseadas no agronegócio, como o ProSavana, e as violações de Direitos Humanos a partir do interesse de transnacionais brasileiras em recursos da África (CONSEA, 2013).

## Considerações Finais

A experiência brasileira em SAN teve grande peso na colocação do país como um *player* de destaque no assunto, no meio internacional. Mais do que isso, as estratégias brasileiras e seus resultados expressivos tornaram-se modelos na área. Desse modo, despertou-se a curiosidade internacional e o interesse tanto em cooperação multilateral como bilateral. A PEB soube canalizar o tema de SAN como ativo de política externa, principalmente a partir da remodelação, e proposição de legislação e organismos internacionais que abordavam o tema. Também se ressalta a demanda pela cooperação Sul-Sul no sentido da transferência de políticas.

No caso da CPLP, a participação brasileira no tema emulou o aspecto de “não indiferença” da política externa “ativa e ativa”, ao mesmo tempo que seguiu a diretriz de reparação da dívida histórica com os países africanos, principalmente seguindo critérios históricos e estruturais, como no caso dos Palop. O aspecto de participação social tão caro à experiência de SAN no Brasil foi levado para a CSS e resultou no empoderamento da sociedade civil dos países membros através da Redsan-CPLP que foi capaz de delinear uma estratégia coletiva no tema, baseando-se principalmente no DHAA.

O Consan foi fruto de discussões no âmbito da Redsan, e, possivelmente, foi inspirado na experiência do Consea e do Sisan. A aproximação de sociedade civil e governos, a promoção do DHAA, a visão intersetorial, estrutural e multidimensional da fome, e a criação de Conselhos são contribuições da presença brasileira nas discussões do foro. Segundo dados de 2015 (SARMENTO *et al*, 2015), alguns dos frutos da CSS em SAN, desde a Redsan eram: a criação da Estratégia Nacional de SAN de Angola (2009) e a previsão de criação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Cabo Verde (2013); a previsão de criação de um Conselho de SAN em Guiné Bissau e em Moçambique; a promulgação do Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNsan) em São Tomé e Príncipe (2012); a previsão de criação do Conselho Nacional para a Soberania, Segurança Alimentar e Nutrição (KONSSANTIL) do Timor Leste; a criação da Comissão de Segurança Alimentar (CSA) (2014).

Ainda que as contribuições do Brasil sejam visíveis no período da Nova PEB, é necessário atentar também para as contradições da CSS brasileira. Ademais, atualmente as políticas nacionais e internacionais se encontram ameaçadas pelo desmonte de políticas sociais no período pós-golpe, e com a eleição (2018) de um presidente ligado à bancada ruralista e ao agronegócio, e que tem mostrado desprezo em relação a políticas e visões contempladas pela SAN no Brasil. É preocupante também o futuro das relações multilaterais e da CSS brasileiras sob um chefe de Estado e um chanceler que buscam um alinhamento automático com os Estados Unidos da América e desprezam os espaços de debate multilateral, bem como as relações Sul-Sul, como espaços “ideologizados”.

## Referências Bibliográficas

AMORIM, Celso. Início de uma política externa ativa e ativa. In: MARINGONI *et al* (orgs). **2003 – 2013: Uma Nova Política Externa**. Tubarão: Ed. Copiart, 2014. Pp. 32-51

AMORIM, Celso. A política externa ativa e solidária. In: SADER, Emir (org). **O Brasil que queremos**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2016. Pp.103-118.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. 18 set 2006.

BRASIL. CASA CIVIL. **Decreto nº 7.272 de 25 de agosto de 2010**. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2010.

BURITY, Valéria *et al*. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: Abrandh, 2010.

BURLANDY, Luciene. A atuação da sociedade civil no campo da alimentação e nutrição no Brasil: elementos para reflexão. **Cien Saude Colet**, v.1, n.1, p. 3064-3077, 2011.

CONSEA. **I Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Relatório Final**. Brasília:CONSEA, 1994.

CONSEA. **Exposição de Motivos nº 007-2013/**. Brasília: CONSEA, 2013

CPLP. **Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN-CPLP) – Parte I: Enquadramento**. Luanda: 2011

CPLP. **Resolução sobre a Constituição do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP)**. Maputo: IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, 2012

CPLP. **Estatutos do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CONSAN-CPLP)**. Maputo, 2012.

IPEA. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2010**. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, Ipea, 2013

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?** Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2009.

LEÃO, Marília; MALUF, Renato S. **A construção de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira.** Brasília: ABRANDH, 2012.

MALUF, Renato S. **Segurança Alimentar e Nutricional.** Petrópolis: Vozes, 2007.

MALUF, R.; SANTARELLI, M.; PAULINO, G. Cooperação Sul-Sul em SAN e transferência de políticas. **Textos para discussão**, v. 11. Rio de Janeiro: CERESAN, 2016.

MALUF, R.; SANTARELLI, M.; PRADO, V. Subsídios para o debate sobre a agenda internacional de soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação. **Textos para discussão**, v. 10. Rio de Janeiro: CERESAN, 2015.

MALUF, Renato S.; SANTARELLI, Mariana. Cooperação Sul-Sul brasileira em soberania e segurança alimentar e nutricional: evidências de pesquisa e indicativos de agenda. **Rio de Janeiro (RJ): CERESAN/UFRRJ.(Textos para Discussão)**, 2015.

MALUF, Renato S.; PRADO, Veruska. Social engagement in food and nutrition sovereignty and security: Brazilian cooperation in Africa. In: Food and nutrition security: towards the full realisation of human right. **Policy in Focus** v.3. i.2. The International Policy Centre for Inclusive Growth, United Nations Development Programme: 2016.

MELLO, Fátima. Memória da Articulação Sul-sul dos Povos e seus Pressupostos em torno da Campanha Não ao ProSavana. In: AGUIAR, Diana; PACHECO, Maria Emília (orgs.). **A Cooperação Sul-sul dos Povos de Brasil e de Moçambique: Memória da Resistência ao ProSavana e Análise Crítica de seu Plano Diretor.** Rio de Janeiro: FASE, 2016.

MENEZES, Francisco. Segurança Alimentar e Mobilização Social no Brasil. In: COSTA, C; MALUF, R. **Diretrizes para uma política municipal de segurança alimentar e nutricional.** São Paulo: Pólis, 2001.

MILANI, Carlos RS. Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. **Caderno CRH**, v. 25, n. 65, 2012

MILANI, Carlos RS; CARVALHO, Tassia CO. Cooperação Sul-Sul e política externa: Brasil e China no continente africano. **Estudos internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 1, n. 1, 2013.

OLIVEIRA, G.P.R. **Um estudo de caso sobre o PAA África, na Etiópia, no contexto da Cooperação Sul-Sul Brasileira em Segurança Alimentar e Nutricional.** Dissertação de mestrado. Seropédica: UFRRJ – Programa de pós-graduação em práticas em desenvolvimento sustentável, 2017

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, p. 136-156, 2008.

PINHEIRO, Leticia; LIMA, Maria Regina Soares de; HIRST, Mônica. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. **Nueva Sociedad Especial em Português**, December. Google Scholar, 2010.

RIBEIRO, Bia. Mesa 2: Cooperação Internacional para o desenvolvimento. In: MARINGONI et al (orgs). **2003 – 2013: Uma Nova Política Externa**. Tubarão: Ed. Copiart, 2014. Pp: 182-184

RONDÓ, Milton; LOPES, Marcos. **Política Externa e Democracia: a construção de novos paradigmas em Segurança Alimentar e Nutricional**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil, 2016

SARMENTO, Francisco et al. Construção e implementação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP: histórico, balanço e perspectivas. **Textos para Discussão**, v.7. Rio de Janeiro. CERESAN, 2015.

SCHOTTZ, V. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): controvérsias sobre os instrumentos de compras de alimentos produzidos pela Agricultura Familiar**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017. 228 p.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. O Brasil no Mundo: Mudanças e Transformações. In: MARINGONI et al (orgs). **2003 – 2013: Uma Nova Política Externa**. Tubarão: Ed. Copiart, 2014. Pp. 169-178.

SILVA, A.C. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. **Estudos Avançados**, v.9, n.23, pp. 87-107, 1995.

VIANNA, Candice Sakamoto Souza. A agenda de Segurança Alimentar e Nutricional. In: WESTMANN, Gustavo. **Novos olhares sobre a política externa brasileira**. Editora Contexto, 2017.

## **Textos não publicados**

PACHECO, Maria Emília. **A CPLP e os desafios da Segurança Alimentar e Nutricional**. Informe de Maria Emilia Lisboa Pacheco, presidenta do CONSEA. Rio de Janeiro, 2012.

## LA LÓGICA DE LOS CONFLICTOS ECOLÓGICOS AMAZÓNICOS EN EL SIGLO XXI: UN ANÁLISIS DEL CASO YAIGOJÉ, APAPORIS A LÓGICA DOS CONFLITOS AMAZÔNICOS NO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE DO CASO YAIGOJÉ, APAPORIS

*Por Maryi Monroy Pinilla, Bernardo Lucas de Oliveira e Eduardo Lima\**

**Resumo:** A Segurança Internacional é um tema fundamental na Agenda Internacional, mas esse conceito tem sido volátil durante a história. Antes da Guerra Fria, na sua maioria, temas militares e diplomáticos que se relacionavam com a segurança. Depois disso, entraram na agenda uma multiplicidade de temas, onde, inclusive, alguns tem tido maior preponderância na atualidade que os temas clássicos como é o caso do tema ambiental.

Como consequência dos altos níveis de contaminação atuais e das demais problemáticas ambientais, esse tema tem se tornado um tópico de grande relevância que afeta a segurança internacional. Nessa ordem de ideias, esse artigo tem como objetivo analisar e descrever como um problema de segurança internacional o conflito ecológico presente em Yaigojé, Apaporis na região amazônica colombiana no século XXI; onde o Estado deu uma concessão mineira a uma multinacional com objetivos extrativistas em terras indígenas sagradas. Isso tudo ocorreu poucos dias depois das mesmas serem declaradas como parque ecológico pelo mesmo Estado colombiano com o consenso das comunidades indígenas habitantes da área depois de uma votação aberta. A partir disso, se fará uma análise à luz das teorias referentes à paz e violência de Galtung e Segurança Ambiental de Buzan.

**Palavras-chave:** Galtung; Yaigojé; Apaporis; Segurança Ambiental.

**Resumen:** La Seguridad Internacional es un tema fundamental en la agenda internacional, pero este concepto ha sido cambiante durante la historia. Antes de la Guerra Fría, en su mayoría, temas militares y diplomáticos se relacionaban con la seguridad. Posterior a esta, en la agenda entraron multiplicidad de temas, en donde, incluso, algunos han tenido mayor preponderancia en la actualidad que los temas clásicos, un claro ejemplo de esto es el tema

\* Graduada de Negócios y Relaciones Internacionales da Universidade de La Salle em Bogotá, Colômbia; Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em Seropédica, Brasil; e Graduando em Relações Internacionais e Integração pela Universidade Federal de Integração da América Latina (UNILA) em Foz do Iguaçu, Brasil.

ambiental.

Como consecuencia de los altos niveles de contaminación actuales y diferentes problemáticas ambientales, este tema se ha tornado en un tópico de gran relevancia que afecta la seguridad internacional. En este orden de ideas, este artículo tiene como objetivo analizar y describir como un problema de seguridad internacional el conflicto ecológico presente en Yaigojé, Apaporis en la región Amazónica Colombiana en el siglo XXI; en donde el Estado dio una concesión minera a una multinacional con objetivos extractivistas, en tierras indígenas sagradas; pocos días después de ser declarado como parque ecológico y aprobado por las comunidades indígenas tras un cabildo abierto. De acuerdo con lo anterior, se hará un análisis de esto a la luz de teorías referentes a la paz y violencia de Galtung y Seguridad Ambiental de Buzan.

**Palabras clave:** Galtung; Yaigojé; Apaporis; Seguridad Ambiental.

## 1. INTRODUCCIÓN

El mundo contemporáneo se encuentra en una constante lucha por sobrevivir a las condiciones adversas de diversa índole: hambruna, desabastecimiento, crisis ambientales, desastres naturales, escasez de recursos, entre otros. Como consecuencia esto termina por dejar huellas en otros ámbitos, entre los cuales se encuentran cuestiones: económicas, políticas y sociales. En términos generales, estas problemáticas surgen a partir de temas ambientales, como una cuestión que durante siglos se ha pordebajado, mostrando poco interés por esta, pero cada vez la humanidad se encuentra más cerca a establecerlo como tema principal en la agenda internacional.

En cuanto a seguridad, teniendo en cuenta que ha sido un concepto mutante y que en la actualidad no es concebido sólo para cuestiones militares y diplomáticos. La multiplicidad de temas en la agenda se ha ensanchado hasta el punto en el que casi cualquier aspecto que afecte algunos de los niveles de seguridad será considerado como una amenaza, principalmente en el caso del individuo como objeto referente (OROZCO, 2006). Según lo manifestado por la OEA:

[..] las amenazas, preocupaciones y otros desafíos a la seguridad en el Hemisferio son de naturaleza diversa y alcance multidimensional y que el concepto y enfoque tradicionales deben ampliarse para abarcar amenazas nuevas y no tradicionales, que incluyen aspectos políticos, económicos, sociales, de salud y ambientales (ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS, 2003, p.1)

De acuerdo con lo anterior, es necesario ampliar el concepto de seguridad internacional, más allá de la visión dominante en los estudios de seguridad durante la Guerra Fría, dado que, estos se preocupaban sólo por las “4 Ss” (WILLIAMS, 2008, p. 3); es decir: States, strategy, science y status quo (Estados, estrategia, ciencia y Status Quo). Mientras que, posterior a los años 90 del S.XX, con el inicio del periodo post-guerra fría, la agenda en términos

de Seguridad Internacional creció y fue más allá de las esferas del realismo político. En donde temas que antes habían sido obviados como: los ecológicos, sociales y culturales; entraron a ocupar un espacio importante, junto con los clásicos temas militares y diplomáticos; consiguiendo incluso, ser más importantes en determinados momentos.

En este orden de ideas, el presente artículo pretende analizar y describir como un problema de seguridad internacional el conflicto ecológico presente en Yaigojé, Apaporis en la región Amazónica Colombiana en el siglo XXI. Para esto, es necesario hacer una revisión de información cualitativa, en donde se hará revisión de prensa y archivo históricos. Asimismo en cuanto a fuentes secundarias, se utilizarán artículos y partes de libros de investigación, junto con información cuantitativa (en menor medida), para llevar a cabo de la mejor manera posible el desarrollo de los objetivos planteados en un primer momento para el presente trabajo.

De acuerdo con lo anterior, este artículo será desarrollado en cuatro partes: en primer lugar, se realizará una aproximación teórica con el abordaje de violencia y paz según Galtung; seguido de una profundización en el concepto de seguridad en términos ambientales; posteriormente, se presentará el caso de estudio a la luz de las teorías anteriormente mencionadas y se finalizará con unas breves conclusiones, haciendo especial énfasis en la importancia del tema ambiental para la seguridad internacional.

## **2. APROXIMACIÓN TEÓRICA: VIOLENCIA Y PAZ SEGÚN GALTUNG**

De acuerdo con Galtung: “Violence is present when human beings are being influenced so that their actual somatic and mental realizations are below their potential realizations” (Galtung, 1969, p. 3). Esta idea, cuestiona la concepción general de violencia, donde la misma siempre se producirá cuando un actor tiene la intención de ejecutar esta en alguien o alguna cosa. Por esto, el autor propone una idea más amplia de este concepto, dado que la violencia pasa a ser concebida también como un aspecto estructural y cultural, ya que todos los problemas sociales y económicos que ocurren, deberían ser evitados, sin embargo en la práctica, esto no ocurre.

De esta forma, Galtung (1969) construye una tipología de la violencia, en la cual existen tres tipos: Violencia Directa, Violencia Estructural y Violencia Cultural. La primera es la más fácil de identificar, es más visible; siempre presenta un actor que la ejecuta, asimismo, es la más registrada y ocurre con más frecuencia; en este tipo de violencia están incluidas desde heridas hasta muertes, daños materiales y psicológicos, entre otros. La segunda, se presenta como menos visible, ya que no tiene un autor específico que la ejecute, esta también manifiesta cierta constancia durante el tiempo y casi nunca es registrada, porque es naturalizada, podría decirse que, casi cualquier tipo de desigualdad e injusticia es considerada como un ejemplo de este tipo de violencia. Por último, en cuanto a la violencia cultural, esta se considera como la legitimación de las dos violencias anteriores por medios ideológicos, científicos, religiosos, artístico, entre otros. (GARCÍA, 2000).

También, es importante mencionar el concepto de paz que Galtung presenta, el cual en primer lugar, define la paz como la ausencia de cualquier tipo de violencia; ya sea cultural,



estructural o directa. Además, de acuerdo con Galtung, existen dos tipos de paz: la paz negativa y la paz positiva; en donde en la primera se hace referencia a la ausencia de violencia directa y la segunda a la ausencia de violencia estructural (GALTUNG, 1969).

Sin embargo, el propio autor considera estos conceptos como estáticos y altamente centrados en la violencia, razón por la cual, es necesario que se cree y desarrolle una definición más amplia y dinámica. Por este motivo, la paz es definida como el momento en que se consigue evitar un conflicto, al resolver las incompatibilidades en cuestión sin tomar uso de la violencia. Pero, esto solo es posible una vez se haya conseguido construir una estructura y una cultura pacífica, con incentivos diarios para el mantenimiento de un sistema libre de hostilidades. (GARCÍA, 2000).

Es por esto, que en este artículo, también se consideran como conflictos, los conflictos ecológicos, que en la actualidad son vitales para la consolidación de una paz estable y duradera. Asimismo, es un tema que se ha ido sumergiendo poco a poco en la agenda internacional y cada vez tomando mayor relevancia en temas de seguridad internacional, siendo considerado como un tema altamente complejo, dada la interdependencia que genera y la necesidad de crear redes de cooperación para alcanzar verdaderos objetivos ambientales a nivel mundial.

### **3. SEGURIDAD AMBIENTAL**

La preocupación por la temática ambiental se ha vuelto cada vez más discutida en el plano internacional, como resultado de la creación en 1972 de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente, también conocida como la Conferencia de Estocolmo. Esta, fue la primera vez en que la cuestión ambiental fue debatida por jefes de Estado. De ahí, surgieron innumerables cuestiones que influenciaron y motivaron relaciones entre los actores Internacionales, entre ellas, se encuentra la creación de un organismo institucional especialmente dedicado a coordinar las actividades de la ONU en el ámbito del medio ambiente, llamado Programa de las Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente.

De acuerdo con Valério de Oliveira Mazzuoli (2004), la Declaración adoptada por la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente Humano, celebrada en Estocolmo en el año 1972, significó un “paradigma y una referencia ética para toda la comunidad internacional”(MAZZUOLI, 2004, p. 105). El comenzar a tener consciencia sobre la protección internacional del medio ambiente como un derecho humano fundamental de todos y cada uno de los individuos, generó un fuerte reconocimiento a nivel internacional del derecho fundamental al medio ambiente.

El campo de estudios de seguridad se ha convertido en uno de los más dinámicos y contestados de las relaciones internacionales en las últimas décadas (WILLIAMS, 2003). Según Buzan, Waever & Wild (2008), el concepto de Seguridad Internacional para las Relaciones Internacionales se ha ampliado. Además de la cuestión militar, nuevos fenómenos pasaron a ser considerados como amenazas para los Estados y los individuos, tales como: redes terroristas, crisis económicas, epidemias mundiales y variaciones ambientales, que se consideran riesgos globales. Es por esto que, la seguridad ambiental implicaría el mantenimiento

de la biosfera local y planetaria como el soporte esencial del cual todas las otras iniciativas humanas dependen (BUZAN,1997).

Con esto, la temática de seguridad ambiental es de gran relevancia para la política internacional y sobre todo para las relaciones internacionales. Una vez que los desastres naturales y los cambios ambientales pueden afectar las relaciones entre los Estados, ya que, aquello que sucede en un determinado territorio será reflejado en otros; es decir, la cuestión climática sobrepasa las fronteras territoriales.

#### 4. CASO DE ESTUDIO: YAIGOJÉ, APAPORIS Y LAS MINAS DE ORO

En primer lugar, es necesario comprender las principales causas de la aparición de este conflicto. Durante al menos los últimos 15 años, la mayoría de los países latinoamericanos han reorientado sus respectivas políticas económicas hacia la exportación y exploración de bienes primarios, los cuales garantizarían una gran cantidad de Inversión Extranjera Directa (IED). Este movimiento es consecuencia de un contexto histórico y económico mundial muy específico que vivimos.

Primero, es el llamado “consenso de los commodities” (SVAMPA, *apud* CASTILLO, 2018) que sería un nuevo orden político y económico, mantenido por la alta demanda de bienes de consumo primario de las grandes potencias tradicionales y emergentes, como es el caso de los llamados Tigres Asiáticos y especialmente China. En segundo lugar, es necesario mencionar las diversas medidas en términos de política exterior, implementadas casi en toda América Latina. Las cuales hacen más flexible el acceso de la Inversión Extranjera Directa, a través de los mercados locales; mientras se reducen las barreras aduaneras. Estas políticas públicas fueron apoyadas en gran medida por organizaciones internacionales como la CEPAL y el Banco Mundial, basadas en la idea de que toda esta liberalización conduciría al crecimiento económico de los respectivos países (RODRIGUES, 2016).

Este proceso de liberalización fue visible en Colombia, sin la debida responsabilidad ambiental. En el Código Nacional de Minería de 2001, los recursos minerales fueron delegados al sector privado, y el estado sólo recibió *royalties*. Además de esto, se encuentra el Decreto 1728 de 2002, que facilitó los requisitos para las licencias ambientales. Asimismo, el Decreto 1220 de 2005, incluye la participación de carácter consultiva y no deliberativa, de las comunidades en la concesión de licencias ambientales y la elaboración de Estudios de Impacto Ambiental, solo en los casos en que las comunidades indígenas o afrocolombianas se vean afectadas; excluyendo de este proceso a varios otros actores sociales importantes. Aun así, entre 1994 y 2009, bajo los gobiernos de Uribe, solo se realizaron 121 consultas previas, algunas incluso suspendidas, en aproximadamente el 40% del territorio titulado para exploración minera, que afecta principalmente a los pueblos Kamëntsa, Biyá e Inga en los Departamentos. Nariño, Putumayo y Cauca (RODRIGUES, 2016).

A partir de lo anterior, se trae a colación el caso del Resguardo Indígena<sup>1</sup>, ubicado en

1 El Resguardo Indígena, es una figura legal y legislativa que otorga a los nativos la propiedad colectiva de la tierra. La constitución colombiana de 1991, en su artículo 329, manifiesta que estos espacios no son

el Parque Nacional Natural: Yaigojé Apaporis. El cual se estableció en 1988 y se expandió en 1998. Tiene una área con 1'020.320 hectáreas, que abarcan áreas de los departamentos del Amazonas y Vaupés, más específicamente los pueblos: Mirití-Paraná, La Victoria, La Pedrera y Taraira. En estos existen 19 comunidades de las etnias Macuna, Tanimuka, Letuama, Yau-na, Cabi-yari, Barazano y Yujup-Maku, todas forman parte de la misma familia de lengua, el Tucano. La ubicación del parque se puede observar en el mapa 1.

Toda la creación de este resguardo, está relacionado con el desempeño de los líderes indígenas, que buscaron autonomía para el control y la gestión de los servicios de salud y educación. Los cuales, previamente se encontraban controlados por la Iglesia Católica, en el territorio; así como la inserción del conocimiento tradicional en estos sistemas. Estos líderes son los llamados capitanes indígenas, que son los representantes oficiales de cada comunidad y que, en 1994, crearon la Asociación de Capitanes Indígenas del Yaigojé-Apaporis-ACIYA. Esta, fue una de las principales instituciones responsables de la transformación del área protegida en calidad de Resguardo Indígena, en un Parque Nacional Natural, lo que evitaría la exploración y explotación minera dentro del territorio en cuestión (CASTILLO, 2017).

El presente conflicto, nace a partir del año 2007, cuando la empresa Cosigo Resources Ltda de Canadá, llega al territorio de la Serranía de Taraira, cresta de Machado, con el objetivo de realizar actividades de exploración y explotación minera, especialmente de oro. Esta situación se convierte en una problemática, ya que esta entidad canadiense logró una concesión estatal para extraer oro de la región, días después de que este mismo territorio hubiese sido declarado como Patrimonio Nacional y con el objetivo de preservarlo, sería construido un Parque Nacional por el mismo Estado Colombiano.

MAPA 1



Fuente: Fundación Gaia Amazonas, 2014.

Además, los pueblos nativos de la parte inferior del río Apaporis, tienen una inmensa tradición de chamanismo. El conocimiento de estos pueblos del área, se mezcla con la espiritualidad y, por lo tanto, varios espacios naturales se consideran sagrados, debido a su importancia para el equilibrio ecológico de la región y del mundo. Incluso el área que la empresa Cosigo, pretendía explorar es uno de los lugares considerados como los más sagrados de este territorio: el Yuisi, que, de acuerdo con los pueblos nativos es un espacio sagrado en el que la humanidad se originó (INICIATIVA ECUATORIAL, 2016). Por consiguiente, se ha desarrollado un conflicto político y jurídico, con las comunidades indígenas divididas entre aceptar o no la extracción minera de sus tierras. La situación ha empeorado hasta el punto en que tres magistrados de la Corte Constitucional de Colombia, fueron citados para asistir a una audiencia pública dentro del Parque, con el objetivo de decidir sí proteger o no el parque (RODRIGUES, 2016).

Finalmente, en 2015, la Corte Constitucional de Colombia, dio una sentencia favorable a los nativos indígenas y prohibió las actividades mineras en la región. Esto generó un litigio internacional, ya que la empresa Cosigo pidió una indemnización de 16,5 millones de dólares al Estado colombiano por la supuesta expropiación de su título minero<sup>2</sup>. Sin embargo, el establecimiento y la preservación del parque han garantizado la existencia de 1700

<sup>2</sup> La minera que pide 16.500 millones de dólares de indemnización a Colombia. SEMANA. Disponible en: <<http://www.semana.com/nacion/articulo/16500-millones-de-dolares-demanda-tobie-mining-contra-colombia-por-apaporis/528264>> Acceso en 12/10/2017

especies de plantas, 443 mariposas, 362 aves; 201 peces; 81 reptiles, 73 anfibios y docenas de especies de mamíferos. Además, el Parque Natural Nacional Yaigojé-Apaporis propone un régimen de gestión ambiental basado en sistemas holísticos de conocimiento indígena para el manejo de la tierra, asimismo, este tipo de conocimiento también está presente en la creación, por iniciativa de ACIYA, de sistemas educativos descentralizados y autónomos; y de centros de salud (INICIATIVA ECUATORIAL, 2016).

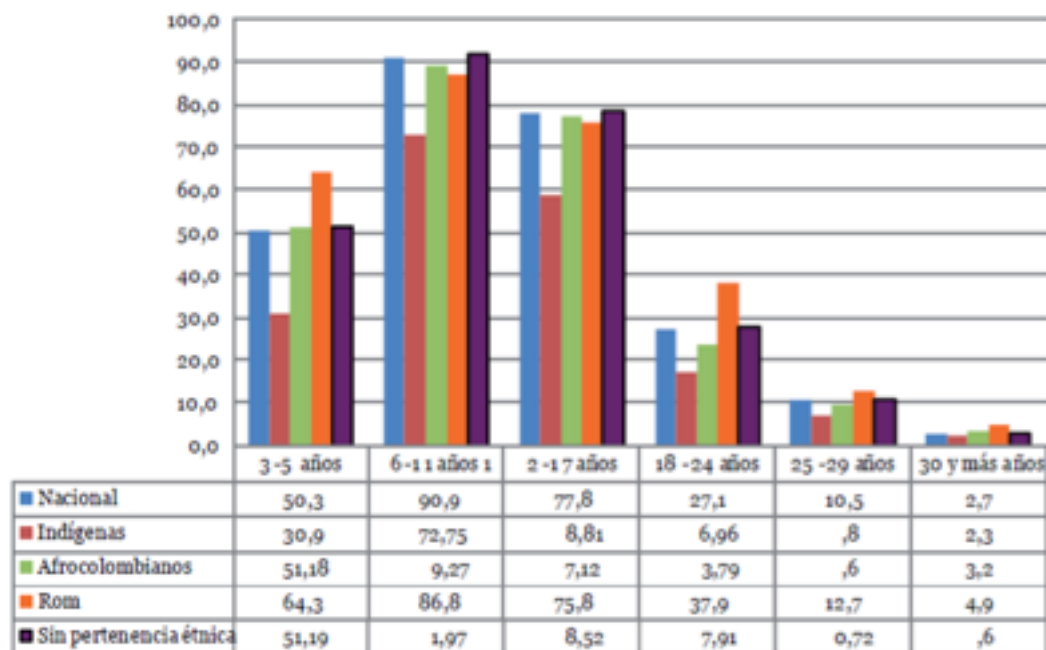
De acuerdo con esto, es pertinente traer a colación el concepto de paz y violencia de Galtung (1969), con el cual se permite percibir con mayor facilidad la importancia del sufrimiento de los nativos de esta región. De esta forma, es claro que el caso Yaigojé-Apaporis es un caso de seguridad internacional, ya que se percibe que los pueblos indígenas han sufrido violencia directa, dado que sus derechos ancestrales y culturales de acceso a la tierra han sido cuestionados y amenazados, para que terceros fueran beneficiados económicamente.

Además, es posible hacer un análisis más profundo de la sociedad colombiana y entender este acontecimiento como un reflejo de otros aspectos socioeconómicos de Colombia que demuestran cierta desigualdad étnica, y consecuentemente, prueban que los indígenas sufren otros tipos de violencia, como la estructural. Los gráficos 1 y 2, que son referentes al censo general de 2005, revelan hechos que exponen un contexto social desigual y, consecuentemente, comprueban la violencia estructural que los indígenas sufren.

El gráfico 1 hace referencia a las tasas de asistencia escolar a la educación formal por edad y pertenencia étnica, a partir de él, se puede percibir que el grupo étnico que recibe menos educación formal en todas las edades, son los indígenas, llegando al punto en que esa diferencia ronda el 20% entre niños de 3 a 5 años de edad, pues sólo el 30% de los nativos de esa edad han sido educados formalmente. El gráfico 2, muestra la tasa de alfabetismo de la población de 15 años o más, por pertenencia étnica y a partir de este, surgen datos alarmantes, como el hecho de que entre hombres y mujeres, los nativos son los menos alfabetizados y que existe una diferencia de 20% entre el promedio de alfabetismo de los indígenas y el promedio nacional.

## GRÁFICO 1

Tasas de Asistencia escolar de la población nacional por edades escolares y pertenencia étnica, 2005

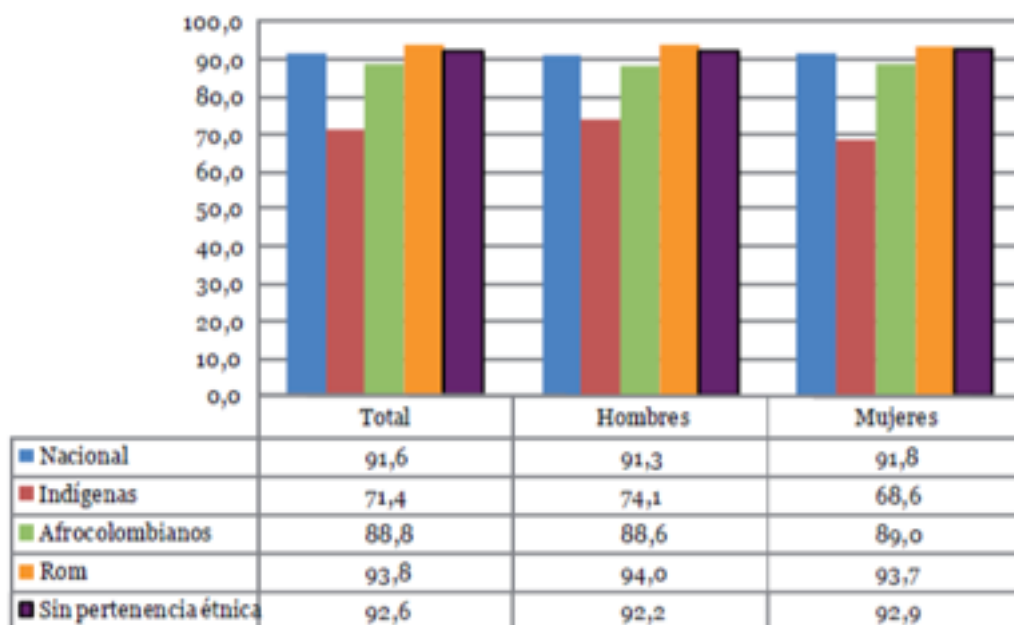


Fuente: DANE, Censo General 2005

Es así como se puede identificar qué problemáticas que quizás no son tan comunes y/o tradicionalmente reconocidas como cuestiones que afectan la seguridad internacional; si pueden llegar a ser muy importantes en la agenda internacional; no sólo porque se está viendo afectada la seguridad humana, en un grupo étnico a nivel nacional y en un grupo indígena; sino porque esa comunidad representa un pilar fundamental en la historia de la humanidad y la cultura ancestral. Sin mencionar que se están vulnerando diversos derechos no solo a nivel nacional, sino también internacional.

## GRÁFICO 2

Alfabetismo de la población nacional de 15 años y más por área, según pertenencia étnica, 2005



Fuente: DANE, Censo General 2005

## 5. CONCLUSIÓN

En conclusión, de acuerdo con la teoría de Galtung, se puede afirmar que el caso de los Yaigojé, Apaporis es un caso de seguridad internacional, ya que los indígenas sufrieron violencia directa cuando el conflicto ocurrió, a causa del irrespeto a sus tradiciones, sus voluntades y sus derechos a la tierra. Además, sí se analiza a la sociedad colombiana como un todo, es posible observar e identificar la violencia estructural que esos grupos étnicos sufren, si se consideran las desigualdades socioeconómicas presentes en el país.

Pero, más allá de todos los conflictos que se presenten y de la constante inserción de capital tanto extranjero como nacional en áreas geopolíticamente estratégicas en términos de recursos naturales, lo que debe buscar el Estado Colombiano no es resolver de a poco cada conflicto individualmente, sino instaurar modelos económicos distintos para todo el país, en donde se respeten tanto a los nativos como a sus ideologías y al territorio en general. Una propuesta bastante cercana a esto es la economía ecológica:

La ciencia económica convencional no ve la economía en términos del metabolismo social. Ni la contabilidad empresarial ni la contabilidad macroeconómica restan los “pasivos ambientales” que les son invisibles. En cambio, la economía ecológica critica a la economía convencional porque esta se olvida de la naturaleza en las cuentas económicas, sean de las empresas o del gobierno. La economía ecológica propone considerar los aspectos biológicos, físicos, químicos, y también sociales. (MARTÍNEZ, 2007, p. 55).

Por último, es fundamental recordar que las cuestiones militares y diplomáticas, ya no son más los únicos problemas que afectan la seguridad internacional; la agenda es cada vez más diversa, amplia y compleja. Ahora, la seguridad humana y ambiental a dado un giro, estos se han convertido en temas muy importantes y para los cuales la cooperación se hace imprescindible, dada la interdependencia que generan. De igual modo, teorías para dar explicación a estos acontecimientos como las que Galtung y Buzan nos presentan son de gran ayuda, pero continúa habiendo una ausencia en estos estudios y más importante aún, en investigaciones que procuren llevarnos a la solución de estas problemáticas que cada vez afectan más la Seguridad Internacional.

## BIBLIOGRAFÍA.

BUZAN, B. Rethinking security after the Cold War In: Sage Journals. **Cooperation and Conflict** 32; 5, 1997.

\_\_\_\_\_. **The evolution of international security studies**. Cambridge: Cambridge University, 2009.

CASTILLO, H. M. N. **Uma História de luta indígena contra a mineração**: A criação do Parque Nacional Natural Yaigojé-Apaporis na Amazônia Colombiana. 2018. 154f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

\_\_\_\_\_. A luta no Yaigojé-Apaporis pela defesa do território: Sobre um resguardo indígena, uma associação, uma mineradora, uma ONG, e um parque nacional na Amazônia colombiana, “Dossiê Conflitos territoriais e socioambientais nas Amazônias”. **Revista Aceno**, Cuiabá, Vol. 4, N. 8, p. 15-33. Ago. a Dez. de 2017. ISSN: 2358-5587.

CONFERENCIA DE ESTOCOLMO. Retirado de: <<https://sustainabledevelopment.un.org/milestones/humanenvironment>> Acessado em 10 nov 2017.

DANE, CIDSE. Análisis Regional de los principales indicadores sociodemográficos de la Comunidad Afrocolombiana e Indígena a partir de la información del censo general. Bogotá: **Revista Escala S.A**, 2010.

GALTUNG, J. **Violence, peace and peace research**. Oslo: International Peace Research Institute, 1969.

GARCÍA, V. H. Johan Galtung: La Transformación De Los Conflictos Por Medios Pacíficos. **Cuadernos de estrategia**, ISSN 1697-6924, N°. 111, 125-159, 2000.



MAZZUOLI, V. O. A proteção internacional dos direitos humanos e o direito internacional do meio ambiente. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 9, n. 34, p. 97-123, abr./jun. 2004

OROZCO. G. El concepto de la seguridad en la Teoría de las Relaciones Internacionales. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, N° 72 , pp. 161-180, 2006.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. **Declaración sobre la seguridad de las Américas, 27-28 octubre 2003**. Recuperado de: <[http://www.oas.org/36AG/espanol/doc\\_referencia/DeclaracionMexico\\_Seguridad.pdf](http://www.oas.org/36AG/espanol/doc_referencia/DeclaracionMexico_Seguridad.pdf)>

INICIATIVA ECUATORIAL. Asociación de Capitanes Indígenas del Yaigojé Apaporis (ACIYA). PNUD. **Estudios de caso de la Iniciativa Ecuatorial**, 2016.

RODRIGUES. D. F. “Paraísos perdidos”: investimento estrangeiro direto em mineração e conflitos ecológicos distributivos no Brasil, na Colômbia e no Peru. **Teoria e Pesquisa**. V .25 N. 3, 2016. Disponível em: <<http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/tp.25303>>

SEMANA. **Un parque por una mina**. Disponível em <<http://especiales.semana.com/especiales/parque-apaporis-mina/>>. Acesso em 30/10/2017

\_\_\_\_\_. La minera que pide 16.500 millones de dólares de indemnización a Colombia. Disponível em: <<http://www.semana.com/nacion/articulo/16500-millones-de-dolares-demanda-tobie-mining-contra-colombia-por-apaporis/528264>>. Acesso em 12/10/2017

SVAMPA, M. “Consenso de los Commodities” y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, No. 244, marzo-abril de 2013, pág. 30-46

WILLIAMS, P. D. **Security Studies: An Introduction**. Oxon: Routledge, 2008.

## A UNIVERSALIZAÇÃO DA TEMÁTICA AMBIENTAL E A SUA INCLUSÃO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ENVIRONMENTAL ISSUE UNIVERSALIZATION AND ITS INCLUSION  
IN THE INTERNATIONAL RELATIONS

*Por Rosa Marcia Cristina Brito de Andrade\**

**Resumo:** O meio ambiente chegou às relações internacionais como tema de grande relevância nas últimas décadas do século XX e início do século XXI. A preocupação com as consequências da degradação ambiental levou o assunto, já analisado por estudiosos da esfera científica, a ser incluso na agenda política internacional dos Estados e na agenda social das Nações Unidas a partir do reclame das sociedades mundiais diante dos problemas ambientais e a preocupação com a segurança global. Notado pelas políticas públicas de governos, pelas Organizações Internacionais e Organizações Não-Governamentais, inicia-se a busca de alternativas pautadas sob uma perspectiva ambiental através de Conferências Internacionais, como a de Estocolmo em 1972, a Rio-92, o Protocolo de Kyoto em 1997, a Declaração de Johannesburgo em 2002, a Rio+20 e o Acordo de Paris em 2015, em um esforço para garantir proteção ambiental e humana. Assim, o presente estudo traz a discussão sobre a temática ambiental e a trajetória do desafio para lidar com questões ambientais em âmbito internacional.

**Palavras-chave:** Meio ambiente; Relações Internacionais; Conferências Internacionais.

**Abstract:** The environment debate emerged in the International Relations field as an issue of great relevance in the last decades of the twentieth century and early of twenty-first century. The concern for the consequences of environmental degradation led the topic, which had already been studied by scientific scholars, to be included in the international political agenda of the countries and in the United Nations social agenda, based on the claim of global societies regarding to environmental problems and concern for global security. Noticed by the public policies of governments, International Organizations and NGOs, the search for alternatives is started, based on an environmental perspective through International Conferences, such as the Stockholm Conference in 1972, Rio-92, Kyoto Protocol in 1997, Johan-

\*Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade da Amazônia - UNAMA. (2010/2014) e Mestranda em Estudos Ambientais pela Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales - UCES (Buenos Aires).

nesburg Declaration in 2002, Rio + 20 and Paris Agreement in 2015, in an effort to ensure environmental and human protection. Thus, the developed study that follows, brings up the debate about the environmental issue and the path of the challenge to deal with environmental problems at international level.

**Keywords:** Environment; International Relations; International Conferences.

## Introdução

O presente artigo aborda sobre o meio ambiente e as relações internacionais, tendo como objetivo conferir o tratamento internacional dado a temática do meio ambiente e a sua inclusão nas Relações Internacionais, uma vez que, a questão ambiental tem ocupado um papel cada vez mais relevante na esfera global. Historicamente, avistamos que a chegada do sistema industrial, do desenvolvimento tecnológico e do conseqüente aumento da produtividade na Era da Revolução Industrial no século XVIII desencadeou precedentes colaboradores e agravantes da degradação ambiental vivenciada mundialmente.

A maneira como a produção e o consumo foram conduzidos, chegando até o atual modo de vida capitalista, extraíndo recursos naturais e criando resíduos – ambos em grandes proporções e ameaçando a capacidade de sustentação do próprio planeta – despertou a noção dos limites ambientais da Terra no que se refere aos processos econômicos poluentes e prejudiciais à preservação planetária, tornando o meio ambiente tema politizado.

O estudo mostra que, em meados do século XX, um número crescente de intelectuais e cientistas conscientizou-se da relevância dos problemas ambientais ocasionados por produções industriais insustentáveis, que vinham alterando o curso natural do ecossistema e danificando o planeta permanentemente, evidenciando a interferência do homem na natureza e sua capacidade de modificar o ambiente ao seu redor, sendo assim necessário ampliar os debates sobre o tema em termos mundiais.

O meio ambiente passou, portanto, a ser tratado como assunto de interesse nacional e internacional no planejamento político dos Estados e na esfera da sociedade internacional, indicando a necessidade de buscar cooperação universal nessa área. Assim, as questões ambientais tomaram posição relevante nas relações internacionais sendo pauta de discussões nas agendas internas e externas dos Estados nacionais, desencadeando a propagação de tratados e convenções internacionais.

No âmbito das Conferências sobre meio ambiente, presenciamos que o sistema da ONU realizou grandes reuniões internacionais, desde a década de 1970, como Conferência de Estocolmo em 1972, passando pelo notório Relatório Brundtland, a Conferência Rio-92, o Protocolo de Kyoto em 1997; e já no século XXI, a Declaração de Johannesburgo em 2002, a Rio+20 e o Acordo de Paris em 2015. E entre convenções, negociações, acordos e implementações de tratados, buscou garantir a construção de regras que mudassem a lógica de atuação do desenvolvimento econômico para o desenvolvimento sustentável em favor da segurança das gerações futuras.

Com tais características, o tema é justificado no âmbito das Relações Internacionais dado que o problema, a solução e a própria questão do meio ambiente ultrapassam os limites territoriais das fronteiras nacionais. Por isso, se torna essencial entender os arranjos institucionais, as estratégias de ação e as ameaças existentes com a crise ecológica que, por um lado, leva a percepção de um cenário internacional onde seus elementos interferem, restringindo as ações dos Estados, em alguns dos interesses de suas políticas externas; e por outro, traz a consciência entre os atores deste cenário, da conveniência de novas formas de cooperação assinalada pela interdependência entre estes Estados, que passam a valorizar mais o multilateralismo para ampliar as responsabilidades ao redor do globo.

## **2 A internacionalização da questão do meio ambiente**

O vínculo entre campo temático sobre o meio ambiente e as relações internacionais denota-se de uma necessidade imprescindível de esclarecimento à crise ambiental emergente a partir de situações imprevisíveis e com determinada frequência que passaram a sobrevir ao meio ambiente com o início da Revolução Industrial no século XVIII, e que nas últimas décadas vem provocando danos e alterações ambientais, apresentando possíveis ameaças a humanidade. Esses dilemas perpassam as fronteiras territoriais dos Estados nacionais e, indubitavelmente, exigem a atuação comum dos atores envolvidos.

O início de um dos mais importantes movimentos sociais da história, a Revolução Industrial, inaugurou significantes transformações no comportamento da sociedade e na organização política e econômica mundial. Esse período caracterizou-se pela abertura de uma industrialização acelerada, aumento da escala produtiva de bens de consumo, de uma rápida expansão demográfica e do surgimento de uma forma de vida muito dependente de energias não renováveis. Samuel Vidal (2013, p.4) relata que os últimos dois séculos da nossa sociedade foram incentivados pela Revolução Industrial a um processo de crescimento econômico com base em bens de consumo oferecidos em grande escala, através da degradação do solo na agropecuária e desmatamentos e da queima intensiva de combustíveis fósseis como o petróleo, gás natural e carvão que lançam na atmosfera elementos químicos, na forma de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e outros gases, ficando claro, neste aspecto, a postura antropocêntrica que o homem sempre desenvolveu em sua relação com a natureza.

Anthony Giddens (1991, p.71) expressa que o desenvolvimento industrial retrata uma das dimensões da globalização e tem como traços principais a propagação mundial das tecnologias, o processo de industrialização ilimitado a área de produção e a conquista da capacidade de consumo que trouxeram uma melhora substancial na qualidade de vida material e impulsionaram a particularidade do sentimento de existir no mundo. Entretanto, também influencia de forma negativa muitos aspectos da interação humana como o meio ambiente, possibilitando, direta ou indiretamente, a maioria dos problemas ambientais enfrentados na modernidade.

Com a consciência do impacto das vigentes normas de produção e de consumo em deterioração do meio ambiente global, a questão ambiental começou a ser questionada criando um debate socioambiental sobre o uso incorreto dos recursos naturais significar o

fim da própria humanidade. A partir dos questionamentos, despertou-se uma preocupação em relação a prevenção de situações causadoras de danos ambientais. Assim, a década de 1960 assinala o início das preocupações ecológicas na qual a comunidade científica passou a advertir sobre os problemas do desenvolvimento insustentável de consumo de países em crescimento econômico, uma vez que as relações produtivas da sociedade industrial vieram acompanhadas de impactos negativos ao meio ambiente.

Demétrio Magnoli (2004, p.241) reforça que, neste período, o mundo foi tomado como um conjunto de interações entre as sociedades humanas e os recursos naturais, onde o parâmetro mundial estabelecido se dedicava a averiguar as novas vertentes globais tais como o acelerado crescimento da tecnologia, a explosão demográfica, o esgotamento dos recursos naturais não-renováveis e a deterioração ambiental, que alertavam para a necessidade de mudanças nas relações econômicas e sociais que, se não realizadas, conduziriam a sociedade ao colapso. Para o autor, a contradição entre a sociedade industrial e o meio ambiente evidenciou a necessidade de uma nova relação civilização versus natureza e levou a imprescindibilidade do ambientalismo buscar legitimar, com um discurso científico, as ações ou omissões humanas como consequências da destruição ambiental.

Com a ação dos movimentos ambientalistas, a questão ambiental obteve conquistas significativas no panorama político com propostas de mudanças estruturais na economia, na tecnologia e na ideologia da forma dos seres humanos se relacionarem com a natureza na linha de discussão sobre escassez de energia e de recursos naturais, alcançando grande perceptibilidade através dos meios de comunicação. Magnoli (2004, p.241) especifica que a primeira versão do conceito de desenvolvimento sustentável surge em 1968, com o Clube de Roma constituído por cientistas industriais e políticos, com o objetivo de produzir um estudo para compreender os limites do crescimento econômico, levando em conta o uso crescente de recursos naturais e propondo mudanças que assegurassem tanto a estabilidade ecológica como econômica. Sombra Saraiva manifesta que,

As prescrições algo ingênuas do Clube de Roma em torno dos “limites ao crescimento” adquirem contornos mais científicos e tecnicamente sólidos nos anos 1980, com o desenvolvimento de debates e conferências a respeito do aquecimento global, da diminuição da camada de ozônio e do papel das florestas e dos oceanos na regulação global da atmosfera (SARAIVA, 2007, p.304).

Na opinião de Saraiva (2007, p.304), em nenhum outro plano a globalização dos problemas nacionais alcançou contornos tão perceptíveis como na questão do meio ambiente. Abordado nas relações internacionais multilateralmente no espaço de negociações para acordos específicos entre as partes envolvidas, diante de uma senda de ameaças do agravamento da crise ambiental da qual os impactos extrapolam as fronteiras dos Estados nacionais, o ambientalismo despontou sutilmente no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, manifestando-se de forma categórica em defesa do meio ambiente e da sociedade. Mobilizando parte considerável da opinião pública nos países desenvolvidos em reconhecimento dos problemas ambientais como de interesse mundial, a temática ambiental deslocou-se, assim, das esferas

locais e da argumentação inerente a área científica, tornando-se um embate socioambiental a nível internacional, passando a reivindicar respostas verdadeiramente globais.

### 3 As respostas Institucionais à problemática ambiental

Os impactos das ações humanas ao meio ambiente, danificando o ecossistema e atemorizando a segurança das gerações futuras, deu incentivo a pesquisadores e políticos ao redor do mundo a promover debates sobre a sustentabilidade do planeta, postulando um sistema de desenvolvimento que dispusesse de suporte social, ambiental e econômico. Neste ângulo, as conferências e os relatórios internacionais sobre meio ambiente contribuiriam significativamente para a propagação e desenvolvimento dos debates internacionais quanto a recursos sustentáveis.

Durante a década de 1970, os debates ambientais e as preocupações com a interferência das ações humanas sobre o meio ambiente, e para a própria sociedade, começaram a emergir no cenário mundial, considerando os problemas ambientais como de interesse global. Giddens (1991, p.150) expõe que a preocupação com os danos ao meio ambiente a pouco tempo difundida, nesta ocasião, era um foco de atenção para os governos em todo o mundo. Para o autor, a necessidade de transformar o ambiente ao redor do planeta à lógica do desenvolvimento tecnológico sem restrições tinha que ser confrontada para evitar danos sérios e irreversíveis, sendo fundamental ampliar os debates sobre o tema a nível global. No parecer do autor,

Na medida em que a maior parte das questões ecológicas consequentes é tão obviamente global, as formas de intervenção para minimizar os riscos ambientais terão necessariamente uma base planetária. Um sistema geral de cuidado planetário pode ser criado, tendo como meta a preservação do bem-estar ecológico do mundo como um todo (GIDDENS, 1991, p.150).

Para esse fim foi realizada em Estocolmo, em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente que, na concepção de Magnoli (2004, p.244), contribuiu significativamente ao procurar conscientizar os países sobre a forma com que o desenvolvimento econômico estava sendo conduzido ter de sofrer alterações decisivas quanto ao combate à poluição, reduzindo rigorosamente a quantidade de resíduos tóxicos emitidos. Porém, para o autor, a problemática correspondia a um enfoque ideológico subentendido dado que a composição conceitual que envolvia as discussões organizava-se em torno das questões demográfica e tecnológica dissociados das questões do meio ambiente e desenvolvimento. Além do que, houve grande divergência de interesses entre os dois blocos de países, desenvolvidos e em desenvolvimento, no que concerne à utilização de recursos naturais e consumo de energia, uns preocupados com o esgotamento de recursos estratégicos e outros defendendo o direito de usarem seus próprios recursos. Paulo Borba Casella (2012, p.985) enfatiza que ante estes debates, a Conferência de Estocolmo praticamente inaugurou a diplomacia ambiental:

A Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano inaugurou conflito diplomático entre os países desenvolvidos, responsáveis pela maior parte da poluição global e dispostos a atrair a participação dos demais países para a busca de solução conjunta, e os países em desenvolvimento, desinteressados em adotar medidas que poderiam limitar seu potencial de desenvolvimento econômico, despreocupados com problemas ambientais (CASELLA, 2012, p.985).

Decerto a Conferência de Estocolmo polemizou e, apesar das divergências criadas, o encontro conseguiu uma evolução positiva. Por este ângulo, talvez uma das suas principais colaborações tenha sido a de pôr em pauta a ligação entre meio ambiente e desenvolvimento, de um modo que, não seria mais possível tratar o desenvolvimento sem considerar o meio ambiente reciprocamente.

De acordo com Casella (2012, p.987), o ideário da sustentabilidade atinge um papel central na reflexão sobre o vínculo entre desenvolvimento econômico e meio ambiente a partir do relatório “Nosso Futuro Comum”, na ocasião em que a expressão “Desenvolvimento Sustentável” ganhou notoriedade. Elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (*World Commission on Environment and Development - WCED*), o relatório Brundtland, como ficou mundialmente conhecido trouxe definitivamente para o cenário mundial a problemática ambiental expondo situações sistemáticas do cenário turbulento de perdas humanas e materiais, e instabilidades econômicas, questões motivadoras de desequilíbrios transnacionais cujas consequências são imprevisíveis na organização da geopolítica mundial, para reivindicar a responsabilidade coletiva na proteção de recursos universais como clima e biodiversidade, propondo alternativas de formulação de políticas públicas e convocando os países desenvolvidos a oferecer assistência aos países em desenvolvimento.

O documento foi a base das discussões da Conferência da Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como ECO-92 ou Rio-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1992, que segundo Jessica Wilson (2010, p.100) reuniu chefes de estado e representantes de governos para debater o estado do planeta, significando o primeiro passo de um longo processo de entendimento entre as nações sobre o senso de responsabilidade e a necessidade de cooperação para proteger a integridade do meio ambiente e do desenvolvimento global. A autora ainda aponta que foram alcançados importantes compromissos e assinaturas de declarações e tratados relativos aos problemas socioambientais globais, entre eles, a Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que reconheceu o nível do processo do aquecimento global e determinou sobre a primordialidade de estabilizar as concentrações de gases estufa na atmosfera. Em conformidade com Vidal (2013, p.7) a assinatura do documento tinha por objetivo evitar interferências antropogênicas negativas ao sistema climático, o que precisava ser feito rapidamente para poder proteger as fontes de alimento, os ecossistemas e o desenvolvimento social.

Na Rio-92 também foram criadas as bases para implementar o processo de desenvolvimento sustentável global através da Agenda 21, que na visão de Casella (2012, p.988) foi o ponto norteador de princípios e iniciativas importantes para as questões socioambientais e planos de ação a serem efetivados pelos Estados, definindo metas a serem cumpridas em nível internacional, o que destacou o legado mais importante da Conferência. Para Mag-

noli (2004, p.244) esse foi o momento oportuno na transformação da agenda ambiental em *mainstream foreign policy* possibilitando a plena incorporação dos países ao campo da diplomacia ambiental.

Wilson (2010, p.100) focaliza que outro grande evento que marcou o debate a respeito dos problemas de caráter ambientalista foi o Protocolo de Kyoto, apresentado na Convenção sobre Mudança do Clima em 1997. Cinco anos depois da Rio-92, os países voltaram a se reunir no Japão para estabelecer medidas concretas de redução das emissões de seis gases estufa, na luta contra o aquecimento global do planeta. O Protocolo determinava que os países do Anexo I, os grandes poluidores de carbono, deveriam reduzir suas emissões em média 5% entre os anos de 2008 e 2012, período de compromisso. A autora narra que os Estados Unidos se recusaram a ratificar o Protocolo de Kyoto alegando que essa ação restringiria as vantagens lucrativas das empresas norte-americanas, e por outro lado, não iriam assumir compromissos sem que os países em desenvolvimento também o fizessem, sugerindo que essa seria a única atuação justa. Em conclusão, somente em 2005 o Protocolo de Kyoto entrou em vigor com a assinatura da Rússia, que tinha o interesse em ingressar na Organização Mundial do Comércio. No ponto de vista de Vidal (2013), apesar das críticas, o Protocolo de Kyoto tem sua importância histórica quando “os governos do mundo ratificaram uma legislação que criava metas de redução para os gases do efeito estufa. No entanto, o maior poluidor do planeta, os Estados Unidos, não ratificou o Protocolo” (p.8).

Após esse marco, seguiram-se outros encontros dando continuidade às discussões ambientais. Em 2002, no Fórum Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável ou Rio+10, a Declaração de Johannesburgo, reforçou os princípios já abordados pelas demais conferências internacionais, e avaliou os progressos, na expectativa de detectar os obstáculos que dificultaram os países de alcançar os compromissos assumidos na Rio-92 para assim reafirmá-los. Casella (2012, p.997) declara que a Conferência não apresentou muitos avanços, inversamente, o estabelecimento de metas para a implementação inclusive na Agenda 21 foram dificultados por alguns países desenvolvidos. Em contrapartida, se os Estados não estavam dispostos a criar novos instrumentos jurídicos, o foco transpôs-se para a implementação dos instrumentos já existentes.

Dez anos após a Conferência de Johannesburgo aconteceu um novo encontro no Rio de Janeiro, em 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, ou Rio+20. Tal como nos eventos anteriores, a Conferência intitulada “o Futuro que Queremos”, buscou soluções para o planeta e para as gerações futuras determinando os conceitos sobre a Economia Verde como centro do desenvolvimento sustentável (Relatório Rio+20, 2012). O período compreendido entre cada uma das Conferências realizadas sob a supervisão da ONU se caracterizaram sempre pela busca de uma nova relação entre meio ambiente e desenvolvimento, e, mesmo sem esta relação estar plenamente consolidada, as propostas para o meio ambiente estruturando-se em torno da ideia de um gerenciamento global continuaram ganhando expressão.

Em vista disso, foi celebrado em 2015, o Acordo de Paris, na 21ª Conferência das Partes (COP21) que conforme Karin Käsmayer (2016, p.16), ganhou notoriedade como um acordo histórico, em razão de, pela primeira vez estarem envolvidos todos dos países do



mundo em um esforço para reduzir as emissões dos Gases de Efeito Estufa (GEE) e tentar conter os efeitos do aquecimento global. A autora considera que o Acordo representa o início de um novo paradigma de sustentabilidade, o paradigma climático, cujo incentivo é o de adequar a política climática ao desenvolvimento sustentável em todas as áreas, com planos de ação, adaptação e recursos financeiros previstos para os países em desenvolvimento, para tornar válida sua implementação.

Como o exposto, por ter alcance universal, o Acordo instaurou um novo regulamento climático de *pledge and review* (prometer e rever), significando que, chamados a contribuir com a diminuição de emissões, cada Estado apresenta intenções e se compromete com suas metas de medidas para mitigação domésticas, comunicando sua contribuição ao Secretariado da Convenção, sendo tais intenções submetidas a revisões. Esse é um entre outros aspectos do Acordo que se diferencia do Protocolo de Kyoto, onde os compromissos de obrigatoriedade de cálculos quanto a redução de emissões só se aplicava aos países desenvolvidos. O Acordo de Paris se assenta na lógica de que todos os países que ratificarem o Acordo, contribuam e comunicam ao Secretariado da Convenção. Assim, o Acordo de Paris é considerado um sucesso diplomático por dispor da “natureza de um instrumento jurídico internacional vinculante, com status de um tratado internacional, nos termos da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 1969” (Kässmayer, 2016, p.9).

Desse modo, o despertar internacional para as questões ambientais alcançou notabilidade mundial e a temática do meio ambiente se consolidou nas agendas governamentais e nas Organizações Internacionais, destacando a necessidade de medidas efetivas de controle dos fatores que causam a degradação da natureza e sua biodiversidade, para sua preservação.

## 4 O meio Ambiente na perspectiva de Segurança Global

A partir da breve exposição histórica apresentada, nota-se que a questão ambiental ganhou espaço sendo ampliada com grande relevância nas pautas de debates governamentais e de órgãos internacionais, ao longo dos inúmeros encontros globais realizados, inserindo a temática do meio ambiente definitivamente nas agendas internacionais, adicionada a ameaças já existentes, como terrorismo e violações aos direitos humanos. A esse novo modo de pensar conduziu a necessidade de rever o conceito tradicional de segurança para diferentes enfoques, nos quais os princípios ambientais passam também a ser elemento de proteção e motivo de preocupação relativa à segurança dos Estados e suas populações. No mesmo instante, após o reconhecimento da importância da segurança em termos ambientais, com base na lógica da ação coletiva onde as negociações são uma característica importante, foi instintivo considerar a criação de regimes em condições de regularizar essa questão, com procedimentos e regras a serem seguidas na elaboração de planos de ação para proteção do meio ambiente.

Na percepção de Fábio Albergaria de Queiroz (2012, p.72), comparando a outras áreas, o debate em relação a questões ambientais como fator de segurança dos Estados é relativamente recente nas relações internacionais, ganhando dimensão no debate acadêmico apenas no início dos anos 1990. Com a abertura da decorrente preocupação com a estabi-

lidade internacional em torno dos potenciais riscos gerados por danos ao meio ambiente global, a inclusão do tema nas políticas de segurança passou a elaborar estudos científicos de identificação da existência, causas e consequências, assim como as possíveis soluções para os problemas ambientais. O autor ainda observa que da forma embrionária que o meio ambiente surgiu como tema da agenda internacional, ele intensificou-se ao longo dos anos e atualmente é um dos assuntos que melhor exemplificam o fenômeno de interdependência global, predispondo de uma nova lógica sobre possíveis relações entre os problemas ambientais, com os quais os Estados se defrontam, e seus interesses políticos.

Nye (2009) afirma que essa interdependência é o que impele a compreensão de que os desafios atuais nas questões do meio ambiente representam um dilema comum para todos, independentemente do país em que se vive, e que esse tema chama a atenção de maneira contundente para esse fato pois a segurança ambiental é um patrimônio mundial.

Uma das primeiras discussões de relevância sobre o tema de segurança ambiental ocorreu no Relatório Brundtland, que chamou a atenção para a presença de uma conexão entre os enunciados sobre meio ambiente, tensões políticas e conflitos militares quanto a obtenção de recursos naturais e seu controle na eventualidade de sua grande escassez e por sua dimensão estratégica, sendo que a competição pelos mesmos consequentemente acarretaria a possibilidade de conflitos. A segurança nacional no relatório é analisada além do ponto de vista militar e os elementos ambientais são inseridos nesse debate, impulsionando visivelmente que,

[...] um enfoque de conjunto de segurança nacional e internacional deve transcender a importância tradicional atribuída ao poderio militar e à competição bélica. As verdadeiras fontes de insegurança incluem também o desenvolvimento não durável, cujos efeitos podem ampliar e aprofundar os conflitos tradicionais (BRUNDTLAND, 1988, p, 290).

Nas décadas seguintes ao relatório, muitos autores colaboraram para esclarecimento desse conceito, porém continua sendo polêmico, com o embate na relação entre meio ambiente e conflitos. Harald Welzer (2009) profere que alguns problemas ambientais podem conduzir a um acúmulo de catástrofes sociais, uma vez que provocam grandes movimentos da população. A degradação do meio ambiente, os desastres naturais e o crescimento populacional seriam prováveis causas de desestabilização dos Estados, especialmente os em desenvolvimento, dos quais os governos tendem para a militarização e são propensos a causar conflitos. No entendimento do autor,

As consequências das variações ambientais já se manifestam na restrição das zonas habitáveis, sobre a modificação das regiões cultiváveis, através da extensão dos desertos e pela escassez de água potável de um lado e inundações incontroláveis do outro, a um ponto tal que o atual equilíbrio internacional do campo de abrangência geopolítico, da balança de poder e da luta por recursos já está sendo perturbado - constata-se que já não existe a menor dúvida de que o século 21, por efeito das variações climáticas, ainda apresentará um potencial de abrangência que irá provocar perigos crescentes e desencadear uma violência ainda maior (WELZER, 2009, p.126).

Nye (2009) evidencia que esses problemas ambientais e outros desafios transnacionais se tornarão no futuro ainda mais aguçados por fatores centrais relacionado aos padrões insustentáveis de consumo dos países desenvolvidos e a incessante pobreza nos países em desenvolvimento que submete as populações afetadas a comportamentos prejudiciais a natureza, intensificando ainda mais uma potencial questão de segurança nacional. O autor exemplifica que,

Os choques extremos produzidos pela mudança climática afetariam diretamente as economias avançadas, mas também podem ter consequências indiretas pelo agravamento das disparidades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e criando incentivos a mais para a migração em massa para as regiões ricas, menos afetadas e mais adaptáveis. Além disso, a mudança climática aumentará as tensões em governos fracos em países pobres e poderá levar a um aumento no número de estados falidos (NYE, 2009, p.328).

Marcelo Dias Varella (2009, p.11) mostra que ao longo do tempo houve uma evolução dos mecanismos de proteção, onde os próprios temas que mais preocupavam os Estados foram sendo intensificados. Entre os anos 1970 e 1980 os assuntos centravam-se na poluição transfronteiriça atmosférica e marítima, na proteção das espécies ameaçadas de extinção, nos recursos hídricos e na diversidade biológica, chegando à questão dos organismos geneticamente modificados e das mudanças climáticas nos anos 1990, e, nessa trajetória, os governos iniciam o século XXI com abordagem sobre os riscos de uma série de desastres ambientais de efeitos que vão além da linha divisória de seus territórios.

Na compreensão de Queiroz (2012, p.75), apesar da defesa de alguns autores de que os problemas ambientais representam uma ameaça à segurança interna dos países e possuem a tendência a originar guerras internacionais, o mais provável seria a questão ambiental ser somente um elemento adicional ao agravamento de conflitos já existentes, apenas acentuando novas dimensões ao embate e sendo considerada uma causa mais indireta de conflito.

Assim sendo, se por um lado as ameaças ambientais assumem importância cada vez maior no cenário internacional junto ao debate sobre a relação entre meio ambiente e conflitos globais, por outro os tópicos de solidariedade e cooperação entre os países vem se alargando em direção a resolução de questões ambientais que envolvem o planeta. Varella (2009, p.91) explica que ao mesmo tempo que houve a consciência do perigo das catástrofes ecológicas de caráter mundial, que desconhecem as fronteiras políticas, os elementos de impactos ambientais uniram a sociedade em uma cooperação internacional em plano tanto bilateral quanto no plano multilateral. A exemplo, o controle da poluição atmosférica no interior de um território não teria resultado caso não houvesse o compartilhamento da preocupação por parte dos países vizinhos.

Nesse viés, a relação cooperação internacional e meio ambiente tornou-se imprescindível na proteção de todo o ecossistema terrestre, e aprimorar a consciência da busca por esse objetivo colocou-se em necessidade nessa área, uma vez que os problemas ultrapassam as fronteiras territoriais estatais. Como resultado da evolução na consciência ambiental, foi

sendo delineado um novo contorno da gestão ambiental, assinalando a participação de atores não estatais nos programas que pudessem atingir a consolidação dos temas do meio ambiente global na agenda internacional.

Ricardo Neiva Tavares (1999) constata que a ação conjunta dos Estados e de outros atores resultaram em iniciativas como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), e as Organizações Não-Governamentais (ONG's) nacionais e internacionais, todas elas criadas para trazer respostas as crises ambientais. O autor salienta que com a ampliação da agenda internacional às questões ambientais, foi permitida a manifestação dos atores não estatais preocupados em representar seus interesses no sistema político nacional, assim como a influenciar as decisões internacionais em assuntos de sua competência. Ele refere que a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), no que lhe concerne, sempre dispôs relações com entidades interessadas em assuntos do meio ambiente. Ainda, o polêmico Relatório Brundtland incentivou a criação de redes de ONG's conceituando-as como alternativa eficaz às instituições públicas, tomando como modelo, o *Greenpeace*, o WWF e o FOE, que gradativamente acrescentavam novos tópicos na agenda ambiental, citando chuva ácida, alterações climáticas, destruição da camada de ozônio, biodiversidade, o que as levou a alcançar excelência na capacidade de iniciativas no plano internacional.

Dessa maneira, o meio ambiente passou a ser um elemento que altera os paradigmas da segurança internacional. Uma vez que as sociedades se transformam, juntamente com suas ideias a questão ambiental é repensada, possibilitando que o tema seja continuamente argumentado e reformulado, desde sua definição às medidas a serem praticadas pelos Estados. Giddens apoia que “um sistema geral de cuidado planetário pode ser criado, tendo como meta a preservação do bem-estar ecológico do mundo como um todo. Uma maneira possível de conceber os objetivos do cuidado planetário” (Giddens, 1991, p.150).

## 5 Considerações finais

Este trabalho se propôs a discutir a questão ambiental no âmbito das relações internacionais desde o processo de construção de uma consciência sobre a relação do desenvolvimento econômico com o meio ambiente, resultado de pesquisas científicas, das ações dos movimentos ambientalistas e conferências mundiais que ocorreram no século XX até a evolução mais recente da temática no século XXI.

O estudo identificou que, historicamente, a Revolução Industrial, apesar de ter trazido uma melhora substancial na qualidade de vida material, gerou um processo de industrialização despreocupado com os impactos negativos ao meio ambiente. No século XX, foi possível confirmar o dano em grande escala que as novas tecnologias estavam causando em todo o sistema ambiental, mostrando que, se por um lado os sistemas industriais conquistaram o auge de sucesso, o ecossistema teve perdas irreparáveis.

A crise ecológica, portanto, estimulou a sociedade internacional a evoluir para a percepção de que a proteção ambiental sim poderia ser um meio para uma melhor qualidade de vida, sendo preciso então buscar mudanças imediatas para manutenção efetiva das espécies

vivas do planeta, mudanças que observamos ter passado por novas formas de cooperação internacional ao longo do tempo. Nesse viés, encontramos a ligação entre meio ambiente e as relações internacionais, dado que tais problemas ambientais ultrapassam fronteiras territoriais estatais estabelecendo a necessidade de iniciativas multilaterais. No momento em que o tema sobre o meio ambiente entrou na agenda social da ONU como um problema global, tornou-se uma oportunidade de cooperação internacional, sendo ainda de grande relevância a contribuição das instituições não-governamentais, estas que ganharam grande expressão pelo empenho de trazer respostas as crises ambientais.

A análise também mostra que as Conferências Internacionais se voltavam inicialmente à preocupação dos países desenvolvidos com seu modelo de produção, apresentando uma resistência quanto a encontrar alternativas econômicas para conseguir uma harmonização com o meio ambiente. Ao passar do tempo alcançaram o entendimento de que o desenvolvimento insustentável é o centro da problemática ambiental e assim, a abordagem das Conferências foi se direcionando para uma visão abrangente de organização geopolítica com assistência aos países em desenvolvimento, ampliando responsabilidades mundialmente para chegar ao desenvolvimento sustentável. Sem dúvida, a agenda social da ONU para a questão do meio ambiente representou um grande esforço diplomático da sociedade internacional no sentido de determinar ações que tivessem condições de minimizar os efeitos dinâmicos da economia globalizada que gerou tantas disparidades nos mais diversos assuntos.

Compreendemos que mesmo que a preocupação com a possibilidade de conflitos interestatais surja, resultantes de questões ambientais, e abalem a ordem do sistema internacional, não conduziria necessariamente ao conflito violento. A concepção deste estudo é a de que a existência de guerras por motivos ambientais não é provável, podendo sim haver um choque de interesses, mas distinguido da noção de choque violento, embora acreditemos que, eventualmente, as crises ambientais possam ser potenciais adicionais em conflitos de outra natureza e já existentes entre Estados. Ao fim, concluímos que o desenvolvimento das tecnologias industriais anunciou a emergência da responsabilidade e das obrigações globais dos Estados a serem assumidas, fazendo-se necessária uma consonância entre desenvolvimento econômico e políticas públicas ambientais para administrar as problemáticas do meio ambiente.

Quanto ao papel das conferências internacionais, desde Estocolmo em 1972 até ao Acordo de Paris em 2015, a construção da consciência global proposta pelos principais atores do sistema internacional, vem, ainda que lentamente, pondo em diálogo certo consenso entre as ações nacionais e internacionais, finalizando pois, que o suporte das Organizações Internacionais e de organismos não-governamentais proporcionam uma notável credibilidade ao participarem efetivamente dos temas sobre o meio ambiente ganhando espaço e importância.

O caminho a ser percorrido e alcançado está, então, na compreensão de que proteger o meio ambiente só traz benefícios diretos e imediatos à qualidade de vida de todos os seres vivos do planeta, e a humanidade precisa redefinir constantemente sua relação com a natureza, para que se coloquem em prática os objetivos propostos por todos aqueles comprometidos com a defesa do meio ambiente, para continuidade da presente e das futuras gerações.

## Referências Bibliográficas

- BRUNDTLAND, Gro Halem. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
- CASELLA, Paulo Borba; ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento. **Manual de Direito Internacional Público**. 20.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- KÄSSMAYER, Karin; FRAXE Neto, H. J. **A Entrada em Vigor do Acordo de Paris: o que muda para o Brasil?** Brasília: CONLEG, 2016.
- MAGNOLI, Demétrio. **Relações internacionais: teoria e história**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- NYE, Joseph S. **Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Gente, 2009.
- QUEIROZ, Fábio Albergaria de. **Hidropolítica e Segurança: as bacias Platina e Amazônia em perspectiva comparada**. Brasília: FUNAG, 2012.
- RELATÓRIO RIO +20: o modelo brasileiro: **Relatório de sustentabilidade da organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Funag, 2012.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- VARELLA, Marcelo Dias. **Proteção Internacional do Meio Ambiente**. Brasília: UnB, 2009.
- VIDAL, Samuel. **Controlando o Aquecimento Global: como reduzir em 30% as emissões de gases estufa até 2030**. Museu Virtual, 2013.
- VOGLER, John. **Environmental Issues**. In: BAYLIS, John. SMITH, Steve. OWENS, Patrícia. *The Globalization of World Politics*. New York: Oxford University.
- WILSON, Jessica. **Um breve guia sobre aquecimento global**. Brasília: Funag, 2010.

# COLUNAS



## INSEGURANÇA ALIMENTAR: SEU LUGAR NA SÍRIA

*Por Rafaela Machado Cândido*

Latente no mundo do jornalismo, a questão síria tem destaque dada sua duração e complexidade. A guerra civil ocorre desde 2011, como desdobramento de protestos da Primavera Árabe. Tais manifestações por melhores condições de vida e reforma no governo atingiram a imagem já desgastada de Bashar al-Assad, cuja família domina o país desde 1970. De acordo com o Observatório Sírio dos Direitos Humanos (OSDH), o número de mortos já ultrapassou meio milhão.<sup>1</sup> No conflito, vidas são negligenciadas de diversas maneiras.

O termo “Segurança Alimentar” surgiu após a Grande Guerra, quando se evidenciou como uma nação poderia dominar outra através do controle do fornecimento de alimentos. A alimentação, assim, passa a vigorar como parte essencial do múltiplo conceito de segurança nacional, e a interação entre Estados leva essa questão ao ambiente anárquico do Sistema Internacional.

Até a Primeira Conferência Mundial de Segurança Alimentar, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em 1974, entendia-se que a causa da Insegurança Alimentar era a insuficiente produção agrícola. Todavia, a recuperação das safras e o aumento da produtividade não foram capazes de findar a fome e a desnutrição. Surge então outro fator a ser considerado relevante para a fome no mundo: o acesso aos alimentos. Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil, ressalta que “falta vontade política para fazer esses investimentos [em produção e distribuição]”. Bojanic cita então a iniciativa da Costa Rica, que reduziu a verba destinada às forças armadas e redirecionou à saúde, educação e infraestrutura para produção de alimentos.<sup>2</sup>

Em ambientes violentos, todavia, a problemática da alimentação se potencializa. Segundo o Banco Mundial, confrontos armados como guerras civis, reivindicações violentas por independência, golpes militares e embargos implicam ou agravam a fome e a desnutri-

1 MAIS de 500 mil mortos em sete anos de guerra na Síria. **El País**. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/12/internacional/1520865451\\_577510.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/12/internacional/1520865451_577510.html)>. Acesso em 05 fev. 2019.

2 ATÉ 2050, a produção mundial de alimentos deverá crescer 60%. **Globo Ecologia**. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globoecologia/noticia/2013/06/ate-2050-producao-mundial-de-alimentos-devera-crescer-60.html>>. Acesso em 03 fev. 2019.



ção de grande parte da população atingida (Banco Mundial, 2011). Em ambientes de conflitos armados, a população perde suas terras e meios de produção, além do acesso à água, que é escassa. Refugiados enfrentam a trajetória difícil e, caso se estabeleçam, ainda devem lidar com o território desconhecido. Soma-se a isto os cercos militares, que impedem a chegada de mantimentos.

Segundo o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV),

“A escassez de alimentos é uma das consequências da guerra na Síria, provocada pelo deslocamento forçado da população, problemas na economia e cidades sitiadas onde simplesmente não há acesso durante muito tempo. (...) Com as cidades destruídas, deslocados e longe da sua fonte de renda, parte da população síria não sabe de onde virá a próxima refeição e passa fome. Os números são alarmantes. De cada 5 pessoas, 4 vivem na pobreza; 6,5 milhões de pessoas vivem com insegurança alimentar e 13 milhões precisam de ajuda para sobreviver.” (CICV, 2018, on-line)<sup>3</sup>

Apesar da situação inquietante, não há políticas governamentais para aumentar a segurança alimentar. Pelo contrário, a fim de impedir o abastecimento de rebeldes, tropas sírias não hesitam em impedir a chegada de ajuda humanitária. Assim ocorreu em março de 2018 com parte dos 46 caminhões enviados pelas Nações Unidas à região de Ghouta.<sup>4</sup>

De nome informal, a área correspondente ao subúrbio de Damasco foi palco dos primeiros levantes contra o governo de Bashar al-Assad. Desde então, o local é dominado por rebeldes e cercado por tropas do governo, que tentam adentrar a região para retomá-la dos insurgentes. A região resiste a tanto tempo pois, nos primeiros anos da guerra, o governo concentrou-se em áreas mais cruciais como Aleppo, Homs e regiões próximas à fronteira com o Líbano. No último ano, contudo, a situação é alarmante e, como afirmou Pedro Vedova, correspondente do Jornal Nacional, “O inferno que Ghouta vai virando, já é visível lá do céu”.

Os sírios contam, então, com o auxílio de organizações não governamentais para a ajuda humanitária. O CICV atua levando alimentos e utensílios de cozinha, auxiliando na abertura de negócios para o sustento das famílias, além da atuação emergencial em cidades sitiadas. Médicos Sem Fronteiras (MSF) mantem-se atuante no atendimento médico e também driblam a desnutrição. No cerco de Madaya, estabelecido em 2015, 23 pacientes morreram de fome no período de dezembro a janeiro de 2016. Para atender crianças, os profissionais utilizavam xaropes, frequentemente a única fonte de glicose disponível - o que corroborou para o fim de estoques médicos.<sup>5</sup>

3 FOME na Síria. **Comitê Internacional da Cruz Vermelha**. Disponível em: <<https://www.icrc.org/pt/fome-na-siria>>. Acesso em 04. Fev. 2019.

4 TROPAS do governo Sírio confiscam parte da ajuda humanitária da ONU. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/03/tropas-do-governo-sirio-confiscam-parte-da-ajuda-humanitaria-da-onu.html>>. Acesso em 05 fev. 2019.

5 SÍRIA: Sítio e fome em Madaya. **Médicos sem Fronteiras**. Disponível em: <<https://www.msf.org.br/noticias/siria-sitio-e-fome-em-madaya>>. Acesso em 05 fev. 2019.

Apesar do esforço coletivo, o atendimento é insuficiente se considerarmos as 6,5 milhões de pessoas com fome. Os anúncios veiculados na mídia e as reportagens contribuem para a conscientização dos cidadãos e para pressionar autoridades, mas ainda não há perspectiva de resolução da guerra civil. Jakob Korn, representante do Programa Mundial de Alimentos (PMA) no território sírio, admite: "Cada dia sem uma resolução a esta crise é outro dia que falhamos [com] as pessoas da Síria".<sup>6</sup> O pedido do PMA, junto a tantos outros organismos, é que haja livre acesso dos voluntários com suas doações e serviços. Dado que lutar contra a insegurança alimentar é um processo árduo em nações em tempos de paz, é evidente como, enquanto não houver uma solução pacífica, o caos vivenciado pela população síria estará longe do fim.

## Referências Bibliográficas

ENTENDA o conflito que assola a região de Ghouta oriental. **O Globo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/entenda-conflito-que-assola-regiao-siria-de-ghouta-oriental-22416296>>. Acesso em 04 fev. 2019.

GOMES et al. Guerra, **Alimento e Poder: A problemática da segurança alimentar em situações de conflito**. Simulação das Nações Unidas para Secundaristas, Brasília, 2013.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; MARQUES, S. B. **Caderno 'Segurança Alimentar'**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/seguranca-alimentar-e-nutricional/caderno-2018seguranca-alimentar2019/19-caderno-2018seguranca-alimentar2019.pdf>>. Acesso em 7 fev. 2019.

---

<sup>6</sup> MAIS de 6,5 milhões de pessoas na Síria sofrem de insegurança alimentar. **Agência EFE**. Disponível em: <<https://www.efe.com/efe/portugal/mundo/mais-de-6-5-milh-es-pessoas-na-siria-sofrem-inseguranca-alimentar/50000444-3552830>>. Acesso em 07 fev. 2019.

## **DIANTE DAS INCERTEZAS UMA BREVE REFLEXÃO: UM PANORAMA DAS DECLARAÇÕES SOBRE SEGURANÇA INTERNACIONAL DO BRICS DO BRICS**

*Por Katherine Nunes de Azevedo<sup>1</sup>*

Recentemente foi traduzido pela editora Paz & Terra o livro de Oliver Stuenkel intitulado “BRICS e o futuro da ordem Global”. Neste, é apresentado ao leitor como e em quais circunstâncias foi possível à ascensão dos BRICS enquanto um grupo institucionalizado composto por países emergentes que almejam, não somente, mas, especialmente, democratizar a tomada de decisões a partir de modificações realizadas dentro da própria ordem já estabelecida (STUENKEL, 2017).<sup>2</sup>

Um aspecto que chama atenção no livro é a capacidade do autor de fazer um panorama, indo desde a criação do termo cunhado pelo economista Jim O’Neill da Goldman Sachs em 2001 – que buscou reunir em um único termo os principais países que estavam se desenvolvendo rapidamente –, até a formação de um grupo político que conseguiu, pelo menos até o ano de 2016, manter certa constância ao realizar encontros e acordos regulares, bem como projetar sua identidade e objetivos de maneira conjunta, sendo capaz, até mesmo de integrar novos países na sua dinâmica como, por exemplo, a incorporação da África do Sul em 2011. De acordo com o pesquisador, é possível perceber, também, uma série de questionamentos não somente dos analistas, mas também dos líderes das principais potências mundiais, na capacidade do BRICS de se manter como um grupo institucionalizado que sobreviveria nos organismos que criam e reproduzem um tipo de ordem e legitimidade na comunidade internacional, mesmo diante de uma crise financeira e das possíveis discordâncias de interesses entre os países membros.

Outra incerteza pertinente é se realmente os países que compõe o grupo dos BRICS são capazes de extrapolar os objetivos principais em torno da cooperação em assuntos econômicos, voltando-se também para a criação e execução de uma agenda factível no campo da segurança internacional tendo em vista suas particularidades e discrepâncias geopolíticas e culturais. Ao nos determos à análise das declarações produzidas pelas reuniões de cooperação intra- BRICS disponíveis no sítio eletrônico do Itamaraty nos deparamos com o fato

1 Historiadora (UFRJ). Graduada de Relações Internacionais INEST/UFF.

2 A primeira edição do livro na versão original em língua inglesa saiu em 2015 pela *Lexington Book*.

de que o grupo de trabalho composto pelos Assessores de Segurança Nacional do BRICS<sup>3</sup> não produz relatórios próprios. Nesse sentido, a maneira como é possível investigar esse tema se dá, notadamente, pelas “Declarações dos líderes e planos de ações e acordos” emitidos a cada reunião anual.

De uma forma geral, tanto Abdenur quanto Stuenkel convergem para a percepção de que a construção de uma agenda para segurança começou a ser discutida de maneira tímida em 2009, aumentando gradativamente depois de 2011 de acordo com as demandas dos países em adquirir maior status de atuação na tomada de decisões, em especial, na ONU, assim como devido à necessidade de se posicionar com frequência contra a intervenção armada diante das crises no Oriente Médio, no Norte da África e África Ocidental (ABDENUR, 2017, p.79) e (STUENKEL, 2017, p. 191-217). Além de haver a reafirmação do bloco com os valores internacionais propagados pela ONU, há espaço também para as discussões acerca das “novas ameaças” voltadas, por exemplo, para o combate aos crimes cibernéticos e ao terrorismo (BRICS, 2011).

A já conhecida associação entre segurança e desenvolvimento social e econômico também está em pauta. Assim, entra em jogo, especialmente, a questão da garantia da segurança humana (alimentar, de saúde, energética, etc.), a partir da estabilidade econômica e de investimentos em desenvolvimento (BRICS, 2012). É interessante registrar que as cúpulas seguintes (até 2018), reiteraram os temas citados, ampliando, aos poucos a questão da segurança como um ponto importante a ser debatido. Assim, constantemente há a ênfase no papel das reuniões dos conselheiros de segurança nacional e declarações que demarcam o posicionando do BRICS nos conflitos internacionais latentes (ABDENUR, 2017, p. 84-85).

Adriana Abdenur aponta que, ao contrário dos avanços da cooperação econômica e para o desenvolvimento, através, por exemplo, da criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)<sup>4</sup>, no âmbito da segurança internacional, o BRICS pouco investiu em um marco significativo ou ações efetivas nessa área. Ainda, segundo Abdenur, isso ocorre porque, no primeiro momento, houve menor resistência na cooperação econômica em detrimento a temas que tenderiam a gerar dissensos maiores. Neste ponto, as discussões em torno da segurança internacional foram definidas de maneira gradativa e cautelosa, ficando mais densas e específicas em cada reunião (ABDENUR, 2017, p. 85-86).

Contudo, isso não significa dizer que não há possibilidades de retrocessos na agenda e a volta de uma cooperação direcionada somente para questões de ordem econômica. Além disto, cabe a indagação se, diante das atuais crises políticas e econômicas no Brasil e as incertezas internacionais em torno da China, EUA e Rússia, o grupo manterá sua aproximação nessa área. Ademais, temos que ter em mente que o BRICS não se pretende, até então, constituir um grupo armado, mas sim, cooperar em temas comuns, bem como lançar novas bases que favoreçam também os países emergentes, aproveitando a ordem multipolar, que se

3 Cf. sítio eletrônico do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/declaracoes-planos-de-acao-e-comunicados>>. Acesso em: 02 de fev. de 2019.

4 *New Development Bank* (NDB).

apresenta aberta às novas dinâmicas e potências.

Diante de um horizonte de expectativas amplo às múltiplas possibilidades, um pesquisador que pretenda analisar o tempo presente estará acompanhado, na melhor das hipóteses, de dúvidas e incertezas, de modo que, não é possível afirmar se o BRICS fortalecerá sua institucionalidade e colaboração independente das flutuações políticas e econômicas. A este respeito, finalizo voltando ao livro do Stuenkel, ao afirmar que constantes reuniões, não geram, necessariamente, ações efetivas. Nesse sentido, “apenas o tempo dirá em que grau essas reuniões poderão gerar uma cooperação mais sustentável [...]” (2017, p. 141), cabendo aos observadores externos, paciência, tempo de reflexão e investigação.

## Referências Bibliográficas

ABDENUR, Adriana Erthal. Can the BRICS Cooperate in International Security? *In: International Organisations Research Journal*. Vol. 12. No. 3 (2017).

BRICS. **III Cúpula**: Declaração e Plano de Ação de Sanya. Sanya, Hainan, China, 14 de abril de 2011. Disponível em: <<http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/categoria-portugues/20-documentos/75-terceira-declaracao-conjunta>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2019.

BRICS. **IV Cúpula**: Declaração e Plano de Ação de Nova Dehli. Nova Delhi, 29 de março de 2012. Disponível em: <<http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/categoria-portugues/20-documentos/76-quarta-declaracao-conjunta>>. Acesso em 25 de janeiro de 2019.

BRICS. **Declarações dos líderes e planos de ações e acordos emitidos pelo BRICS**. Disponível em: <<http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/declaracoes-planos-de-acao-e-comunicados>>. Acesso em: 02 de fev. de 2019.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

## **A QUESTÃO DOS REFUGIADOS AFGANES NA FRONTEIRA COM O PAQUISTÃO: A EXCLUSÃO POR INICIATIVA DE ISLAMABAD**

*Por Malu Gouvêa*

A relação do Paquistão com imigrantes afegãos é de longa data e é marcada por etapas que condizem com a mudança geral do quadro geopolítico da região. Portanto, para compreender a atual instabilidade e o comprometimento de princípios do Direito Internacional Público dentro desse quadro, é necessária uma revisão histórica das etapas que culminaram na exclusão dos afeganes por iniciativa do Estado paquistanês. O expressivo movimento de indivíduos entre os dois países teve início com a invasão do Afeganistão pela União Soviética, no fim de 1979. Esse conflito se estendeu pela maior parte da década de 1980, quando o Paquistão apoiou os refugiados, recebendo-os e permitindo sua inserção na sociedade. Ao mesmo tempo, o Afeganistão recebia apoio dos Estados Unidos para combater a invasão soviética, completando o quadro de polarização que caracterizou a Guerra Fria.

A presença do Afeganistão na política externa do Paquistão é marcante e, dentre outros fatores, isso acontece devido ao medo da influência que a Índia pode ter sobre esse país. Isso poderia gerar, como consequência, uma aliança que desfavoreça o Paquistão, com quem Nova Deli (capital da Índia) ainda possui sérias divergências, principalmente quanto à posse da Caxemira. Assim, o governo paquistanês se envolveu diversas vezes na política interna afegane para garantir que o regime permanecesse favorável aos seus interesses, o que incluiu, nesse momento, se aliar aos Estados Unidos para financiar guerrilhas de oposição à invasão soviética.

Acrescentou à crise migratória a retirada brusca da União Soviética, o que gerou ainda maior instabilidade na região. O crescimento do Talibã e sua expansão sobre o Afeganistão, a partir de 1994, gerou tensões entre os dois Estados porque a nova resistência afegane afirmava que Islamabad (capital do Paquistão) oferecia apoio material e tático ao Talibã. O governo não deixou de negar tais alegações em diversas situações, mas tendo financiado o Talibã quando este era apenas um movimento estudantil, ainda sem traços antiocidentais, ele não conseguiu convencer nem o vizinho nem os EUA. Assim, a desconfiança quanto ao alinhamento paquistanês somente se estendeu e se intensificou, como fica visível no documentário da BBC *Secret Pakistan*, e dela surgem sérias consequências.

Com esses fluxos migratórios estabelecidos, famílias afeganes se instalaram em regi-

ões próximas à fronteira e as circunstâncias se desenvolveram de tal forma que algumas delas já contam com gerações que nunca tiveram sequer contato com o outro lado da fronteira. Além disso, muitas delas se estabeleceram no comércio ou na indústria locais, o que se tornou possível porque o governo do Paquistão concede documentação a uma grande parte dos refugiados. A deterioração das relações entre Cabul (capital do Afeganistão) e Islamabad, principalmente no que se refere à questão do terrorismo, foi o que mudou a abordagem do governo paquistanês.

## 1. A RELAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS E INFLEXÃO DO 11 DE SETEMBRO

Os Estados Unidos, como grande potência militar, têm um importante papel no Oriente Médio e, portanto, são capazes de definir mudanças de comportamento dos Estados soberanos. Um momento crucial no andamento das trocas entre esse país, o Paquistão e o Afeganistão, nesse sentido, foi o atentado de 11 de setembro de 2001. Isso porque, a partir de então, os Estados Unidos mudam sua política e começam a perseguir abertamente o terrorismo ao redor do mundo, financiando e colaborando com uma “Guerra ao Terror”.

Com isso, a atenção mundial dada ao governo paquistanês e a sua postura em relação ao Talibã aumenta, principalmente depois que essa organização concede asilo a Osama bin Laden, principal figura da Al Qaeda – a qual planejara e executara os ataques às Torres Gêmeas em território americano. Islamabad passa a ser vista como a principal fonte de informação do Ocidente, através da sua agência de inteligência ISI<sup>1</sup>, o que gerou uma forte pressão por parte dos Estados Unidos para que o governo paquistanês cooperasse.

O Paquistão vai utilizar essa proximidade com os Estados Unidos como fator de garantia da segurança nacional dentro da sua política externa. Essa escolha significou, em certa medida, o abandono da antiga postura de mediação entre o governo do Talibã e a resistência afegane, a qual se concentrava no Norte do território. Até então, Islamabad defendia um acordo entre ambos para a resolução da contenda, ao mesmo tempo em que estimulava outros países a reconhecerem o governo do Talibã. Entretanto, o alinhamento com Washington se mostrou mais decisivo para a sua postura, tanto pelo apoio militar quanto pelo financeiro. O então presidente Pervez Musharraf cortou quaisquer laços com o Talibã e começou a ativamente guiar o discurso do seu governo para gerar apoio da população ao inevitável alinhamento aos Estados Unidos, o que foi alcançado em larga escala.

Naveed Ahmad, jornalista investigativo e analista político, foi entrevistado pela rede Al Jazeera, em agosto de 2016, e demonstrou preocupação quanto à dificuldade de enquadrar a história antes do 11 de setembro<sup>2</sup>, como se a migração não fosse produto de acontecimentos anteriores. Esse tipo de abordagem interessada faz com que o problema seja mal interpretado e estratégias de resolução advindas desse processo são, conseqüentemente, desapegadas da realidade – e, ainda assim, é dessa maneira que a questão vem sendo tratada.

1 *Inter-Services Intelligence.*

2 *INSIDE Story – Are Afghan Refugees in Pakistan a Security Threat?.* Produzido por Al Jazeera. Doha, 2017. Episódio 229.

## **2. A INTENSIFICAÇÃO DA REPATRIAÇÃO**

O governo do Paquistão tem trabalhado, desde 2002, com a Agência da ONU para Refugiados para repatriar os afegãos que chegam em sua fronteira e deportar aqueles que vivem em seu território, de forma gradual e sempre com enfoque teórico na dignidade desse retorno. A diferença entre essas duas medidas de exclusão do indivíduo por iniciativa estatal está no fato de que a deportação é a retirada compulsória do território com base na entrada ou permanência irregular, enquanto a repatriação é o impedimento de ingresso e não se aplica a indivíduos em situação de refúgio. A deterioração das relações entre Islamabad e Cabul causou uma mudança drástica de política alimentada por pressões americanas. A retórica oficial passou a se preocupar de forma crescente com a possibilidade de terroristas se infiltrarem entre as populações afeganes, se apoiando em evidências de atentados recentes, como o ataque em dezembro de 2014 contra uma escola militar em Peshawar, que deixou mais de 140 mortos.

Uma vez que essas populações nos campos de refugiados foram transformadas em questão de segurança nacional, no meio de 2016 o governo adota uma nova política fronteiriça, com maior rigidez na passagem de pessoas sem documentos e com o estabelecimento de um prazo arbitrário de seis meses para a volta dos refugiados ao Afeganistão. Foi esse o pretexto que tornou possível praticar a repatriação e a deportação de pessoas em estado de refúgio.

A repatriação aliada à deportação forçou a saída de cerca de 600.000 pessoas até o início de 2017, das quais pelo menos 365.000 estavam devidamente documentadas. Apesar de ser uma situação comprometedoras no que tange ao Direito Internacional Público e a sua vertente concernente ao refúgio, o alinhamento com os interesses da grande potência militar mundial garantiu que a situação se desenrolasse sem impedimentos.

Os números são incertos, mas, dentre as reportagens, diz-se que cerca de dois a três milhões de refugiados afegãos viviam no Paquistão à época do estabelecimento da nova política. O rápido retorno gerou preocupações, expressadas amplamente por organismos não-governamentais internacionais, visto que os níveis de violência dentro do Afeganistão ainda atingiam números altos. A falta de perspectiva de término do conflito e a escassez de políticas de recepção da massa afegane tornam, portanto, incerto o sucesso de aplicar tais medidas nesse momento.

O dilema de segurança se agravou quando, no início de 2018, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, usou uma rede social para fazer acusações que foram vistas pelo governo paquistanês como ameaças veladas à sua soberania. Conhecido por usar o Twitter como ferramenta política, Trump não somente acusou Islamabad de proteger terroristas em seu solo, como também expôs o apoio financeiro dado pelos Estados Unidos ao Paquistão e a maneira como o vê: um desperdício, visto que os paquistaneses só teriam retribuído com



“mentiras e enganação”<sup>3</sup>.

O governo paquistanês, que considerava renovar os documentos dos afegãos por mais um ano, decidiu, após reunião extraordinária, conceder um prazo adicional de apenas 60 dias aos 30 estabelecidos no início do ano para que eles voltassem ao seu país. A questão é que a quantidade de refugiados dentro do Paquistão é muito alta, por isso, esse prazo foi visto como irreal e, para o *Human Rights Watch*, até mesmo como ilegal. Acrescenta a isso o fato de que dos dois a três milhões de refugiados, 1,5 milhão possuíam documentação nesse período.

A organização internacional não-governamental acusou Islamabad de repatriação forçada, inclusive por tornar as condições de vida dos afegãos impraticáveis e de alto risco – são identificadas, por exemplo, ameaças de deportação e extorsão por parte da polícia. Além disso, o Human Rights Watch acusa as Nações Unidas de condizerem com essa realidade, até mesmo contribuindo através da instauração de um apoio financeiro àqueles que estiverem saindo do país – oferta que, aliada à precarização da estrutura disponível para esse povo, acabaria condicionando a volta ao Afeganistão.

Habib Wardack, ativista afegane que já foi um refugiado no Paquistão, disse em entrevista para a Al Jazeera que nada mais poderia ser esperado de um povo que trata os indianos muçulmanos, os quais migraram logo que foi estabelecida a divisão entre a Índia e o Paquistão, por *Mohajirs* até o presente<sup>4</sup>. Segundo ele, a palavra, apesar de ser sagrada – por se referir à vida do Profeta –, é usada, nesses contextos, para tratar alguém como um *estrangeiro*.

Apesar da nova política, alguns posicionamentos se destacam dentro do governo, pois, mesmo com o tema sob o enfoque de segurança nacional, o Ministro Abdul Qadir Baloch foi capaz de falar abertamente sobre como essa é uma questão humanitária, e não de segurança. Ele também defendeu que o Paquistão tem abordado a mesma com responsabilidade internacional<sup>5</sup>, apesar das questões que são constantemente levantadas pelas ONGs internacionais.

### **3. O NOVO GOVERNO: IMRAN KHAN E A RESISTÊNCIA DOS SETORES TRADICIONAIS**

No final de 2018, o Primeiro Ministro Imran Khan – o qual ganhou as eleições de julho – garantiu ao Comissário do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugia-

---

3 (Tradução livre). “*The United States has foolishly given Pakistan more than 33 billion dollars in aid over the last 15 years, and they have given us nothing but lies & deceit, thinking of our leaders as fools. They give safe haven to the terrorists we hunt in Afghanistan, with little help. No more!*”.

4 *INSIDE Story – Are Afghan Refugees in Pakistan a Security Threat?*. Produzido por Al Jazeera. Doha, 2017. Episódio 229.

5 XINHUA. Pakistan not to Expel Afghan Refugees, Says Minister. *The Express Tribune*, 26 fev. 2018.

dos, Filippo Grandi, que não perseguiria uma política de repatriação forçada<sup>6</sup>. Seguindo sua promessa de campanha de um Paquistão mais progressivo, ele mencionou, em setembro, que os refugiados que tivessem filhos nascidos e criados no país poderiam conseguir cidadania, como já é feito em diversos países. Ele mencionou a questão da dignidade e se mostrou disposto a mudar o tratamento dado aos refugiados no país. Entretanto, uma forte resistência política, principalmente no setor militar e nos setores que apoiam o anterior, fez com que ele desse alguns passos para trás, dizendo que tentara apenas introduzir o assunto para debate. Esse foi um duro golpe de realidade, o qual mostrou que a política de exclusão está sedimentada e é amparada pela população.

Khan sofreu duras críticas pelo ato político mal calculado. Além da narrativa de que os afegãos são uma ameaça à segurança do país, fortemente perpetrada pelas camadas militares, outras fontes ainda acusaram o Primeiro Ministro de usar o tema como alavanca política, expandindo a base Pashtun que o elegeu através da concessão de cidadania a essas populações.

Depois da repercussão turbulenta e como forma de manter a repatriação gradual, uma nova reunião do grupo *Refugee Working Group (RWG)*, que opera dentro da ação conjunta entre os governos do Paquistão e do Afeganistão *Afghanistan-Pakistan Action Plan for Peace and Stability (APAPPS)*, foi realizada. As discussões trataram o tema e, por fim, foram acordados prazos e procedimentos para prosseguir com a repatriação dos afeganes. Entretanto, previsões climáticas de intenso frio na região afegã fizeram com que o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) decidisse suspender o processo por aproximadamente dois meses.

Durante esse período, nem mesmo as ajudas econômicas serão concedidas, o que é um reconhecimento tácito de que elas funcionam como um incentivo para que os afeganes retornem ao país em guerra. Na teoria, a documentação poderá ser usada mesmo depois de sua validade para o exercício de direitos como refugiados e aqueles que passarem por situações de abuso devem reportar imediatamente ao ACNUR. A conjuntura, entretanto, não foi suficiente para impedir que o fluxo continuasse: segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), cerca de 950 pessoas voltaram para o Afeganistão em janeiro, provenientes do Paquistão.

Mais uma vez o prazo foi estendido, mas o renovado tom de negociações pode gerar políticas mais coesas para 2019. Com o Ministério responsável pela coordenação dos serviços de saúde disposto a melhorar o atendimento aos refugiados e com a visita do enviado diplomático afegane Shukarullah Atif Mishal, o qual ressaltou a importância do papel paquistanês na administração do problema do refúgio e possíveis alianças para o futuro, parece que as relações entre Cabul e Islamabad estão em solo mais fértil.

Os cautelosos avanços nas negociações de paz entre o governo afegane e o Talibã, com os Estados Unidos como intermediário, certamente criam expectativas de mudança no cenário de refúgio afegane para 2019. Nesse âmbito, a tensão gerada pela insatisfação do Talibã com a prisão de um de seus líderes em Peshawar, no Paquistão, deve ser adereçada com cautela. A organização acusa Islamabad de tentar pressionar as negociações de paz em favor

6 HYDER, Kamal. Pakistan PM: Afghan refugees 'will not be forced to return'. *Al Jazeera*, 9 set. 2018.

dos Estados Unidos, o que em muito difere da postura inicial do país em relação ao Talibã.

Existe um grande interesse regional nas negociações que estão em curso, o qual vai além da resolução pacífica de um conflito duradouro. Os países estão preocupados que, com a nova política do governo americano, uma retirada de tropas repentina resuma em uma nova guerra civil e leve a novas ondas de refugiados passando pelas fronteiras. Caso um acordo seja encontrado entre as partes, poderá acontecer uma transição gradual e segura, além de que poderá ser atingido um ambiente mais propício para o retorno de todas as famílias afeganes que estão sendo forçadas a voltar para o país devastado pela guerra.

## Referências Bibliográficas

AFGHANISTAN'S NEIGHBORS FEAR REFUGEE CRISIS IF US PULLS OUT. **Reuters**, 1 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.cnbc.com/2019/01/01/afghanistans-neighbors-fear-refugee-crisis-if-us-pulls-out.html>>. Acesso em: 11 fev. 2019, 22:00.

AFGHAN ENVOY EXPRESSES GRATITUDE TO PAKISTAN FOR HOSTING REFUGEES. **The News**, 15 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.thenews.com.pk/latest/419371-afghan-envoy-expresses-gratitude-to-pakistan-for-hosting-refugees>>. Acesso em: 11 fev. 2019, 22:34.

AFGHAN REFUGEES IN PAKISTAN FACE REPATRIATION THREAT. Reportagem de Nosheen Abbas. Paquistão, **Deutsche Welle**, 28 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.dw.com/en/afghan-refugees-in-pakistan-face-repatriation-threat/av-42764909>>. Acesso em: 23 jun. 2018, 22:27.

AFGHAN REFUGEES REPATRIATION SUSPENDED OWING TO WINTER SEASON. **Pakistan Observer**, 21 nov. 2018. Disponível em: <<https://pakobserver.net/afghan-refugees-repatriation-suspended-owing-to-winter-season/>>. Acesso em: 30 jan. 2019, 02:24.

AZIZ, S. Pakistan-US war of words over Donald Trump's tweet. **Al Jazeera**, 2 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2018/01/pakistan-war-words-donald-trump-tweet-180102055709366.html>>. Acesso em: 23 jun. 2018, 23:15.

BARKER, Memphis. Pakistan's Imran Khan pledges citizenship for 1.5m Afghan refugees. **The Guardian**, 17 set. 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/sep/17/pakistan-imran-khan-citizenship-pledge-afghan-refugees>>. Acesso em: 25 jan. 2019, 13:44.

BARKER, Memphis. Pakistan's Imran Khan skirts issue of Afghan refugees' citizenship. **The Guardian**, 18 set. 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/sep/18/pakistan-imran-khan-afghan-begali-refugees-citizenship-passports>>. Acesso em: 25 jan. 2019, 13:55.

COLE, Juan. Pakistan's Foreign and Domestic Policy Since September 11th. **Universidade de Michigan**, mai. 2002. Disponível em: <[http://web.mit.edu/SSP/seminars/wed\\_archives02spring/cole.htm](http://web.mit.edu/SSP/seminars/wed_archives02spring/cole.htm)>. Acesso em: 11 fev. 2019, 22:00.

GOVERNMENT TO IMPROVE HEALTH SERVICES FOR AFGHAN REFUGEES. **Pakistan Today**, 5 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.pakistantoday.com.pk/2019/01/05/government-to-improve-health-services-for-afghan-refugees/>>. Acesso em: 11 fev. 2019, 22:32.

HYDER, Kamal. Pakistan PM: Afghan refugees 'will not be forced to return'. **Al Jazeera**, 9 set. 2018. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2018/09/pakistan-pm-afghan-refugees-will-forced-return-180909103345275.html>>. Acesso em: 25 jan. 2019, 13:28.

ILLEGAL AFGHAN NATIONALS AND REFUGEES IN PAKISTAN TO BE REPATRIATED: FO. **Pakistan Today**, 7 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.pakistantoday.com.pk/2018/11/07/illegal-afghan-nationals-and-refugees-in-pakistan-to-be-repatriated-fo/>>. Acesso em: 30 jan. 2019, 02:20.

**INSIDE Story: Are Afghan Refugees in Pakistan a Security Threat?** Produzido por Al Jazeera. Doha, 2017. Episódio 229. Apresentador: Sami Zeidan. Convidados: Naveed Ahmad; Hasan Khan; Habib Wardak. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-ezjKpa-DM>>. Acesso em: 23 jun. 2018, 20:19.

JÚNIOR, Abelardo Arantes. **O Paquistão e as estratégias ocidentais para a Ásia Meridional**. Rev. bras. polít. int. vol. 46, no. 1, Brasília jan/jun 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292003000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000100009)>. Acesso em: 21 jun. 2018, 23:09.

MOHOMED, Carimo. **"Islam" as the national identity for the formation of Pakistan: the political thought of Muhammad Iqbal and Abu'l'Ala Mawdudi**. História, vol. 33, no. 1, Franca Jan./June 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742014000100015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742014000100015)>. Acesso em: 21 jun. 2018, 23:08.

NATURALIZING AFGHAN REFUGEES A PRAGMATIC SOLUTION FOR SECURITY ISSUES. **Pakistan Today**, 26 set. 2018. Disponível em: <<https://www.pakistantoday.com.pk/2018/09/26/decision-to-naturalize-afghan-refugees-a-pragmatic-solution-for-security-issues/>>. Acesso em: 30 jan. 2019, 02:17.

OVER 21,000 AFGHAN REFUGEES RETURN HOME. **The Nation**, 25 jan. 2019. Disponível em: <<https://nation.com.pk/25-Jan-2019/over-21-000-afghan-refugees-return-home>>. Acesso em: 11 fev. 2019, 22:40.

PAKISTAN APPLYING PRESSURE OVER AFGHAN PEACE TALKS, CLAIM TALIBAN OFFICIALS. **The Express Tribune**, 16 jan. 2019. Disponível em: <<https://tribune.com.pk/story/1889796/3-pakistan-applying-pressure-afghan-peace-talks-claim-taliban-officials/>>. Acesso em: 11 fev. 2019, 22:36.

**PAKISTAN Drives Out Afghan Refugees: “Now You’re Calling Us Terrorists?”**. Produzido por Human Rights Watch. Paquistão, fev. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VjyIkxAfnYc>>. Acesso em: 23 jun. 2018, 20:30.

**PAKISTAN Kicks Out Afghan Refugees After Trump Tweet**. Produzido por PressTV. Irã, Islamic Republic of Iran Broadcasting, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tsHmBnZJiWk>>. Acesso em: 23 jun. 2018, 20:29.

PAKISTAN NOT TO EXPEL AFGHAN REFUGEES, SAY MINISTER. **The Express Tribune**, 26 fev. 2018. Disponível em: <<https://tribune.com.pk/story/1645506/1-pakistan-not-expel-afghan-refugees-says-minister/>>. Acesso em: 23 jun. 2018, 20:38.

**SECRET Pakistan**. Produzido por: Fiona Campbell; Eamonn Matthews. BBC, 2011. Parte 1. Disponível em: <<https://vimeo.com/128052683>>. Acesso em: 23 jun. 2018, 20:55.

SHAHZAD, A. Pakistan extends Afghan refugees’ stay for only 60 days. **Reuters**, 01 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-pakistan-afghanistan-refugees/pakistan-extends-afghan-refugees-stay-for-only-60-days-idUSKBN1FL4OI>>. Acesso em: 25 jun. 2018, 19:08.

THE REVERSE EXODUS OF PAKISTAN’S AFGHAN REFUGEES. **BBC**, 28 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-37163857#>>. Acesso em: 23 jun. 2018, 20:35.

UNHCR TO HALT REPATRIATION PROCESS OF AFGHAN REFUGEES IN PAKISTAN. **Pakistan Today**, 11 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.pakistantoday.com.pk/2018/11/11/unhcr-to-halt-repatriation-process-of-afghan-refugees-in-pakistan/>>. Acesso em: 30 jan. 2019, 02:22.

**WHY Is Pakistan Forcing Afghan Refugees Back Home? – Inside Story**. Produzido por Al Jazeera. Doha, 2017. Episódio 43. Apresentador: Sami Zeidan. Convidados: Fawzia Koofi; Ayaz Wazir; Ariane Rummery. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=0Qr-9jrIh\\_1A](https://www.youtube.com/watch?v=0Qr-9jrIh_1A)>. Acesso em: 23 jun. 2018, 20:15.

WILKINSON, Bard. Pakistan PM Khan vows to grant Afghan refugees citizenship. **CNN**, 18 set. 2018. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2018/09/18/asia/pakistan-afghan-refugees-khan-intl/index.html>>. Acesso em: 30 jan. 2019, 02:14.

## **ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO OU ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO? O BEM VIVER EM CONTRASTE AO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

*Por Daniel Porcel*

### **1. DE ONDE SURGE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO COMO PROPOSTA GLOBAL E UNIFICADORA E POR QUE O NATURALIZAMOS COMO ÚNICA VIA HISTÓRICA PARA AS NAÇÕES?**

A análise do Sistema Mundo ou Sistema Internacional é atravessada pela história das hegemonias mundiais, que, por sua vez, não foram muitas e tampouco duradouras – como nos atesta Wallerstein (1980), a partir de uma compreensão braudeliana dos processos históricos de longa duração. A conformação de um Sistema Internacional regido por organismos internacionais da estrutura das Nações Unidas – ONU –, no pós-Segunda Guerra Mundial, inaugurou a hegemonia estadunidense no Sistema-Mundo, compartilhada a princípio com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e, após a queda do muro de Berlim, em 1989, uma hegemonia solitária.

A contribuição de Wallerstein (1980) em sua obra “O Sistema Mundial Moderno, vol. I, II e III” – por meio da compreensão das estruturas do Sistema Mundo a partir da divisão internacional do trabalho e, portanto, partindo-se do princípio de desenvolvimento do capitalismo e de expansão do capital – nos é pertinente nesse trabalho para contextualizar com mais clareza como o discurso e o conceito de desenvolvimento se conformaram, se consolidaram e, por fim, se naturalizaram. A divisão entre centro, periferia e semiperiferia, elaborada tanto na Teoria da Dependência<sup>1</sup> nos anos 50 e 60 na América Latina quanto na Teoria do Sistema Mundial de Wallerstein, guarda grande importância dentro do debate que pretende ser feito a seguir, evidenciando também suas limitações.

É neste contexto histórico-espacial, entre o território europeu e o norte-americano, que se pretende localizar a análise sobre o discurso do desenvolvimento e de seus ‘sobreno-

---

1 A Teoria da Dependência, ao contrário do que possa parecer, não é constituída apenas por uma vertente teórica e sim um campo que abarcou e ainda abarca uma heterogeneidade de concepções acerca das relações centro-periferias. Algumas visões são mais moderadas e reformistas (no sentido de consonância com o sistema capitalista), como a concebida por Fernando Henrique Cardoso, outras mais radicais e vinculadas à análise estruturalista marxista.

mes, à medida em que foi sendo construído e se consolidando como único caminho possível para o desenvolvimento histórico das nações. Este ponto de inflexão importante reverberou diretamente no rearranjo das nações no novo Sistema Internacional – algumas em processo incipiente de formação, atravessadas pelos processos de descolonizações por meio da Conferência de Bandung, como Índia, Indonésia e Paquistão; outras, em processo de consolidação de suas hegemonias que pautarão o mundo bipolar das próximas décadas; e um ‘filho’ do próprio reconcerto internacional por meio do Sistema ONU, Israel.

Nesse sentido, pode ser considerado, segundo Acosta (2016), o dia 20 de janeiro de 1949 como marco histórico que propõe o desenvolvimento como “imperativo global”. Isso foi materializado em um discurso do recém reeleito presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, ao expor a dicotomia da estrutura de poder do Sistema Mundo de maneira simples: diferenciando os EUA, o centro do mundo, que conseguiu alcançar o desenvolvimento, do resto das nações, os subdesenvolvidos:

Devemos embarcar em um novo programa que disponibilize os benefícios de nossos avanços científicos e nosso progresso industrial para a melhoria e o crescimento das regiões subdesenvolvidas. Mais da metade da população mundial está vivendo em condições que se aproximam da miséria. Sua alimentação é inadequada. Elas são vítimas de doenças. Sua vida econômica é primitiva e estancada. Sua pobreza é um lastro e uma ameaça tanto para eles mesmos quanto para as regiões mais prósperas. Pela primeira vez na história, a -humanidade possui conhecimentos e habilidades para aliviar o sofrimento dessas pessoas.

O marcante discurso no Congresso Nacional<sup>2</sup> ainda prossegue com a proposição dos EUA de ser o mandatário e a liderança desta nova etapa do Sistema Mundo, ideologicamente moldada pelo desenvolvimento:

Nosso propósito teria de ser o de ajudar os povos livres do mundo para que, através de seu próprio esforço, produzam mais alimentos, mais vestimentas, mais materiais para suas casas e mais potência mecânica para aliviar suas cargas. (...) Tem de ser um esforço global para obter paz, plenitude e liberdade. Com a cooperação das empresas, do capital privado, da agricultura e da mão de obra deste país, este programa pode aumentar a atividade industrial em outras nações e melhorar substancialmente seus padrões de vida. (...) O velho imperialismo - exploração para benefício estrangeiro - não tem lugar em nossos planos. O que vislumbramos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma relação limpa e democrática.

É evidente que a ideia de desenvolvimento, aliada ao conceito profundo de progresso (seja ele econômico, humano, espiritual) não é formulada pela primeira vez pelos responsáveis por escrever o discurso de Truman, nem tão pouco entoada de forma inaugural pelo presidencial. O que se pretende demonstrar aqui é a estrutura que possibilitou que este conceito vigorasse desde então como proposta global e, dessa forma, globalizante e unifica-

2 Discurso disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=gytbJo\\_bmxA](https://www.youtube.com/watch?v=gytbJo_bmxA).> Acesso em 21 de novembro de 2018.

dora das nações do Sistema Mundo. A partir de então, ela esteve organizadas em torno da ONU: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e diversas agências da ONU voltadas para o desenvolvimento, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Conselho Econômico e Social (ECOSOC).

O curto período passado entre a década de quarenta e os dias atuais nos afirmam que a dicotomia histórica do Sistema Mundo se manteve operante por meio da atualização de seus termos: império-colônia, centro-periferia, Primeiro Mundo-Terceiro Mundo, desenvolvido-subdesenvolvido ou em ‘via de desenvolvimento’. O último termo, comum nos meios diplomáticos, nos demonstra como foi centrado os esforços da cooperação internacional, das políticas domésticas dos países e das teorias acadêmicas em prol de um horizonte que fosse comum, mas que cada vez mais, mostra-se impossível de ser alcançado como proposto na lógica do capitalismo.

Embora a maioria dos países tenha tentado seguir o caminho do desenvolvimento proposto como modelo universal, poucos ou quase nenhum conseguiu. Se tomarmos dados acerca da fome no mundo, ou da situação dos bens naturais e do que ainda resta da biodiversidade e ecossistemas no planeta, veremos que os índices são alarmantes, e que o conceito de desenvolvimento mais se assemelha a um ‘vale-tudo’ que acaba por concentrar cada vez mais riquezas nas mãos de menos pessoas, como aponta o relatório da OXFAM de 2017<sup>3</sup>. Como afirma o sociólogo José Maria Tortosa, “o funcionamento do sistema mundial contemporâneo é mau desenvolvedor”, pois ele é desigual entre as nações e suas populações, inclusive nos países ditos desenvolvidos, já que se trata de um desenvolvimento que segue uma lógica da busca incessante pela maximização do lucro, redução dos custos de produção e uso ilimitado dos bens naturais.

Nesse cenário, é evidente que diversas críticas e alternativas ao desenvolvimento surgiram e continuam surgindo, de maneira a repensar os caminhos históricos traçados e os possíveis e potenciais trajetos que devemos seguir. Embora o mundo contemporâneo não esteja atravessado por guerras mundiais, é necessário admitir que se encontra em crise, estando vinculada diretamente aos limites do desenvolvimento, especialmente nos países ditos do Terceiro Mundo. A análise de Acosta (2016), em consonância com o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2000) nos atenta que

A diversidade de posições em torno do desenvolvimento é muito clara no caso latino-americano, o que explica a “frustrada biografia” da ideia de desenvolvimento na região, mudando “muitas vezes de identidade e de sobrenome, arrastando entre um reducionismo economicista consistente e as insistentes reivindicações de todas as outras dimensões da existência social. Ou seja, entre muito diferentes interesses de poder”, no dizer de Aníbal Quijano (2000). Inicialmente, suas promessas foram mobilizadoras, acrescenta Quijano, “mas foram se eclipsando em um horizonte cada vez mais esquivo, e seus defensores e seguidores foram enjaulados pelo desencanto.

Assim, é importante atestar que a crise existencial do próprio conceito de desenvolvi-

3 Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/noticias/super-ricos-estao-ficando-com-quase-toda-riqueza-as-custas-de-bilhoes-de-pessoa>>. Acesso em 21 de novembro de 2018.



mento está atrelada a uma crise maior no Sistema Mundo, tratado por Arrighi como “caos sistêmico” – operante de maneira cíclica, porém guardadas suas próprias características histórico-territoriais. Ocorreu com a ascensão e queda da hegemonia holandesa, da britânica, e ocorre hoje, com o declínio da hegemonia norte-americana. Nesse sentido, o caos sistêmico é ao mesmo tempo um processo de ruptura e de luta pela manutenção do *status quo*. O conceito gramsciano de *interregno*, pois, pode nos ser útil para elucidar o caos sistêmico: quando o velho está morrendo e o novo ainda não pôde nascer.

A tese central de Arrighi é que as expansões financeiras foram um fator de impulso das crises hegemônicas anteriores e da transformação dessas crises em colapsos. Esse movimento expansivo termina por levar ao chamado “caos sistêmico” – com o aumento da competição interestatal e interempresarial –, à escalada dos conflitos sociais e à emergência de novas configurações de poder. São três processos que se repetiram em duas outras transições hegemônicas: da hegemonia holandesa para a britânica, no século XVIII, e da britânica para a norte-americana, no final do século XIX. Feita a extensa análise histórica dessas transições, Arrighi parte para o ponto ousado da obra: a aposta de que processos similares aos que já ocorreram nas transições hegemônicas do passado acometem os Estados Unidos e sugerem o início de um processo de crise e ruptura hegemônica. (MORAIS, 2003)

Assumindo o caos sistêmico como um retrato da realidade mundial atual, um processo político conturbado e de longa duração, pode-se entender as razões pelas quais existem tantos esforços para a manutenção do desenvolvimento como imperativo global, dando-lhe sobrenomes ou máscaras, especialmente a partir da década de 60. Alguns exemplos são o desenvolvimento social, humano, ambiental, etnodesenvolvimento e um de seus maiores expoentes hoje, o desenvolvimento sustentável, que será melhor aprofundado e discutido a seguir. Por outro lado, a disputa dos rumos do pós-desenvolvimento também encontra-se em plena vigência, forjada nas lutas populares, retomando saberes ancestrais indígenas (na América Latina, especialmente as cosmovisões andinas e amazônicas), propondo novos horizontes para a sociedade e as nações que compõem o Sistema Mundo capitalista atual. Esse é o caso do Bem Viver, cosmovisão que questiona o conceito de desenvolvimento e o neoextrativismo, que compõem o pilar do imperativo global que aqui se analisa, pouco preocupado com os bens naturais, popularmente denominado de recursos naturais, supostamente de livre e ilimitado usufruto do ser humano.

É dentro dessa disputa, assumindo o esgotamento dos caminhos para a manutenção do desenvolvimento como imperativo global que o trabalho pretende seguir a partir de agora, contrastando o conceito de desenvolvimento sustentável (alternativa de desenvolvimento) com a cosmovisão do Bem Viver (alternativa ao desenvolvimento).

## 2. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO

O conceito de desenvolvimento sustentável surge no fim dos anos 60, a partir de uma

crítica ao crescimento econômico desenfreado observado no pós-Segunda Guerra Mundial, pautado pelo modelo neoextrativista.<sup>4</sup> Esse foi o momento no qual ele se consolidava como nova prática para enriquecer os países que exploravam as jazidas de bens naturais existentes (não necessariamente dentro de seus territórios), especialmente o petróleo.

O ano de 1968 é emblemático por uma reunião, acontecida em uma vila nos arredores de Roma, entre cientistas e personalidades políticas e empresariais da época, entre eles o presidente honorário da Fiat, Aurelio Peccei. A este encontro e aos posteriores que se seguiram, se deu o nome de Clube de Roma. Um dos encaminhamentos das reuniões foi a realização de um estudo encomendado à cientistas da Massachusetts Institute of Technology (MIT) sobre as consequências ambientais frente ao ritmo do desenvolvimento da época, culminando na produção do relatório “Os limites do desenvolvimento” em 1972.

No entanto, o conceito em questão só é amplamente difundido a partir de um relatório produzido pela ONU, em 1987, chamado “Nosso Futuro Comum”, o qual traz à tona preocupação em satisfazer as necessidades das gerações atuais por meio do desenvolvimento, sem comprometer a capacidade de gerações futuras também gozarem de recursos suficientes para satisfazer suas necessidades. Ao inaugurar, no âmbito do Sistema ONU, a preocupação sobre a conservação do meio ambiente e a reflexão acerca do crescimento econômico desenfreado, propôs-se uma reorientação para as nações acerca dos rumos do desenvolvimento. A repercussão gerada pelo relatório culminou, cinco anos depois, na Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92 ou Rio 92, ocorrida no Rio de Janeiro e reunindo mais de 100 chefes de Estado para debater os princípios do desenvolvimento sustentável. Houve uma atmosfera de otimismo geral para com a movimentação de uma suposta governança global, filha da globalização e pretensiosamente harmônica entre os Estados e respeitosa com o meio ambiente. Outras atualizações da Conferência Rio 92 ocorreram posteriormente, como a Rio+10 em Johannesburgo e a Rio+20 ocorrida no próprio Rio de Janeiro.

Tais cúpulas, embora tivessem ambições válidas em sua fundação, mostraram-se estereis e pouco propositivas em questão de metas, prazos e poder persuasivo e coercitivo. Acabaram reproduzindo a própria estrutura do *hegemon* no Sistema Mundo, direcionando a narrativa de Estados Unidos, Rússia e China para uma concepção de desenvolvimento sustentável que lhes seja benéfica, ou seja, pouco incisiva, já que são estas (somadas à Índia) as nações mais representativas do desenvolvimento desenfreado e poluente.

Concebido como uma alternativa de desenvolvimento, a discussão acerca do desenvolvimento sustentável apontou críticas ao ritmo e ferocidade de algumas facetas do desenvolvimento, porém carece de reflexões estruturais e profundas que pudessem de fato frear ou transformar o conceito de desenvolvimento, apresentando-se como nada mais que uma reforma branda e que repousa mais no campo das ideias e dos discursos do que na práxis

---

4 Segundo Milanez e Santos (2013, p. 10), a ideia de neoextrativismo corresponderia a uma reconfiguração do extrativismo, conceito cunhado para definir um conjunto de estratégias de desenvolvimento ancoradas em um grupo de setores econômicos que removem um grande volume de recursos naturais para comercialização após nenhum ou quase nenhum processamento. O conceito normalmente se refere a atividades desenvolvidas em enclaves e voltadas à exportação.

das nações e da sociedade civil. Embora haja uma gama de vertentes teóricas sobre o desenvolvimento sustentável e sobre a sustentabilidade, não é o foco deste trabalho debruçar-se sobre elas, por mais que se considere importante diferenciá-las para qualificar a crítica que se propõe sobre esse conceito e imperativo.

Por fim, o marco mais recente do sistema ONU para afirmar seu compromisso com o Desenvolvimento Sustentável é a proposição dos “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”, conformando o documento-compromisso denominado “Transformando Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”<sup>5</sup>, amplamente divulgado pela ONU e pelo PNUD. Dessa vez, ele está mais sólido e detalhado, estabelecendo metas, indicadores e propostas que possam orientar as políticas tanto domésticas quanto de cooperação internacional até 2030. Ao todo, são 17 objetivos e 169 metas.

Embora a Agenda para 2030 em questão traga avanços em comparação às diretrizes estabelecidas nas conferências para o desenvolvimento sustentável anteriores, é importante evidenciar dois fatores que limitam a concretização da Agenda. O primeiro concerne ao fato da própria estrutura normativa na qual a Agenda repousa: por não ser vinculante, conforma-se como documento propositivo e orientador. As relações de poder no Sistema Mundo evidenciam que o *hegemon* não necessariamente seguirá essa Agenda se não lhe for interessante e benéfica. O segundo fator repousa sob águas mais profundas, e tem relação com o próprio conceito de Desenvolvimento Sustentável concebido pela ONU e pelos documentos e Conferências comentados aqui: não há qualquer proposição de mudanças estruturais ou radicais no conceito convencional de desenvolvimento, apenas uma renomeação, uma nova roupagem à mesma ideologia. Não se pretende, em nenhum momento, repensar a lógica neoextrativista, a indústria da carne, da soja e dos demais monocultivos, ou seja, nenhuma alternativa que possa conceber superar a lógica da ideologia do desenvolvimento.

### **3. O BEM VIVER COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO E OPORTUNIDADE PARA SE PENSAR NOVOS MUNDOS**

Há que se considerar, então, que a ideia de desenvolvimento é uma armadilha. Em 1982, Wolfgang Sachs já havia apresentado a suspeita de que o desenvolvimento foi um empreendimento mal concebido desde o começo. Na verdade, não é o fracasso do desenvolvimento que devemos temer, mas seu êxito. Como seria um planeta completamente desenvolvido? Não sabemos, mas certamente seria monótono e repleto de perigos. Posto que o desenvolvimento não pode ser separado da ideia de que todos os povos do planeta estão se movendo em um mesmo caminho rumo a um estado de maturidade, exemplificado pelas nações que conduzem essa visão, os tuaregues, os zapotecos ou os rajastães não são vistos como se vivessem modos diversos e não comparáveis da existência humana, mas como povos carentes do que foi obtido pelos povos avançados. Em consequência, decretou-se que alcaná-los seria sua tarefa histórica. Desde o começo, a agenda do desenvolvimento não era nada mais que a ocidentalização do mundo (ACOSTA, 2016, p.81 apud SACHS, 1982).

5 Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em 05/12/2018.

Chegada a parte conclusiva deste trabalho, nos resta a complexa tarefa de apresentar brevemente a proposta do Bem Viver como alternativa de desenvolvimento e contraponto ao desenvolvimento sustentável. Esta cosmovisão holística tem sua origem nos territórios andinos e amazônicos da América, ou Abya Yala<sup>6</sup>: *sumak kawsay*, em quéchuá, *suma qamaña* em aymara e *ñandereko*, em guarani. Por se tratar de um conceito ainda em construção, embora parta de saberes ancestrais, é evidente que se trata de uma visão pós-desenvolvimentista do mundo, ao reconhecer a Mãe Terra (*Pacha Mama*) como sujeito de direitos. Propondo uma mudança radical de modo de vida, de percepção de uma vida harmônica e em complementariedade entre os povos e a natureza, o Bem Viver contesta diretamente a lógica do desenvolvimento como imperativo global ocidentalizante.

Ao conceber uma cosmovisão diferente da visão ocidental e hegemônica, o Bem Viver, como utopia dos povos originários e proposta da periferia, localiza-se dentro da teia das epistemologias do Sul global, conceito utilizado por Boaventura de Sousa Santos. Portanto, conforma-se como teoria, saber e proposta decolonial e contra-hegemônica, caracterizando-se por ser uma cosmovisão que preza por sua memória ancestral e sabe rebuscá-la quando necessário, sem romantismos. Ao propor a superação das dicotomias perpetuadas pelo sistema capitalista e pelo imperativo unificador do desenvolvimento, o Bem Viver expressa seu grande contraponto ao desenvolvimento sustentável, embora uma percepção superficial sobre a temática possa deixar parecer que ambos os conceitos padecem de sintonia ideológica, em um primeiro momento.

Alguns saberes indígenas não possuem uma ideia análoga a de desenvolvimento: não existe a compreensão de um processo linear de vida que estabeleça um estado anterior e outro posterior, a saber, de subdesenvolvimento e desenvolvimento, dicotomia pela qual deveriam transitar as sociedades para a obtenção do bem-estar, como ocorre no mundo ocidental. Tampouco existem conceitos de riqueza e pobreza, determinados, respectivamente, pela acumulação e pela carência de bens materiais. (ACOSTA, 2016, p.71).

Para compreender melhor esta cosmovisão, é preciso diferenciar o “viver melhor” ou o bem-estar capitalista, do “viver bem”. Viver melhor em um mundo individualista e neoliberal, com bens naturais limitados e escassos, significa que outros terão que viver pior. Viver bem, por sua vez, significa ousar superar a lógica ocidental monolítica: eu só vivo melhor, se meu vizinho também viver, em consonância com nosso entorno geográfico-espacial, nosso território natural, nossos bens, também viverem. Nesse sentido, o Bem Viver configura-se como uma proposta radical, que ousa contestar instituições e conceitos tão bem consolida-

6 Para Porto Gonçalves (2009, p.25) Abya Yala vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente em oposição a América, expressão que, embora usada pela primeira vez em 1507 pelo cosmólogo Martin Wakdseemüller, só se consagra a partir de finais do século XVIII e inícios do século XIX, adotada pelas elites crioulas para se afirmarem em contraponto aos conquistadores europeus, no bojo do processo de independência. Muito embora os diferentes povos originários que habitavam o continente atribuíssem nomes próprios às regiões que ocupavam – Tawantinsuyu, Anauhuac, Pindorama –, a expressão Abya Yala vem sendo cada vez mais usada por esses povos, objetivando construir um sentimento de unidade e pertencimento.

dos, hoje naturalizados, como o desenvolvimento, o Estado-nação, o neoextrativismo, a concepção ocidental sobre a natureza e a própria modernidade. Admite-se, portanto, a incompatibilidade da preservação da vida e dos bens naturais da terra dentro da lógica capitalista, no qual o desenvolvimento sustentável se circunscreve, face da mesma moeda do ecocapitalismo ou capitalismo verde.

Feitas as críticas à ideologia do desenvolvimento e à sua roupagem por meio do desenvolvimento sustentável, é de vital importância construir alternativas ao desenvolvimento que sejam responsáveis com o futuro da vida e dos bens naturais no planeta, ou seja, contribuir de alguma maneira para um marco de transformação civilizatória. Não se trata, portanto, de uma proposta monolítica, universal e globalizante, como é o caso do desenvolvimento, senão valorizar cada saber disperso entre os povos, as diferentes formas de economia solidária, e promover, sem hierarquias, uma mescla ao rigor científico ocidental, disputando-o por meio de uma epistemologia do Sul. Engana-se quem pensa que o Bem Viver seja uma cosmovisão estritamente indígena feita para os indígenas – há diversos “bens viveres” no mundo, ou bons conviveres. Como nos atesta o filósofo catalão-boliviano Xavier Albó, alguns existiram e foram dizimados, outros resistem e outros ainda passam por um processo de nascimento.

A proposta do Bem Viver, direcionada à sociedade global, pode até encontrar suas consonâncias iniciais com algumas medidas da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030. Porém, ao fazer questionamentos profundos à lógica sob a qual a sustentabilidade é pautada dentro do capitalismo, ambos os conceitos necessariamente vão de encontro. A crise do Sistema Mundo analisada no início deste trabalho acompanha, como sabemos, uma grave crise ecológica, não descolada da crise social – e exige alternativas concretas para não sucumbir. A estratégia do capital, naturalmente, é a auto-sabotagem, para reconstruir-se a partir de então, sob novas roupagens, a partir de pequenas reformas ou concessões que possam garantir a manutenção da estrutura capitalista. Não é de se espantar, portanto, que as alternativas à crise do Sistema Mundo venham da própria hegemonia, propondo soluções para a periferia, ou Terceiro Mundo por meio de suas agendas globalizantes.

Segundo Gudynas (2011)<sup>7</sup>, é possível sistematizar de certa forma a plataforma do Bem Viver como uma ontologia de uma nova visão de mundo:

*En primer lugar, se abandona la pretensión del desarrollo como un proceso lineal, de secuencias históricas que deben repetirse. El Buen Vivir, en cambio, no tiene una postura ni lineal ni única de la historicidad. Como segundo punto, se defiende otra relación con la Naturaleza, donde se la reconoce sujeto de derechos, y se postulan diversas formas de continuidad relacional con el ambiente. En tercer lugar, no se economizan las relaciones sociales, ni se reducen todas las cosas a bienes o servicios mercantilizables.*

Compreender, assimilar e participar da construção do conceito de Bem Viver, dessa maneira, resulta tarefa difícil, porém necessária frente à crise hegemônica do Sistema Mundo que se vivencia, especialmente frente a crise ecológica, que já demonstra seus índices alarmantes. Contestar a Modernidade, seus valores indiscutíveis e suas instituições pode ser um

7 Disponível em: <<https://www.alainet.org/es/active/48052>>. Acesso em 05 de dezembro de 2018.

primeiro passo efetivo para debruçar-se sobre a construção de uma nova civilização, na qual as alternativas propostas realmente possam vislumbrar novos horizontes e uma vida em sociedade harmônica, como propõe o Bem Viver, certo de que o ser humano também é parte complementar e recíproca da Mãe Natureza.

## Referências Bibliográficas

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. 2. ed. São Paulo: Elefante Editora, 2010. 135 p.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento** / Giovanni Arrighi ; | tradução de Sandra Gardini Teixeira Vasconcelos. Petrópolis, RJ: Vozes , 1997. - (Coleção Zero à Esquerda)

LOPEZ, Pavel; GUERREIRO, Luciana. **Pueblos originarios en lucha por las autonomías: experiencias y desafíos en América Latina**. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2016.

LOWY, Michael. **Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecosocialista**. Cad. CRH, Salvador , v. 26, n. 67, p. 79-86, Apr. 2013. Available from <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792013000100006>>. access on 17 Sept. 2018.

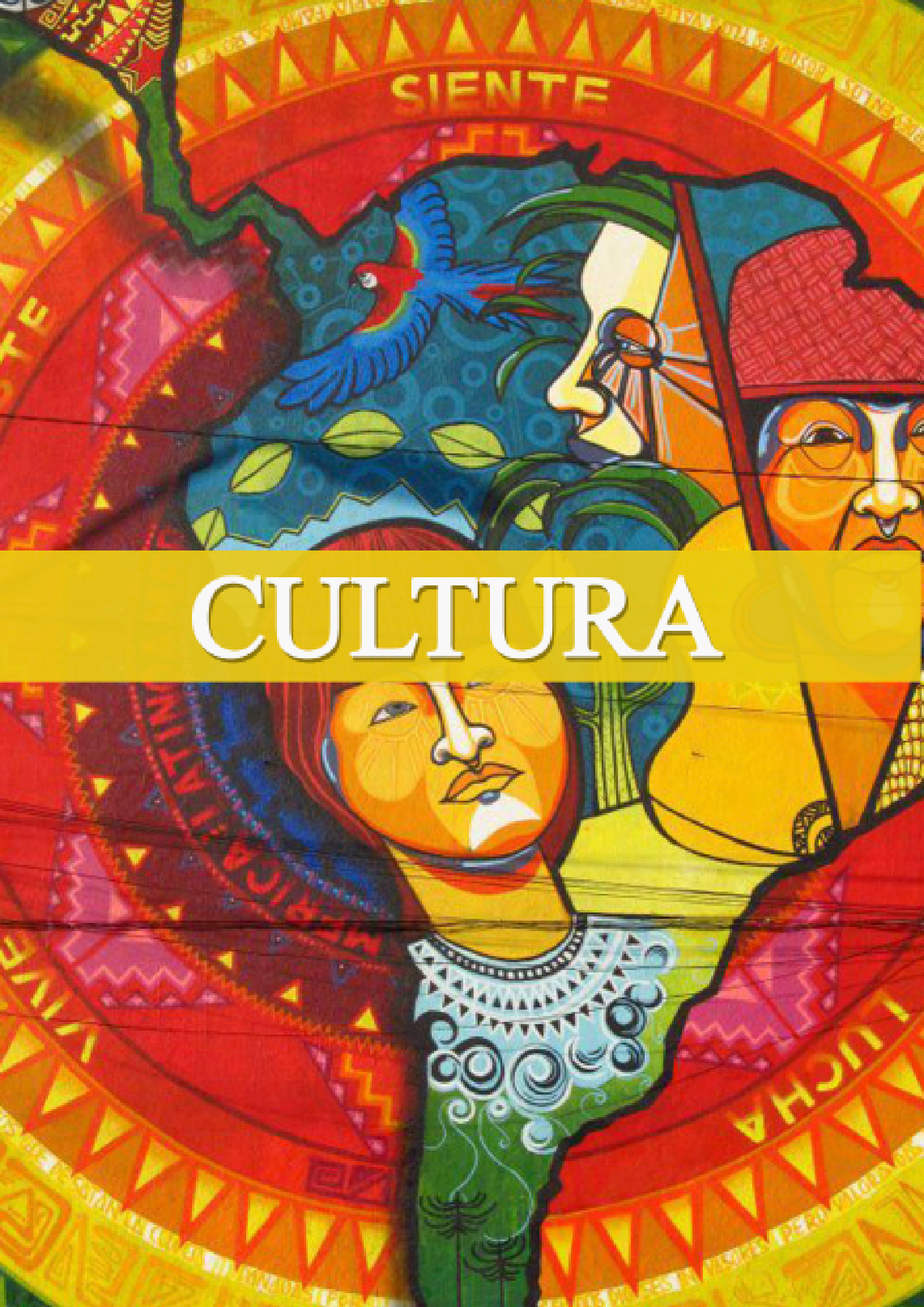
MARTINS, J. R. (2015). Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual? **Iberoamérica Social: Revista-red de estudios sociales (V)**, pp. 95-108. Recuperado de <<http://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundo-uma-teoria-ainda-atual>>.

MORAIS, Isabela Nogueira de. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rev. Sociol. Polit., Curitiba , n. 21, p. 203-206, Nov. 2003. Available from <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782003000200016>>. access on 21 Nov. 2018.

**Rev. Venez. de Econ. y Ciencias Sociales**, 2000, Vol. 6 N° 2 (mayo-agosto), pp. 73-90

QUIJANO, Anibal. **El fantasma del desarrollo en America Latina**. Revista Cesla, Lima, v. 1, n. 1, p.39-55, 01 jan. 2000.

WALLERSTEIN, I. **A CRISE ESTRUTURAL NO SISTEMA-MUNDO: PARA ONDE VAMOS A PARTIR DAQUI?**, 2000. Via Atlântica, (21), 15-26. <<https://doi.org/10.11606/va.v0i21.51014>>.



SIENTE

TE

# CULTURA

AMERICANA

TE

TUCHA

## VOTO PARA AS MULHERES

*Por Clara Luisa Baleeiro*

Em meados do século XIX, em alguns países da Europa, surge um movimento com objetivo de garantir às mulheres o exercício político e democrático já garantido para os homens: o voto. No Reino Unido as mulheres que lutavam por isso eram chamadas e se denominavam *suffragettes* (sufragistas).

Há um século da Revolução Industrial, as mulheres que antes eram mantidas na vida privada passam a ocupar espaços públicos devido a sua introdução ao mundo do trabalho capitalista. Antes a carreira de uma mulher era ter um bom casamento para, após a morte do pai, continuar vivendo, comendo e morando. Inserida no mundo do trabalho, passa a contribuir com as despesas da casa e continua com suas funções enquanto esposa e mãe. No entanto, não recebe o mesmo tratamento que um homem na sociedade, nem nos espaços públicos e nem nos espaços privados. Seu lugar é sempre de submissa. Algumas mulheres foram muito a frente de seu tempo, mesmo antes da inserção das mulheres no cotidiano dos espaços públicos. Porém, de certa forma, essa inserção que catalisou algumas lutas pois as massificou.

O filme “As Sufragistas” (2015), dirigido pela inglesa Sarah Gavron, faz um retrato do movimento inglês da luta de votos para as mulheres em Londres. Iniciando em 1912 mostra um período de intensificação das lutas e da transformação de um movimento apenas pacífico para um movimento ativo e transgressor, no sentido de transgredir a injustiça imposta. É estrelado por Meryl Streep que interpreta Emmeline Pankhurst, líder do movimento pelo sufrágio feminino e fundadora da Women’s Social and Political Union; Helena Boham no papel de Edith Ellyn, farmacêutica, bem instruída, que tem seu local de trabalho como ponto de encontro para as reuniões do movimento, ajuda nas campanhas pelo direito à voto e nas estratégias para obter atenção a causa; Carey Mulligan interpreta Maud Watts personagem central.

Maud, logo nas primeiras cenas, é encarregada de uma entrega da lavanderia onde ela e o marido trabalham. Em seu caminho é surpreendida com um ato de sufragistas, dentre elas Violt Miller (Anna-Marie Duff) sua colega de trabalho, quebrando vitrines e gritando “votos para as mulheres!”. Assustada com a confusão, deixa o local o mais depressa possível.



Após uma chamada da Alice Haughton (Romola Garai) às mulheres que trabalham na lavanderia para darem seus depoimentos ao parlamento, para que o voto para as mulheres fosse avaliado, Watts resolve ir escutar o depoimento de Violet. Dê um momento à outro, se vê no lugar de sua colega e futura companheira de luta, dando seu depoimento.

Maud é uma mulher simples, sem instrução e consciência política que adentra o movimento das sufragistas sem entender muito a dimensão do que estava se envolvendo. Em seu depoimento conta que nasceu na mesma lavanderia que trabalha hoje. Sua mãe também trabalhava lá, e morreu em um acidente de trabalho. Aos 24 anos tem uma posição de responsabilidade onde trabalha e conta com más condições, trabalhando em um ambiente mal ventilado, com vapor de produtos e sem muita segurança, colocando até mesmo em risco sua vida e das mulheres que ali trabalham. Ainda assim, ganham menos que os homens que trabalham fazendo entregas, passando a maior parte do dia em lugares abertos. Marcada por uma vida de exploração e violência sexual em seu trabalho, quando questionada sobre motivo de estar ali, dando seu depoimento, responde “por pensar que pode ser diferente”. O direito a voto não foi garantido às mulheres nesse momento e então, a luta seguiu.

No decorrer do filme Maud sofre no seu casamento com um parceiro bastante machista, com pensamento e preocupações bastante característicos à época, priorizando mais o olhar de julgamento da sociedade, que via as sufragistas como marginais, não dando suporte necessário à sua mulher e se sentindo culpado, com raiva e envergonhado por não cumprir seu papel controlando sua esposa. Maud sofre duras perdas em sua vida privada e é possível, no decorrer do longa metragem, ver a transformação, o processo de tomada de consciência dessa personagem em relação ao seu lugar na sociedade e o lugar que passa a se sentir no direito de ocupar. A representatividade para poder ter uma vida melhor, para alcançar a tal da igualdade passa ser sua luta.

Passa a ser um membro ativo, mesmo na radicalização do movimento. O governo inglês também intensifica as repressões que se tornam mais violentas mesmo em momentos de manifestação pacífica, responde ao movimento com muita violência, policiais espancando mulheres, prendendo apenas por se manifestarem, na tentativa de coibir esse empoderamento das mulheres. As sufragistas mais ativas eram tratadas como criminosas e eram presas mais de uma vez, ainda que em manifestações pacíficas.

A fala de Pankhurst marca essa passagem para a radicalização do movimento ao expor para mulheres que o movimento pacífico existe há décadas e não trouxe mudanças e assim profere: “A língua que entendem é a da guerra”.

Uma das cenas mais fortes e agressivas é quando Maud, após cinco dias de greve de fome na prisão, é forçada a se alimentar por sonda, para evitar que morresse de fome e se tornasse um mártir. Outra cena de forte impacto é um acontecimento real. Em uma corrida de cavalos com a presença do Rei, em busca da atenção da imprensa que não noticiava o que ocorria com as sufragistas, Emily Davison (Natalie Press) se joga na frente do cavalo do Rei durante a corrida e acaba por dar sua vida pela causa. Isso ocorre em 1913. Uma grande passeata é mobilizada para velar o corpo de Emily. Apenas em 1918 é aprovada uma lei que dá direito à voto para mulheres acima de 30 anos, a depender de seu patrimônio e em 1925 é garantido o sufrágio para todas mulheres britânicas. O primeiro país em que as mulheres

conquistaram esse direito foi na Nova Zelândia, em 1893. No Brasil, a garantia do voto feminino ocorreu dia 24 de fevereiro de 1932.

Filmes como esses nos trazem a reflexão do porque precisamos nos unir e lutar. Os direitos não nos são dados, mas conquistados com muita luta e, por muitas vezes, com muito sangue. O sufrágio foi uma grande conquista das mulheres, mas a luta ainda não terminou. Existem muitas questões a serem tratadas e transcendidas para que as mulheres possam gozar plenamente do direito pleno do seu corpo, do direito de ir e vir sem medo, do reconhecimento profissional e equiparação salarial dentre muitas outras questões.

Hoje, ainda que há uma abertura e mesmo uma adesão muito maior a causas das mulheres, podemos traçar um paralelo de como as sufragistas eram vistas e tratadas e como as feministas são encaradas por parte da sociedade. “Feminazes” é um termo cunhado na tentativa de tirar a importância da luta por direitos das mulheres. São mulheres ditas “indesejáveis”, “sujas” ou mesmo “mal amadas”. Todas essas características atribuídas numa tentativa de subalternizar a posição e deslegitimar a causa. O mesmo comportamento é retratado no filme que conta uma história de 100 anos atrás, a marginalização de quem luta por seus direitos.

É importante destacar que o sufrágio completou cem anos em 2018 para as britânicas. Na Arábia Saudita a primeira vez que as mulheres puderam participar com seu voto nas eleições foi em 2015, quase cem anos após as britânicas. Sendo recente, ou mesmo quando for distante, é preciso sempre lembrar e reviver essa e outras conquistas, porque direitos conquistados não significam que são eternos. E, principalmente, continuar a lutar, pois mesmo com importantes vitórias, ainda há muitas batalhas.

## Referências Bibliográficas

Suffragette. Direção de Sarah Gravon. Reino Unido: **Fiml 4 e BFI**, 2015 (106 minutos)

MULHERES votam pela primeira vez na Arábia Saudita. **G1 MUNDO**: 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/12/mulheres-votam-pela-primeira-vez-em-eleicoes-na-arabia-saudita.html>>. Acesso dia 3 de março de 2019.

WELLINGTON. Nova Zelândia comemora 125 anos do direito ao voto feminino. **Estadão**. São Paulo: 2018. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,nova-zelandia-celebra-125-anos-do-direito-ao-voto-feminino,70002511302>>. Acesso dia 3 de março de 2019.

## Os Panteras Negras: Vanguarda da Revolução

Por Bruna Cabral

Documentário lançado em 2015, “Os Panteras Negras: Vanguarda da Revolução” foi dirigido por Stanley Nelson e tem duração de 1 hora e 54 minutos. Vencedor do prêmio Melhor Documentário da Diáspora no *African Movie Academy Award* e Melhor Documentário de Cinema no *NAACP Image Award*, o longa retrata a criação, o desenvolvimento, as dificuldades e a atuação do Partido dos Panteras Negras (em inglês *Black Panther Party* ou BPP), reunindo um vasto acervo de imagens e relatos de seus ex-integrantes, jornalistas e policiais.

O BPP foi fundado por Huey Newton e Bobby Seale em Oakland, na Califórnia, em 1966, ano em que, de acordo com Raquel Barreto, pesquisadora do tema e doutoranda em História pela UFF, “A imaginação histórica do momento permitia sonhar em mudanças revolucionárias e transformadoras”. Os objetivos do Partido eram listados em dez pontos, que incluíam demanda por moradia, emprego e educação e o alvo era o combate à supremacia branca e ao capitalismo – criador do sistema opressor –, além da promoção da autodefesa. Seguindo tal lógica, o símbolo da pantera foi adotado a partir da afirmativa de que panteras não atacam, somente mediante a persistência de uma agressão. A revolução dos Panteras Negras é desenhada como um contra-ataque durante todo o documentário, apesar de o foco narrativo ser voltado para a multiplicidade de vozes e versões de ambos os lados, os simpatizantes do Partido e os contrários.

Trazendo os fatos de maneira cronológica, primeiramente se aborda a animosidade por parte das forças policiais que deu origem ao movimento, levando os membros do Partido a realizarem uma vigia: eles observavam as ações policiais munidos de armas para garantir que não haveria nenhum tipo de brutalidade na abordagem de mulheres e homens negros. Dá-se também destaque à tentativa da organização de se conectar ainda mais com a comunidade negra, explicitada nas imagens e depoimentos em que se apresentam os chamados programas de sobrevivência, como o de café da manhã grátis para crianças. Por conta de ações como essas, rapidamente o BPP ganhou notoriedade e cobertura da mídia e, principalmente depois da invasão armada da sede do Governo da Califórnia em 1967 - onde se votava uma lei para restringir o uso de armas por parte de negros, o número de adeptos aumentou expressivamente.

Além do apelo social, outros aspectos do Partido dos Panteras Negras foram abordados. O primeiro deles é a participação efetiva das mulheres: no final dos anos 60, maior parte da base já era mulher e o machismo era condenado, algo realmente revolucionário à época. O segundo diz respeito à exaltação da beleza negra. Homens e mulheres ostentavam seus cabelos afro que juntamente com o uso de boinas e jaquetas de couro ajudaram a formar uma imagem de identificação do grupo sob o lema “*Black is beautiful*”.

Por conta de sua atuação, o Partido foi alvo de um Programa de Contraespionagem denominado COINTELPRO, criado pelo ex-diretor do FBI J. Edgar Hoover. Hoover pretendia “desmascarar, perturbar, desorientar, desacreditar ou, caso contrário, neutralizar” as atividades dos nacionalistas negros e temia o surgimento de um messias negro. Após a eleição de Richard Nixon, o ex-diretor ganhou ainda mais autonomia e chegou a identificar o BPP como ameaça número 1 à segurança dos EUA. Aqui, vale ressaltar que tal declaração foi muito mais uma tentativa de criminalização da população negra – assim como a chamada Guerra às drogas de Nixon – do que uma intenção de proteger o país. Foi nesse contexto que a polícia tomou postura mais agressiva quanto ao Partido, invadindo casas e provocando tiroteios, levando ao brutal assassinato de Fred Hampton, líder na época.

Após a morte de Martin Luther King, alguns membros do Partido assumiram postura mais agressiva. A partir daí os níveis de engajamento foram diminuindo, o partido se enfraqueceu e, sob o peso de uma severa repressão estatal, foi se dividindo devido às diferentes crenças presentes, chegando ao seu fim em 1982. Apesar de sua dissolução, deixou um grande legado. O problema da marginalização da população negra ainda se faz muito presente atualmente, mas o modelo de ativismo de base e de ideologia em ação do BPP é admirável, à medida em que mistura o tradicional (como as ações sociais) ao revolucionário.

Como dito anteriormente, Os Panteras Negras: Vanguarda da Revolução aborda os dois lados do movimento, no entanto, percebe-se uma menor presença dos contrapontos oferecidos pelos policiais em seus depoimentos, o que pode soar parcial para alguns espectadores. Apesar de tal observação, o documentário cumpre sua função informativa com maestria, sendo capaz também de entreter e até de localizar quem assiste nos movimentos culturais e musicais da época através de sua trilha sonora. Mesmo com a longa duração e a multiplicidade de informações passadas de forma rápida, a exibição é dinâmica, o que não o torna cansativo.

De produção cuidadosa, mesclando vídeos, fotos e depoimentos das mais diversas personalidades envolvidas no contexto e na história do *Black Panther*, o documentário é fortemente indicado para aqueles que pretendem conhecer a trajetória o partido, tendo em vista que vai além de uma simples reprodução dos fatos, nos fazendo sentir inseridos naquela época e naquela realidade.

## Referências Bibliográficas

OS PANTERAS Negras: Vanguarda da Revolução. Direção: Stanley Nelson. Netflix, 2015.  
A 13ª Emenda. Direção: Ava DuVernay. Netflix, 2016.

BLOOM, Joshua; MARTIN, Waldo E. **Black Against Empire: The History and Politics of the Black Panther Party**. 2. ed. California: University Of California Press, 2013. 539 p.

BORGES, Pedro. Panteras Negras, todo poder ao povo. **Alma Preta**, 31 ago. 2017. Disponível em: <<https://almapreta.com/editorias/realidade/panteras-negras-todo-poder-ao-povo>>. Acesso em: 11 maio 2019.

